

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**Trajetórias de vida de mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de
drogas em Belo Horizonte**

Sheila Venâncio de Jesus Pereira

Belo Horizonte
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Sheila Venâncio de Jesus Pereira

Trajetórias de vida de mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão de Cidades, linha de pesquisa Trabalho e Cidade da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade

Belo Horizonte

2008

Trajetórias de vida de mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte

Sheila Venâncio de Jesus Pereira

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Belo Horizonte, 07 de julho de 2008.

Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade
Orientadora - PUC Minas

Profa. Dra. Astréia Soares Batista
Centro Universitário Newton Paiva

Prof. Dr. Luís Flávio Saporì
Depto. Ciências Sociais/PUC Minas

Prof. Dr. Tracísio Botelho
PUC Minas

AGRADECIMENTOS

O agradecimento mais valioso está dirigido à Deus, nosso pai criador, inspirador de nossas almas e guia de nossas consciências.

Agradeço aos meus pais pela forma como fui criada e pelo amor incondicional.

Agradeço ao meu marido, grande companheiro e amigo nos momentos de alegria e de dificuldade.

Agradeço às minhas filhas pela tolerância com o tempo que lhes foi roubado.

Agradeço à minha orientadora pela paciência e perseverança.

Agradeço à amiga Elaine com quem tantas vezes desabafei as angústias e incertezas deste trabalho.

Agradeço a todas as mulheres que prestaram seus depoimentos para que esta pesquisa fosse realizada e acreditaram no valor de suas histórias.

Agradeço aos profissionais que me receberam e prestaram seus depoimentos com intuito de ampliar os meus conhecimentos.

RESUMO

Nesta pesquisa, propõe-se analisar o envolvimento de mulheres com o tráfico de drogas, a partir dos dados sócio-econômicos e do relato das trajetórias de vida. Para tanto, foram realizadas entrevistas com mulheres presas por tráfico de drogas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, localizado em Belo Horizonte e coletados dados estatísticos sobre a sua situação sócio-econômica. Por meio de uma abordagem comparativa entre a criminalidade masculina e feminina, buscou-se ressaltar que as mulheres cometem muito menos crime do que os homens e o tráfico de drogas é o mais praticado por elas, seja em decorrência do seu relacionamento com a figura masculina, das necessidades financeiras para sustentar a si e aos filhos, das falhas no processo de socialização ou da busca pela visibilidade social.

Palavras-chave: criminalidade – tráfico de drogas – masculinidade e feminilidade – trajetórias de vida – prisão.

ABSTRACT

This investigation aims to analyze women enrollment with drug traffic through socio-economical data and life trajectory interview. First, interviews were made with convicted women for drug traffic at Complexo Penitenciario Feminino Estavao Pinto, located in Belo Horizonte, as well as statistical data was collected about their social-economic situation. Throughout a comparative approach between male and female criminality, this investigation focus that women are less committed with violent crime but are more engaged in drug trafficking, either because of their relationship with male character, or in order to give financial support for their children and themselves, or because of the flaws in the socialization process, or even because they search social visibility.

Key words: crime – drug trafficking – male and female behavior – life trajectory interview – prison

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Prisões segundo o sexo, 1904-1916.....	41
Tabela 2 : Prisões segundo o sexo e o tipo de delito, 1904-1906.....	42
Tabela 3: População carcerária feminina do PFDAMC segundo delito objeto da condenação, 1998/1999.	47
Tabela 4: Mulheres presas por tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro, segundo a posição que declararam ocupar no tráfico – 1999/2000.....	50
Tabela 5 : Número de Presos do sistema prisional distribuídos por sexo nos estados da Federação – Junho/2007.....	53
Tabela 6: Distribuição de Presos por sexo nos estados da Federação sob custódia da Polícia Civil – Junho/2007.....	54
Tabela 7: Internos por unidades prisionais: 1980-83.....	58
Tabela 8: Totalização de presos sob responsabilidade da Polícia Civil de Minas Gerais, Junho,2007.....	59
Tabela 9: Totalização de presos sob responsabilidade da Polícia Civil de Minas Gerais. Março/2008.....	60
Tabela 10: Mulheres presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto pelo regime de cumprimento da pena, junho de 2007.....	62
Tabela 11: Demonstrativo dos crimes metidos pelas mulheres que cumprem pena no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto. Junho/2007.....	64
Tabela 12: Mulheres presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto pelo regime de cumprimento da pena, abril /2008.....	65
Tabela 13: Demonstrativo dos crimes metidos pelas mulheres que cumprem pena no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto. abril/2008.....	65
Tabela 14: Ocupação anterior à prisão, abril/2008.....	66
Tabela 15: Escolaridade abril/2008.....	67
Tabela 16: Faixa Etária, abril/2008.....	68
Tabela 17: Estado Civil, abril/2008.....	69
Tabela 18: Cor da Pele, abril/2008.....	70

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: Perfil das entrevistadas.....	74
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- Casa de Detenção Dutra Ladeira (DDL)
- Centro de Reeducação do Jovem Adulto (CRJA)
- Centro Integrado de Informações da Defesa Social (CINDS)
- Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (CPFEP)
- Manicômio Judiciário Jorge Vaz (MJJV)
- Penitenciária Agrícola de Neves (PAN)
- Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto (PMEP)
- Penitenciária Regional de Juiz de Fora (PRJF)
- Penitenciária Regional de Teófilo Otoni (PRTO)
- Prisão Albergue Presidente João Pessoa (PAJP)
- Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS)
- Sistema de Informações Penitenciárias (SIP)
- Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O COTIDIANO DO TRÁFICO DE DROGAS	21
1.1. O cotidiano do tráfico de drogas: um mundo masculino?	21
1.2. A oposição: trabalhadores e bandidos	27
1.3. Elemento suspeito.....	30
1.4. A masculinidade	32
1.5. A feminilidade	37
2. MULHERES ENCARCERADAS	46
2.1. As prisões do Brasil: o sistema penitenciário brasileiro em números	51
2.1.1. <i>O sistema prisional mineiro</i>	55
2.2. As Prisões Femininas	61
2.2.1. <i>O caso do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto</i>	62
2.2.1.1 Panorama atual	64
2.2.1.1.1 <i>Dados sócio-econômicos</i>	66
3. AS HISTÓRIAS QUE ELAS CONTAM.....	71
3.1 Entrevistadas.....	72
3.2 O contexto dos relatos	74
3.3 Narrativas.....	84
3.4 As percepções: mulheres e o tráfico de drogas.....	102
3.4.1 <i>A figura masculina</i>	105
3.4.2 <i>Os rendimentos</i>	111
3.4.3 <i>A visibilidade social</i>	117
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	121
ANEXO A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	124

INTRODUÇÃO

Ao longo das décadas de 80 e 90, os grandes centros urbanos brasileiros experimentaram um crescimento expressivo das taxas de criminalidade. Paralelamente, houve o incremento da elaboração de estudos e diagnósticos acerca das práticas criminosas, com intuito de formular e implementar políticas públicas voltadas para a prevenção, notadamente, do tráfico de drogas e dos crimes violentos.

Os aparelhos de Estado responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas enfrentam dificuldades para diagnosticar as reais necessidades de cada região e, quando o fazem, as medidas tendem a ser interrompidas pelas discontinuidades políticas. No Brasil, predominam as políticas de governo e não de Estado. O caso da segurança pública não é divergente.

A criminalidade sempre foi enfrentada com políticas repressivas, apesar dos recentes sinais de inovação na gestão pública contemporânea que tem dado ênfase às políticas preventivas, como é o caso do Programa Fica Vivo implementado em regiões onde a criminalidade violenta e a situação de risco social prejudicam as comunidades e, principalmente os jovens, notadamente do sexo masculino.

O crescimento da criminalidade e a caracterização de uma sociedade dominada pelo medo têm como elementos deflagradores a fragmentação do tecido social e a fragilidade das instituições responsáveis pela manutenção da ordem pública no Estado Democrático de Direito, o que resulta na construção empírica e ideológica da impunidade.

No Brasil, a exemplo do que se verifica em outros países, a criminalidade, em geral e, especificamente, o tráfico de drogas, tornou-se uma instituição social paralela ao Estado Democrático de Direito e às próprias instituições sociais.

A formação das redes de transporte, de distribuição e de consumo de drogas, destacadamente nas favelas e aglomerados, gera um conflito entre as instituições estatais e a influência econômico-social e militar dos traficantes, configurando um problema que não se restringe às favelas. As classes média e alta também vivenciam a questão da criminalidade associada ao tráfico de drogas e participam, principalmente como financiadores e consumidores, demonstrando o caráter sistêmico e universal do tráfico de drogas.

No entendimento de Guimarães (2004), os traços marcantes do tráfico de drogas são a fluidez e o dinamismo, características que constroem uma rede de símbolos, levando-nos a acreditar que há uma “organização” própria deste comércio. Mas na verdade, as interações econômico-sociais que advém deste processo são transitórias, apesar de obedecer a uma hierarquia.

Os papéis desempenhados pelos indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas são a todo momento ameaçados por outros atores – membros do tráfico que desejam a “boca”, a polícia e o sistema de justiça criminal que podem inesperadamente intervir na “ordem vigente”. Nesse contexto, em certos casos, a atuação do Estado, as disputas pelo espaço, *status* e poder geram violência e comprometem a qualidade de vida em determinadas regiões dos centros urbanos.

Nas sociedades contemporâneas cresce e multiplicam-se as manifestações culturais, os grupos étnicos, as confissões religiosas e os diferentes olhares sobre o mundo. As cidades, espaços públicos de representação, manifestam toda a diversidade existente no contexto sócio-cultural dos “sujeitos”, inclusive a violência, tanto nos aglomerados e favelas, como nos condomínios fechados e nas residências de luxo.

No entendimento de Voegeli (2003), em meio a este contexto de múltiplas transformações, especialmente a partir do século XX, a mulher vem assumindo papéis de representação na sociedade mais definidores de sua personalidade, desvinculados da autoridade masculina ou confrontando-a diretamente, por meio da igualdade de direitos ou da maior expressão da atitude feminina frente ao mercado de trabalho, aos filhos e às novas formas de sociabilidade.

A análise da criminalidade feminina busca manter uma estreita relação com o enfoque social e as transformações por que passam as sociedades contemporâneas, inclusive com a proeminência das mulheres em determinadas áreas do mercado de trabalho e a rearticulação do seu papel nas esferas pública e privada.

Apesar dessa transformação gradual do papel da mulher na sociedade contemporânea, o envolvimento delas com o tráfico de drogas ainda revela a baixa participação em “altos cargos” de comando, o que evidencia o caráter predominantemente masculino dessa atividade. De forma geral, no mercado de trabalho, as mulheres ainda ocupam cargos inferiores aos masculinos. Mas no tráfico de drogas, essa situação é particularmente evidente, talvez por causa do caráter violento desta atividade.

De acordo com a observação realizada ao longo da pesquisa, a participação feminina no tráfico de drogas está concentrada na venda em bocas-de-fumo, no transporte - atuando como “mulas” ou levando as drogas para dentro dos estabelecimentos prisionais - e, ainda, no armazenamento destas drogas dentro de suas residências.

A presente pesquisa está inserida nesse contexto e tem como tema as relações entre criminalidade e gênero, enfatizando as vinculações existentes entre a inserção social, a trajetória de vida de mulheres e a sua participação no “mundo do crime”, sobretudo, nos grandes centros urbanos de sociedades capitalistas, como a brasileira, marcadas por uma profunda desigualdade social e pela manifestação aguda e crescente da violência no espaço metropolitano.

Empiricamente, a presente investigação enfoca o caso das mulheres que foram condenadas por tráfico de drogas e encontram-se presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, instituição penal localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto é o maior estabelecimento prisional para mulheres do estado de Minas Gerais e, portanto, abriga um número significativo de detentas, principalmente, envolvidas com o tráfico de drogas.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Social, em abril de 2008, dos 239 crimes cometidos pelas mulheres presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, 62 referem-se ao tráfico de drogas, representando 25,94% do total.

Nesse sentido, o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto foi escolhido pela facilidade em encontrar um número significativo de mulheres criminosas, notadamente envolvidas com o tráfico de drogas. Outra questão fundamental foi a busca de um local seguro para a realização da pesquisa, já que a coleta de dados de mulheres em atividade no tráfico de drogas depende de uma rede de articulações.

Diante da especificidade dos *locus* de investigação, foram estabelecidos contatos para adequar as necessidades de coleta de dados para a pesquisa e a observação das normas de segurança da penitenciária e da própria Secretaria de Defesa Social. O contato inicial do projeto foi realizado com o sociólogo Luís Flávio Saponi, em Março de 2007, então Secretário Adjunto de Defesa Social, que viabilizou o trâmite institucional do pedido de autorização para a entrada na penitenciária.

O início da pesquisa de campo ocorreu com uma visita exploratória ao Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto para estabelecer contato com a Diretoria da instituição e com as guardas penitenciárias, colocando-as a par do projeto. Outra iniciativa, traduziu-se, inicialmente, no pedido de seleção das presas condenadas pelo tráfico de drogas que demonstrassem interesse em participar das entrevistas relatando as suas trajetórias de vida.

A partir da segunda visita foi constatado que o melhor procedimento seria selecionar as presas no mesmo dia da visita, pois no sistema prisional a população é fluante. De acordo com os benefícios assegurados em lei, os indivíduos que cumprem pena restritiva de liberdade podem receber saídas temporárias para visitar os familiares ou a concessão do regime aberto, no qual podem trabalhar fora do estabelecimento penal, retornando no período noturno apenas para dormir. Podem receber também a liberdade condicional que possibilita o cumprimento do restante da pena fora da prisão. Diante dessas circunstâncias, optou-se pela escolha das presas que estivessem no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto nos dias estabelecidos para a realização do trabalho de campo.

O Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto forneceu uma listagem com o nome das mulheres e o crime praticado por elas. A partir deste documento, foram selecionadas as presas envolvidas com o tráfico de drogas que eram convidadas pelas agentes penitenciárias a participar da pesquisa. Muitas delas se recusaram receosas com o destino das informações.

A pesquisa de campo foi realizada no período de março de 2007 a fevereiro de 2008, totalizando 27 entrevistas com mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro que continha questões versando sobre pontos temáticos capazes de dar abertura para as impressões e os relatos da própria presa acerca do seu perfil sócio-econômico e os modos de vida.

O roteiro das entrevistas focalizou dados sócio-demográficos, condição econômica, nível de escolaridade, momento do crime, funções da pena, relação familiar antes e depois do encarceramento, vida antes do encarceramento, dia-a-dia na penitenciária, visão do tratamento recebido, maiores dificuldades da prisão e projetos futuros.

A partir de uma entrevista realizada na prisão, ocorreu a possibilidade de visitar uma das favelas em que algumas dessas mulheres viviam e praticavam o tráfico de drogas.

Nesta favela foi possível observar a realidade sócio-econômico-cultural em que estão inseridas mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. Mesmo as pessoas que não participam diretamente do tráfico de drogas têm suas vidas afetadas e relatam histórias de violência, medo e perdas de parentes ou amigos. A lei do silêncio é o código de conduta mais respeitado entre os moradores do aglomerado (NASCIMENTO,2004).

Neste local, a pesquisa não pode ser aprofundada pelos riscos envolvidos neste tipo de investigação, além do tempo que é demandado para estabelecer contatos e relações de confiança com os moradores, principalmente, com as mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. A atividade comercial empreendida para a venda de drogas na favela é constante e não sofre interrupção durante o dia, apesar de ser menos intensa, em virtude da presença da polícia militar, mais especificamente do Grupamento Policial Especializado em Áreas de Risco (GEPAR) - destinado a realizar o policiamento comunitário.

Muitos estudos sobre criminalidade feminina (SOARES; ILGENFRITZ,2002), (VOEGELI, 2003), (RIBEIRO, 2003), têm dado ênfase ao cotidiano das mulheres nas prisões, tratando dos delitos de forma geral. A proposta desta pesquisa é relacionar o perfil da mulher presidiária e as suas trajetórias de vida no momento anterior ao crime, investigando a relação entre o espaço urbano, a família e o envolvimento com a criminalidade, especificamente o tráfico de drogas.

No contexto desta investigação foram levantadas algumas abordagens para a análise do envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas, traduzindo-se em uma pergunta central: qual é a motivação feminina para envolver-se com o tráfico de drogas?

Com o intuito de responder a esta questão, foram demarcados alguns campos de análise como a motivação financeira, o envolvimento com a “figura masculina” e os reduzidos índices da abordagem policial em mulheres, que podem servir como elemento motivador para a prática do delito. Outro aspecto relevante é a possibilidade de conciliação da prática do tráfico de drogas com as atividades domésticas, sem uma maior exposição ao espaço público.

O arcabouço teórico sustenta-se por meio de uma abordagem interdisciplinar, foram incluídos conceitos da sociologia, da antropologia, da criminologia e do direito. A revisão bibliográfica da literatura disponível sobre os crimes cometidos por mulheres teve a preocupação de relacionar o objeto da pesquisa às observações de campo, principalmente, no que se refere à coleta dos dados estatísticos sobre as presidiárias junto à Secretaria de Defesa Social e o Ministério da Justiça.

A delinqüência feminina, nos séculos XIX e XX, foi considerada um “problema menor”, em virtude da pequena participação das mulheres na criminalidade, em comparação com os índices masculinos. A criminalidade feminina sempre esteve associada ao infanticídio, à prostituição, pequenos furtos, aborto e assassinato por envenenamento, principalmente dos maridos e amantes. As diferenças de participação na criminalidade ainda estão presentes entre homens e mulheres e é um objeto enigmático para as ciências que estudam o crime.

Pesquisas têm sido realizadas (ALMEIDA,2001), (CUNHA,2002), com intuito de traçar o perfil das mulheres criminosas, com vistas a tentar estabelecer conexões entre a história de vida anterior ao crime, o ato criminoso e o cumprimento da pena, além das possíveis expectativas para o regresso ao convívio social. As referências bibliográficas referentes à mulher criminosa focam, prioritariamente, o cotidiano nas prisões e os levantamentos estatísticos oficiais como parâmetro de comparação em relação à criminalidade masculina.

O presente estudo também utilizou as estatísticas oficiais como instrumental de análise, mas o foco primordial foi a (re)construção das trajetórias de vida das mulheres traficantes, relacionando-as a um contexto sócio-político-econômico do qual são originárias.

O estudo do crime cometido por mulheres ainda constitui um campo pouco explorado, mas com preciosidades a serem reveladas e perguntas a serem respondidas: por que as mulheres delinqüem menos? Será que o sistema de justiça criminal possui uma postura conservadora que enfatiza a criminalidade masculina e deixa em segundo plano os delitos cometidos por mulheres, em decorrência da sua imagem social de docilidade, maternidade e fragilidade?

Muitas são as perguntas e longo é o caminho a trilhar em busca das respostas. É neste contexto que alguns pesquisadores têm se dedicado ao estudo do crime cometido por mulheres. Vários são os olhares e as formas de abordar a temática de acordo com a área de atuação e a sua formação teórica, mas todos buscam nas pesquisas, quantitativas ou qualitativas, a resposta para o entendimento da prática criminosa feminina.

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos, a fim de estabelecer uma relação entre os pilares básicos que nortearam os rumos da temática escolhida. A intenção foi construir uma discussão sobre os contextos sócio-culturais em que os personagens estavam inseridos, a sua relação com as trajetórias de vida de cada mulher e a motivação para o crime. O sistema prisional é inserido como um *locus* simbólico -

como um local de passagem e possível (re) integração ao corpo social ou como um horizonte permanente, dependendo da trajetória criminosa da mulher.

O primeiro capítulo tem como aporte teórico os estudos de Luiz Eduardo Soares e Alba Zaluar sobre a criminalidade e o tráfico de drogas, principalmente no que se refere à participação da população jovem masculina das periferias e favelas dos grandes centros urbanos.

O trabalho de Zaluar (2000), na década de 80 na Cidade de Deus, revela o cotidiano das famílias pobres do Rio de Janeiro e a oposição que se constrói dentro desta comunidade entre os “trabalhadores” e “bandidos”, muito verificado no discurso dos moradores.

Em Zaluar (2004) há uma discussão sobre a participação dos jovens no tráfico de drogas, a formação das gangues e de uma cultura violenta nas regiões pobres dos grandes centros urbanos, com participação predominante dos homens jovens que ao mesmo tempo matam e são mortos.

Os estudos de Luiz Eduardo Soares; MV Bill, e Celso Athayde (2005) sobre a violência e o tráfico de drogas contam um pouco da história das favelas e periferias dos grandes centros urbanos, principalmente, sob o viés masculino, buscando explicitar a luta pela visibilidade no espaço conflituoso das relações sociais.

No caso de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, a criminalidade violenta é expressiva no que tange ao envolvimento com o tráfico de drogas. As constantes disputas pelos “territórios” deflagram cotidianamente, nas favelas e periferias, cenas de violência entre os membros das quadrilhas rivais, o que freqüentemente resulta em morte.

A dinâmica do tráfico de drogas apresenta-se ainda como um “mundo masculino”, apesar da grande inserção das mulheres nesta atividade, já que é o crime mais praticado por elas. A participação masculina é predominante no que se refere aos postos de comando, à capacidade de financiamento da atividade e à violência empregada para a defesa do “território”.

A partir da análise de Ceccheto (2004) foi discutido o conceito de masculinidade em oposição à feminilidade, no que tange à participação de homens e mulheres no tráfico de drogas – a violência física e armada empregada é uma forma de afirmação da masculinidade, principalmente no caso dos adolescentes das comunidades marginalizadas.

No segundo capítulo, embasado nos conceitos foram apresentadas as estatísticas sobre a criminalidade no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais, utilizando uma perspectiva comparada no que se refere à participação masculina e feminina nos delitos.

O tráfico de drogas não é o principal delito entre os homens – os crimes contra o patrimônio são mais expressivos, notadamente o roubo. Em Minas Gerais, de acordo com Saporì (2007), os roubos à mão armada são responsáveis por grande parte da criminalidade violenta, principalmente praticados pelos homens. No caso das mulheres, o tráfico de drogas é o crime mais praticado pelas mulheres e o roubo ocupa a segunda ou terceira posição e, muitas vezes, está associado à dinâmica do tráfico de drogas.

De acordo com dados do Centro Integrado de Informações da Defesa Social, em Junho de 2008 em Minas Gerais, 158 mulheres estavam presas por tráfico de drogas, representando 13,45% do total e 2458 homens respondiam por este crime, contabilizando 7,99% do total de 31.939 presos entre homens e mulheres sob a custódia da Subsecretaria de Administração Prisional. Entre os homens, o crime de roubo é o mais cometido, representando 22,20% do total e contabilizando 6.830 presos por este delito sob a custódia da Subsecretaria de Administração Prisional, o tráfico de drogas aparece como o terceiro delito mais cometido pelos homens.

Além disso, os números demonstram que as mulheres cometem muito menos crimes do que os homens, mas se destacam no tráfico de drogas, atualmente definido pela Nova Lei de Antidrogas 11.343/06, seguido pelo roubo e/ou furto, diferentemente dos homens que praticam, com maior frequência, o roubo (art.157 do Código Penal Brasileiro).

Inicialmente, as estatísticas foram utilizadas porque grande parte da bibliografia lida sobre a criminalidade feminina refere-se ao estudo de mulheres que se encontravam em prisões, cenário também utilizado nesta pesquisa. A prisão é o lugar onde as mulheres são mais facilmente localizadas para as entrevistas e estão contabilizadas em maior número, sem depender necessariamente de uma rede de contatos externa. Além disso, o local oferece segurança para a realização da pesquisa.

Os números vieram acompanhados de uma discussão sobre a finalidade das prisões (FOUCAULT, 1977) e, em essência, a sua capacidade ou incapacidade de ressocializar ou (re) integrar estes indivíduos ao convívio com a sociedade.

Normalmente, os egressos, ao saírem da prisão, retornam para o local onde moravam no momento anterior à prisão, situação que favorece a reincidência e não

rearticula valores e símbolos. Pelo contrário, explicitam a violência e a dura realidade do estigma de favelado e ex-presidiário.

Os jovens são alvos fáceis para a cooptação, principalmente, pela simbologia da prática delituosa e pelos valores imperantes nestas comunidades. Nestes locais, as relações sociais são estabelecidas e orientadas pelo papel desempenhado por cada indivíduo no contexto do tráfico de drogas: o *status* é determinado pela função exercida na atividade ilícita. Os moradores que não estão envolvidos com o tráfico também obedecem ao ritmo imposto pelas gangues que disputam o poder e demarcam sua territorialidade.

No terceiro capítulo, são relatadas as trajetórias de vida das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, servindo como enredo para o debate sobre a criminalidade e os papéis femininos desempenhados na sociedade em fins do século XX e primórdios do século XXI.

As histórias revelam uma participação subsidiária da mulher no tráfico de drogas que muitas vezes iniciam a participação em decorrência de um amor bandido ou da necessidade econômica imediata, ou seja, o desejo de participar ativamente da sociedade de consumo.

Outro aspecto fundamental é o caráter simbólico do tráfico que impõe admiração, respeito e *status* àqueles que participam da atividade – o fato de ser “mulher” do gerente de uma “boca”, ou ser sua amante, é motivo de orgulho para muitas jovens adolescentes que fazem qualquer negócio para não perder esta posição social, inclusive, matar, roubar e traficar.

As mulheres protagonistas das histórias, em sua esmagadora maioria, são oriundas de favelas, aglomerados ou regiões pobres do interior de Minas Gerais. No Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, à época da realização das entrevistas, não foram encontradas mulheres de classe média ou com curso superior que tenham tido envolvimento com o tráfico de drogas.

Este é um ponto importante da pesquisa porque levanta algumas indagações, principalmente com relação à abordagem policial e revista em mulheres brancas, de classe média e com curso superior, estereótipo que pelo senso comum não levantaria suspeita. Isso não significa que estas mulheres estejam isentas da prática do tráfico de drogas, pelo contrário, alguns casos já começam a ter notoriedade na imprensa, quando se refere ao tráfico internacional de drogas e à comercialização de substâncias como o *ecstasy* e o LSD.

Diante desse quadro, só foi possível entrevistar mulheres pobres, com relações familiares instáveis, moradoras de favelas ou periferias e, em sua maioria, pardas ou negras, com baixo nível de escolaridade.

1. O COTIDIANO DO TRÁFICO DE DROGAS

1.1. O cotidiano do tráfico de drogas: um mundo masculino?

O inferno está perto de nós, é verdade. Mas há saída, sim. Basta olhar de perto e sentir o sopro de humanidade que vibra sob a máscara dos monstros (SOARES, 2005, p. 102).

Entre 2003 e 2006¹ de acordo com dados da Polícia Federal, foram apreendidos no Brasil 858,6 toneladas de entorpecentes. Neste mesmo período, 14.953 pessoas foram indiciadas como traficantes no país, o que significa dizer que em quatro anos prendeu-se uma população equivalente a de uma cidade do interior de Minas Gerais.

O tráfico de drogas é um instrumento da violência tanto das gangues de jovens quanto dos próprios policiais, cada um lutando por uma “ordem” específica; enquanto os jovens traficantes lutam pela afirmação de seu espaço e o domínio das bocas de fumo, a força policial procura intervir em nome da lei e do Estado. Esta intervenção muitas vezes é ineficaz pela prática corrupta de policiais e pela falta de políticas públicas voltadas para a prevenção da criminalidade em determinadas localidades.

O tráfico de drogas é um fenômeno multidimensional que envolve o entrelaçamento de questões tanto jurídico-político-econômicas, quanto sócio-culturais e simbólicas.

As relações sociais que são estabelecidas em virtude do tráfico de drogas geram um ambiente de insegurança para as pessoas que convivem diariamente com o problema, principalmente pelas altas taxas de criminalidade e vitimização que ocorrem nas regiões onde impera a imposição da dinâmica do comércio ilícito de entorpecentes.

Além disso, pelo volume de dinheiro movimentado e pelo risco que a atividade imprime, as condições psíquicas dos atores envolvidos favorecem um comportamento violento, com pouca tolerância e regras próprias de convivência.

No tráfico de drogas, a fidelidade ao “patrão” e o silêncio são valores primordiais, inclusive garantidores da vida. Mas as histórias de vida dos jovens

¹ Estes dados referem-se à quantidade de drogas apreendidas apenas pela Polícia Federal, não entrando nos cálculos as drogas apreendidas pelas Polícias Civil e Militar de cada estado da Federação.

envolvidos com o tráfico de drogas não costumam ser longas, pois terminam tragicamente nas “armas” de outros traficantes ou dos policiais.

De acordo com Soares (2005), a “explosão” do tráfico de drogas no Brasil ocorreu na década de 80 na cidade do Rio de Janeiro, onde a configuração geográfica propicia a conexão entre as favelas e os bairros de classe média. A proximidade física entre vendedores e compradores favoreceu o surgimento de locais fixos para a venda de drogas, as chamadas bocas de fumo. A movimentação econômica do comércio varejista de drogas passou a ser atraente para os mais pobres, pois a atividade atacadista só poderia ser realizada com um aporte financeiro alto e ficaria restrita a um número pequeno de pessoas com elevada capacidade financeira.

A partir da instalação das bocas de fumo, houve uma delimitação dos espaços, com a valorização dos territórios e o investimento em segurança para que os consumidores tivessem livre acesso aos pontos de venda de drogas. Neste sentido,

A segurança é garantida ao comprador de acesso tranqüilo à boca, sem risco de roubos, agressões ou batidas policiais; é condição de estabilidade dos negócios, portanto, é também defesa contra eventuais incursões de grupos rivais - sim, porque a viabilidade dos pontos fixos de venda converteu o controle sobre eles em patrimônio valioso e recurso estratégico extraordinariamente significativo, na lógica do mercado de drogas. (SOARES, 2005, p. 249).

A proteção das bocas de fumo passou a exigir investimento em armas para assegurar a tranqüilidade e a defesa do território, tanto com relação aos policiais quanto às gangues rivais. Os “territórios” passaram a ser defendidos pelos “soldados” (SOARES, 2005), recrutados entre os jovens adolescentes que viam nas armas e no tráfico de drogas um elemento de poder e projeção social no interior de suas comunidades.

O tráfico de drogas exerce uma fascinação sobre os jovens que procuram nesta atividade uma forma de tornarem-se visíveis à sociedade – a arma é um sinal de alerta, um instrumento para demonstrar o seu descontentamento com o tratamento recebido, com as condições sócio-econômicas a que estão submetidos e pelo estigma que lhes são imputados.

As relações de poder estabelecidas pelo tráfico de drogas seduzem homens e mulheres, proporcionam acesso a um mercado de consumo que não usufruiriam com as condições financeiras de um trabalho formal direcionado para as suas qualificações e

atribuem a eles um status, uma ascensão social e, principalmente, o poder de decidir os papéis atribuídos a cada membro de sua “comunidade”, inclusive decidindo sobre a vida e a morte. Atualmente, 158 mulheres² e 2458 homens estão presos no estado de Minas Gerais por tráfico de entorpecentes. A participação feminina da mulher na criminalidade é menor do que a masculina, inclusive no tráfico de drogas, mas ainda é o crime mais cometido por elas.

Outro aspecto fundamental a ser mencionado é o pagamento de propina a policiais, o que acarretou grande descrédito à instituição e à presença do Estado como solucionador de conflitos e garantidor da segurança pública. Esta situação prejudica a imagem da corporação e denigre a reputação dos bons policiais que exercem um trabalho digno de enfrentamento à criminalidade.

Nascimento (2004) ao estudar a realidade do aglomerado Pedreira Prado Lopes, cita a relação estabelecida entre traficantes e uns poucos grupos de policiais de acordo com as entrevistas que realizou.

(...) é muito comum a prática de extorsão das quadrilhas, e isso acontece aos moldes do que fazia a máfia ao vender sua inoperância a título de “proteção”. Esta cobrança teria, inclusive, se tornado uma relação consolidada entre os dois grupos, com valores previamente acertados e datas de pagamento acertadas com antecedência. A venda das armas apreendidas com uma quadrilha para outro grupo rival também é muito relatada pelos rapazes que participam das gangues. Segundo eles, quando uma equipe corrupta apreende uma arma com o membro de um grupo, vende-a para o integrante de outra quadrilha ao invés de levá-la para uma delegacia. O mesmo estaria acontecendo com pequenas quantidades de droga, que acabam não saindo do morro. (NASCIMENTO, 2004, p.152).

Nascimento (2004) colheu algumas expressões utilizadas pelos traficantes, principalmente mais jovens, para se referir aos policiais. Segundo ele, durante as entrevistas realizadas no aglomerado aparecem vocativos, tais como: “verme”, “safado”, “bandido”, “gambé”, “porco safado”. (NASCIMENTO, 2004, p. 153).

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, as mulheres envolvidas com o tráfico de drogas também

² Estes números foram coletados no Centro Integrado de Informações da Defesa Social (CINDS), no dia 04/06/2008. De acordo com o relatório, dos 31.939 crimes, 1175 são cometidos pelas mulheres e 30.764 pelos homens. Entre as mulheres o que mais se destaca é o tráfico de drogas que aparece em 158, 13,45% dos casos e, em seguida, o crime de roubo que aparece em 141 dos casos, 12,0% do total de crimes cometidos pelas mulheres. Entre os homens o crime que mais se destaca é o roubo que aparece em 6.830 casos, 22,20% do total de crimes cometidos pelos homens, seguido pelo furto que contabiliza 3.717, 12,08%.

apontam em seus discursos grande desrespeito pela ação policial: “eles são os piores bandidos, porque estão escondidos pela farda”. Esta é uma frase recorrente entre elas e revela a gravidade das relações de poder estabelecidas na dinâmica do tráfico de drogas – alguns representantes do Estado que deveriam agir de forma a combater a criminalidade, aliam-se aos criminosos, com intuito de obter vantagens financeiras, contribuindo para a descrença nas instituições e aumentando a impunidade.

Não há tráfico e domínio territorial do tráfico sem a participação policial que azeita a máquina do crime com imobilismo, provisão de meios, teatro, informação e proteção. A ponto de uma falange vingar-se de outra ou golpeá-la, acionando campanhas policiais para enfraquecer a rival e tomar-lhe os territórios. Às vezes, negocia-se com policiais a captura de um líder de falange inimiga: simula-se a prisão, mas se procede a um seqüestro, pois não se segue, à captura, a condução à delegacia, mas a entrega do “preso” aos seus inimigos, para o festim da vingança (SOARES, 2005, p. 269).

O depoimento de MV BIL é ilustrador da realidade vivenciada nas favelas cariocas, por um “nativo”, ou seja, ele viveu grande parte de sua vida na Cidade de Deus, uma das mais famosas comunidades do Rio de Janeiro, onde o tráfico de drogas marca a sua forte presença.

As sucessivas prisões que eu vejo, em geral, se transformam em seqüestro. Na minha terra (Rio de Janeiro), o normal seria fixar o valor do acerto, mandar um catuque para o dono da boca e depois alguém trazer a grana, ou seja, alguém entregaria o dinheiro dos policiais no DPO ou na viatura que ficaria entocada em algum ponto combinado. O que acaba sendo bom para quase todo mundo. Bom para o crime, que tem sempre seus soldados soltos; bom para os policiais, que conseguem aumentar seus orçamentos tão defasados; bom para a cúpula da polícia, que mantém seus subordinados durante anos em seus DPOs, garimpando e trazendo recursos para suas unidades; bom para o Estado, que não precisa prender, julgar e gastar mais dinheiro com as burocracias. (ATHAYDE ; BILL, 2005, p. 50).

Soares infere sobre a corrupção policial nas localidades onde o tráfico de drogas registra fortemente a sua presença, relatando que “o morador prefere a violência local desbocada, sem vergonha e escancarada, ao cinismo arrogante dos bandidos uniformizados” (SOARES, 2005, p.263). Nestas localidades, os moradores mantêm uma relação dicotômica com os traficantes ou os “bandidos”, ora são aliados das quadrilhas, servindo como “olheiros” ou “escudos” para os criminosos, ora são

informantes da polícia, delatores das gangues. No último caso, se forem apanhados repassando informações à polícia, poderão pagar com a vida.

Na real, o X9 é o maior inimigo da favela. É ele quem tira a tranquilidade de todos, é ele quem fica nas janelas tentando ver aonde os bandidos vão se esconder. Depois, liga para seus contatos na polícia e diz exatamente como encontrá-los. Assim, sempre ao amanhecer, os policiais entram nas casas, prendem os jovens, levam para o cativo e negociam o resgate com o contato da favela. (ATHAYDE; BILL, 2006, p.52).

De acordo com Soares (2005), as maiores vítimas do tráfico de drogas são os próprios jovens e com características típicas: “sexo masculino, tem entre 15 e 24 anos, mora nas vilas, favelas ou periferias das metrópoles e, frequentemente, é negro”. (SOARES, 2005, p.247).

Os jovens das periferias brasileiras procuram no tráfico de drogas um resgate para a sua invisibilidade social. No comércio ilícito de drogas eles podem encontrar o dinheiro e os bens de consumo, mas, sobretudo o poder e o status de ser reconhecido pelo “outro”, membros da própria comunidade ou mesmo a sociedade mais ampla. A arma é um símbolo poderoso e é a expressão da violência tanto ideológica quanto física que determina em grande medida o grau de respeitabilidade do jovem.

Dessa forma, para os adolescentes homens que se envolvem com atividades criminosas, o emprego da arma de fogo, o dinheiro adquirido com o tráfico de drogas e a reputação são fatores importantíssimos para a determinação de sua masculinidade.

O “respeito” conquistado perante a comunidade possibilita ao adolescente conquistar as meninas mais bonitas, inclusive mantendo vários relacionamentos ao mesmo tempo, com a aquiescência das namoradas. No imaginário destes garotos, a arma é um elemento de dominação e o seu porte estabelece as relações de poder – neste caso, eles têm o poder de decidir até mesmo sobre a vida e a morte.

Os frequentes conflitos gerados pelas trocas de tiros e vinganças entre os traficantes armados é particularmente grave no caso dos adolescentes armados. Nestes episódios, as lutas pelo poder e domínio de uma boca-de-fumo podem determinar conflitos longos e sangrentos, inclusive atingindo os moradores da comunidade.

Os adolescentes armados procuram se sobressair nestes conflitos para serem reconhecidos pelo traficante como um “herói” e assim obter vantagens dentro do bando ou quadrilha. O destemor destes jovens pode contribuir para o agravamento da situação,

pois eles estão sempre prontos à atacar outras facções ou a própria polícia, aumentando o alcance do conflito e o número de vítimas.

De acordo com Zaluar (2000), a coragem demonstrada nestes conflitos entre bandidos, facções rivais e polícia é uma forma de demonstrar poder e prestígio, além de servir como elemento para construção de uma hierarquia no tráfico de drogas.

Os assassinatos de bandidos rivais ou de policiais deixam margem para vinganças futuras que podem instaurar períodos de muita violência nas localidades dominadas pelo tráfico de drogas.

Apesar da defesa da honra masculina ser fundamental nestes casos, o valor mais protegido continua sendo o domínio da “boca de fumo”, local de realização do comércio ilícito e lucrativo (ZALUAR, 2000).

A rua é o espaço no qual os jovens pertencentes às gangues e quadrilhas afirmam o seu ethos masculino, frequentemente de forma violenta. No entendimento de Zaluar,

Para conseguir o respeito de seus colegas e a admiração das mulheres, o jovem necessita estar com dinheiro no bolso que lhe permita consumir rapidamente o que conseguiu ganhar facilmente. Seguem-se a exibição constante da disposição para a briga e a orgia de consumo interminável, nas quais o jovem cria para si mesmo um círculo vicioso do qual não consegue sair. É preciso estar repetindo sempre o ato criminoso para ganhar o dinheiro fácil que sai fácil do seu bolso (...) o jovem cria em torno de si uma rede de obrigações em forma de pagamentos em dinheiro e outros favores, como, por exemplo, matar algum inimigo desses poderosos chefes do mundo da contravenção e do crime (ZALUAR, 2004, p. 62).

Os atos violentos e a afirmação do ethos masculino configuram relações de poder que determinam o grau de periculosidade do jovem e a sua imagem perante os outros membros da quadrilha e às mulheres de uma forma geral. Para a construção deste ethos masculino, os jovens buscam na possibilidade de consumo e na reação violenta aos conflitos a sua posição no interior da quadrilha. Neste sentido, eles procuram trilhar o caminho da visibilidade, destacando-se pela violência, pelo consumo de bens classificados como de classe média, e pelo “poder”.

Dessa forma, surge uma oposição entre trabalhadores e bandidos. Os jovens, principalmente do sexo masculino, estabelecem como oposição a vida do trabalhador que está submetido a condições degradantes, sendo uma mão-de-obra explorada e que frequentemente não possui recursos para lazer e bem-estar. O bandido é aquele que

consegue ganhar o dinheiro “fácil”, sem grande esforço, mas com grande risco e, por isso, consegue adquirir bens de consumo e as conquistar as mulheres mais bonitas.

1.2. A oposição: trabalhadores e bandidos

Entre “eles” e “nós”, o muro: medo, estigma, invisibilidade. E a brutalidade policial (SOARES, 2005, p. 35).

A relação entre bandidos e trabalhadores nas favelas e periferias é complexa e difícil de ser caracterizada. A oposição de papéis não é tão delimitada, ora destacando medo e revolta com os jovens armados que impõem regras e comportamentos, ora estabelecendo parcerias contra a brutalidade da ação policial.

Nas favelas e periferias dos grandes centros urbanos convivem lado a lado “trabalhadores e bandidos”, gerando uma relação conflituosa, encoberta pela obrigatoriedade do silêncio e pela aceitação das regras impostas pela dinâmica do tráfico de drogas, sempre resguardadas pelo emprego das armas.

De modo geral, o que impera é o medo e a vontade de livrar-se do jugo dos meninos em armas. São inúmeros os relatos sobre a revolta e o sentimento de humilhação vividos pelos adultos trabalhadores, obrigados a pedir licença, demonstrar respeito e obedecer a determinações dos adolescentes armados (...)(SOARES, 2005, p. 263).

Na década de 80, Alba Zaluar realizou uma pesquisa na Cidade de Deus, destacado foco de venda de maconha no Rio de Janeiro, o que ocasionava uma disputa acirrada entre os traficantes da região pelos “pontos de venda”, gerando um clima de “guerra” e violência entre eles. O estudo de Zaluar faz um importante levantamento sobre os aspectos que envolvem a vida dos moradores da Cidade de Deus: pobreza, trabalho, consumo, formas de sociabilidade, violência, tráfico de drogas e preconceito.

Deste período em diante, a situação no Brasil foi agravada pelas constantes disputas pelo tráfico de drogas, além da intensificação da entrada ilegal de armamentos no país. O perfil das substâncias entorpecentes também sofre alteração, crescendo o número de usuários e dependentes de drogas cada vez mais letais – cocaína, crack, LSD, ecstasy e merla.

Mas os estratos sociais residentes em favelas e periferias dos grandes centros ainda são os mais prejudicados porque sofrem com a onda de violência e criminalidade e, por consequência, padecem com o preconceito do “asfalto” que impõem o estigma da marginalidade a quem também é vítima desse processo.

No entendimento de Zaluar 2000, há uma oposição clara entre bandidos e trabalhadores. Na visão do trabalhador, o bandido é aquela pessoa que gosta do dinheiro fácil, sem muito esforço, com uma conduta desregrada e cheia de vícios. Na interpretação do bandido, o trabalhador é um “otário” que trabalha em empregos subalternos, exposto às humilhações e a trabalhos árduos, com uma remuneração insignificante que mal dá para pagar as contas no final do mês. (ZALUAR, 2000, p. 145).

Este enfrentamento de papéis está muito relacionado com o orgulho que o trabalhador sente ao conseguir ser o provedor da subsistência da família, o que o torna moralmente superior ao bandido. Mas as condições difíceis de trabalho, a escassez de empregos e os baixos salários acabam servindo como estímulos para a entrada de jovens no tráfico de drogas.

Outro aspecto que distingue o trabalhador do bandido é a arma de fogo. De acordo com Zaluar (2000), a utilização da arma de fogo é um ato de demonstração para a comunidade da opção de vida adotada por determinado indivíduo. As armas são formas de expressão do desejo, principalmente dos jovens que as adquirem para impor a sua vontade sobre as outras pessoas.

Os membros da comunidade sentem-se inseguros com a presença dos jovens traficantes armados porque os conflitos com a polícia são inevitáveis e geram tumultos freqüentes. Além disso, a “autoridade dos homens adultos sofre um duro golpe das novas formas de contestação dos jovens revoltados, isto é, de armas na cintura” (ZALUAR, 2000, p.146).

Os conflitos entre bandidos e trabalhadores agravam-se quando os jovens armados fazem o uso “indevido” de suas armas e roubam e subjagam os próprios moradores da comunidade. Este aspecto fere diretamente o ethos masculino e a autoridade dos homens trabalhadores e mais velhos.

De acordo com Zaluar (2000, p. 146), há a figura do bandido protetor que zela pela ordem social e pela justiça que castiga os bandidos “pivetes” que roubam ou cometem violências contra membros trabalhadores da comunidade,

Caso na haja este justiceiro, o bandido que infringir a norma de não roubar e não ferir trabalhador arrisca-se a ser justicado pelas próprias mãos do povo. Neste caso, a ambigüidade cede lugar ao ódio, o respeito e o medo, que andam misturados, são substituídos pela fúria. O resultado é o que se vê estampado nos jornais do país. (ZALUAR, 2000, p.146).

No interior de uma comunidade há também a oposição entre bandidos, o que atribui aos bandidos do “outro território” a face mais dura e cruel da criminalidade. Esta situação é retratada pelos próprios moradores que atribuem características mais amenas aos bandidos pertencentes à sua área, numa tentativa de se livrar do estigma de habitar um local dominado por bandidos sanguinários,

Na área do morador que fala predominam os trabalhadores pacatos; os bandidos de cá, além de valente, são “gente”, “não se metem com trabalhador”, “defendem a área”, “nos respeitam”(…) na mesma área, o bandido é, pois, “gente como todos nós” (ZALUAR, 2000, p.144).

A oposição estabelecida entre trabalhadores e bandidos é uma realidade nas favelas e periferias dos grandes centros urbanos, mas corresponde a uma dinâmica interna a estas comunidades. Em um contexto mais amplo, os moradores destes locais sofrem com o preconceito e freqüentemente são confundidos com bandidos, principalmente nas abordagens e revistas policiais.

Zaluar (2000, p. 145) aponta o autoritarismo como uma característica das relações de trabalho no Brasil, o que favoreceria a construção de uma imagem negativa do trabalho, principalmente se ferir o ethos masculino, submetendo-o a humilhações e imposições arbitrárias. Estas relações são permeadas por intensos conflitos, quase sempre implicando em desvantagens para o trabalhador ou abandono do emprego.

Apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano, o trabalho e a condição de trabalhador ainda constituem uma fonte de dignidade e orgulho para estes indivíduos, inclusive sendo uma fonte de superioridade moral.

Soares ao prefaciá-lo livro de Ramos e Musumeci (2005), intitulado Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro, assim descreve o preconceito construído sobre os favelados e habitantes das periferias, sejam eles bandidos ou trabalhadores, expresso nas abordagens policiais:

A seleção do suspeito orientada pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino, pelo estigma aplicado aos pobres, e pelo racismo contra os negros. Não por acaso o censo penitenciário nacional retrata uma distribuição perversa de cor, idade, gênero e classe social. O quadro não é fiel à prática de crimes, na sociedade, mas ao filtro que constrói a suposta realidade do universo criminoso, segundo critérios seletivos bastante específicos. A miopia histórica de nossas políticas criminais raramente as autoriza a olhar para cima; habituaram-se a olhar para baixo (...). (SOARES *apud* RAMOS; MUSUMECI, 2005, p.13).

1.3. Elemento suspeito

Para mim, eles não são vítimas, não são culpados. Para mim, eles não são marginais, nem santos. Para mim, eles são apenas humanos, nada mais. (ATHAYDE ; BILL, 2006) .

De acordo com a pesquisa sobre abordagem policial no Rio de Janeiro, realizada por Ramos e Musumeci (2005, p. 105) com 2.250 pessoas, os homens são mais abordados que as mulheres. A população carioca é composta por 46,8% de homens que são 73,8% dos abordados, enquanto as mulheres, 53,2% da população, representam apenas 26,2% das pessoas abordadas pela polícia.

Das mulheres que foram paradas pelos policiais apenas 12,2% foram revistas, contra 45,6% dos homens (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 114). Segundo a análise de Ramos e Musumeci (2005), o baixo índice de revistas decorrem do baixo percentual de policiais femininas na cidade do Rio de Janeiro, únicas que legalmente podem executar o procedimento, além das mulheres serem muito menos abordadas do que os homens.

Os jovens compreendidos entre 15 e 24 anos representam 25,7% da população total do Rio de Janeiro e constituem 49,1% dos abordados (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p.105). Outro dado revela o perfil das pessoas que são abordadas e revistas pela polícia: das pessoas com até quatro anos de estudo que foram paradas pela polícia, 44,8% foram revistas, e entre as que tinham curso superior completo ou incompleto somente 21,6% foram revistas,

Na prática, isso se traduz no fato de que aqueles atores ou grupos que se encontram mal posicionados no mercado da cidadania fazem parte do que se costuma chamar de “propriedade” da polícia. (...) A contabilidade da vigilância do espaço público ainda dedica uma atenção especial às “classes

de risco”, que incluem, evidentemente, os pobres, os jovens negros, os excêntricos e as minorias sexuais. (MUNIZ *apud* RAMOS; MUSUMECI, 2005, p.39).

A renda também é uma característica importante para analisar as abordagens policiais: houve incidência de revista corporal muito menor na faixa superior de renda, ou seja, para as pessoas que ganham acima de cinco salários mínimos (MUNIZ *apud* RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 116) do que para as pessoas com renda inferior a este patamar.

No caso das mulheres a pesquisa de Ramos e Musumeci (2005) revela um baixo índice de abordagem de mulheres e, na hipótese de abordagem, um pequeno percentual de revista. Dois depoimentos citados pelas pesquisadoras são reveladores da mentalidade policial, com relação às mulheres,

Existe o artigo 249 do Código de Processo Penal, que diz que a revista em mulher, quando fundamentada, pode ser adotada. Por exemplo, de madrugada numa favela, em que não haja uma mulher policial ali comigo e haja uma fundada suspeita, eu posso. Mas na prática não tem ocorrido não, porque, em geral, as jovens hoje em dia têm andado com camisetas e *shorts* minúsculos, então não tem uma arma ali dentro, nem uma quantidade grande de drogas. Já no homem é diferente, ele consegue botar dentro da calça, aquele bermudão que eles usam, por dentro da sunga, bota uma arma, bota grande quantidade de entorpecente. (Praça de BPM de subúrbio *apud* RAMOS; MUSUMECI, 2005, p.41).

A gente está até tentando colocar isso como mentalidade de trabalho, a revista aos pertences da mulher. Não a revista à mulher em si, porque o nosso Código de Processo Penal diz que a revista na mulher será feita preferencialmente por uma outra mulher, para evitar constrangimentos. Agora, nada impede que o policial faça a revista dos pertences, se ele tiver uma fundada suspeita, mas ele não faz. (Oficial de BPM do Centro *apud* RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 41).

Os depoimentos acima revelam o quanto a mulher ainda é “protegida” socialmente e a sua imagem é pouco vinculada ao porte de armas e ao armazenamento de grandes quantidades de droga. Segundo a visão do policial, a forma “feminina” de se vestir não possibilita a ela transportar grande volume de drogas, pois a roupa “minúscula” não oferece perigo à ordem pública.

De fato, as mulheres são menos abordadas pelos policiais, mas o número de abordagens vem aumentando, principalmente com relação às mulheres que sejam suspeitas de estarem envolvidas com o tráfico de drogas.

Um exemplo interessante é o Programa “Olho ViVo” implementado pelo governo do estado de Minas Gerais que consiste na instalação de câmeras de monitoramento nas favelas e aglomerados que registrem altos índices de criminalidade e tráfico de drogas. Por meio deste instrumento, os policiais fiscalizam a passagem de pessoas pelo local e inibem o tráfico de drogas neste âmbito, mas constantemente registram a presença de mulheres e homens com “atitude” suspeita, o que favorece a sua abordagem.

Nos últimos anos, no estado de Minas Gerais, a polícia militar tem investido recursos no aprimoramento do setor de inteligência que busca junto às Companhias e Batalhões informações sobre o “movimento” do tráfico de drogas nas favelas e aglomerados da cidade.

As informações obtidas pela polícia são retiradas das prisões de pequenos traficantes ou usuários de drogas realizadas nos locais que representam risco social e são dominadas pelas quadrilhas de traficantes. Dessa forma, consegue-se estabelecer um elo entre os pequenos traficantes e os gerentes de bocas-de-fumo e, logo, a polícia descobre quem são os articuladores do tráfico em determinada localidade.

Nestas investigações quase sempre são encontradas mulheres envolvidas com o tráfico de drogas e que mantém relações estreitas com os traficantes, o que faz com elas se tornem alvos constantes das abordagens policiais.

1.4. A masculinidade

“Vou ter que matar alguém”³.
(CECCHETO, 2004, p.124).

“Você dorme Comando Vermelho e acorda Terceiro Comando”⁴.
(CECCHETO, 2004, p.118).

Na década de 60, nos Estados Unidos e na Europa, começaram a surgir estudos sobre a masculinidade como forma de diálogo com o feminismo. Nestes estudos, a noção de masculinidade hegemônica (KIMMEL *apud* CECCHETO, 2004, p. 65) – os

³ Membro de uma galera.

⁴ Membro de uma galera.

padrões de virilidade, homem de negócios provedor e protetor da família são questionados. Isso ocorre, também, pela intensificação dos movimentos gays que procuram a revisão dos papéis sociais polarizados em masculino e feminino.

Neste mesmo período, nos Estados Unidos, surge um movimento denominado men's moviment analisado por Kimmel que procurava reafirmar os valores masculinos, inclusive a virilidade. Para tanto, os homens se reuniam aos finais de semana para participarem de rituais que celebrassem a masculinidade. De acordo com Ceccheto (2004, p.78), estes homens levavam os jovens para as florestas e os ensinavam a caçar e a lutar para fortalecer a masculinidade ameaçada pelos movimentos feministas e pelo new man que revela a sua inadequação ao conceito tradicional de masculinidade.

Para Ceccheto (2004), a partir destes movimentos de questionamento dos conceitos de masculinidade hegemônica, enfatiza-se o caráter interativo, construído, que varia cultural e historicamente para a determinação dos papéis masculinos e femininos.

Bourdieu citado por Ceccheto (2004, p.75) trabalha com o conceito de dominação masculina, no qual o corpo é parte fundamental para determinar a socialização por gêneros – “o corpo seria o locus desta dominação, uma forma de violência simbólica, neste sentido, assinala o esforço dos homens para assegurar sua participação no “patético jogo viril”: dar provas constantes de virilidade nos jogos de honra e guerra” (BOURDIEU *apud* CECCHETO, 2004, p.75). Esta identidade masculina contribuiria para a eclosão de comportamentos “dominadores e violentos”, expressos na atividade reprodutiva e sexual, além da predisposição para o conflito e o exercício da violência.

No entanto, segundo a análise de Ceccheto (2004), a definição de masculinidade tomada por Bourdieu não está centrada em ambientes violentos, onde o corpo deixa de ser a expressão da dominação propriamente dita e a arma passa a constituir o instrumento de virilidade. Este é o caso dos locais dominados pelo tráfico de drogas, onde a posse de uma arma determina a distribuição simbólica do poder.

Para Ceccheto (2004), a prática da violência não deve ser algo diretamente relacionado à masculinidade, ou seja, não existem genes violentos impregnados nos homens. A utilização da violência como recurso de afirmação da masculinidade depende da ideologia compartilhada por determinado grupo, em dado contexto histórico. Nestes casos, a violência pode ser empregada como “auto-recompensa”, de forma a obter resultados físicos e financeiros com o ato agressivo.

No Brasil, a escalada de violência que tem sido verificada desde o início dos anos 80. No entendimento de Zaluar (2004), espalhou entre os jovens pobres um “etos guerreiro”, tornando-os insensíveis ao sofrimento alheio. Estes jovens passaram a se matar, provocando a disseminação da violência como forma de garantia da posse dos territórios das bocas de fumo e afirmação do poder nas favelas e periferias onde o tráfico de drogas é uma atividade comercial intensa.

Conforme Zaluar, “na linguagem da favela, é preciso ter conceito e ganhar a consideração dos chefes para poder traficar” (ZALUAR, 2004, p. 14), o que cotidianamente instaura conflitos nos territórios dominados pelas quadrilhas de traficantes e reafirma a necessidade do uso das armas de fogo.

Os enfrentamentos com a polícia e as prisões revelam o funcionamento injusto do sistema de justiça criminal que prende majoritariamente jovens pobres e negros (ZALUAR, 2004, p16), além de capturar os pequenos traficantes, os chamados “aviões”. Neste sentido, o comportamento violento não é resultado apenas do ambiente de pobreza, mas está atrelado à dinâmica do tráfico de drogas, onde os jovens estão inseridos como algozes e vítimas.

A disputa pelo território das bocas de fumo é tão intensa que só os membros da quadrilha podem vender nos “morros”. Se algum “comerciante” não autorizado por pego pelos traficantes exercendo o comércio em uma área delimitada, o resultado será a morte.

De acordo com Zaluar, há pessoas que conquistam a confiança dos traficantes e compram uma quantidade maior de drogas para revender em locais movimentados do “asfalto” ou fora das favelas. Neste caso, estas pessoas “ganham conceito” com os traficantes e passam a adquirir maiores quantidades, o que pode gerar problemas com a polícia ou com os próprios donos de boca ao sentirem-se ameaçados.

Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro Zaluar aponta para os vários estilos de masculinidade que podem existir nas galeras. No caso dos funqueiros, a masculinidade é medida pela “disposição” para brigar e matar um jovem da galera rival – os territórios são divididos entre os “amigos e alemães”. Esta realidade é verificada também em Belo Horizonte, onde os membros da mesma galera ou quadrilha não podem frequentar o território dos “outros”, no caso “os alemães”.

No funk, a presença de galeras é parte constituinte do baile. A divisão dos lados A e B é que vai dar lugar às disputas de dança e à luta que ocorrem

durante o baile. Seus freqüentadores, mais jovens e sem muita ligação com o trabalho, a profissão ou a escola, desenvolvem o etos da masculinidade que os obriga a se mostrar corajosos nos bailes e a brigar. (ZALUAR, 2004, p. 28).

Estes bailes representam grande foco de confusão e muitas vezes pólos disseminadores da violência que podem culminar com a morte de alguns jovens. Na dinâmica do tráfico de drogas estas manifestações de coragem e força, além da “disposição” para o enfrentamento são determinantes para a afirmação do poder nos territórios. No comércio ilícito de entorpecentes as demonstrações de fraqueza podem custar a perda da “autoridade” ou o enfraquecimento da quadrilha.

De acordo com Cecchetto (2004), o termo “disposição” é próprio das galeras funk e referem-se a masculinidade destes meninos e a sua motivação para as rixas e lutas travadas com as “galeras” rivais. A pesquisadora enfatiza que em fins da década de 90, os bailes funk eram freqüentados, em sua maioria, por adolescentes pobres das favelas que tinham neste ritmo musical uma narração dos estilos de vida e a verbalização da violência.

A favela é o contexto dos bailes funk e da formação das galeras, mas as praias e ruas também eram espaços de convivência ou de rixas. Na década de 80 há um aumento significativo da entrada de drogas e armas nestes territórios o que proporcionou o recrudescimento dos conflitos por posse das bocas-de-fumo e pela gerência do comércio ilícito de entorpecentes. As “guerras” travadas entre os traficantes tinham e têm, até hoje, como principais vítimas os próprios “soldados” do tráfico – os adolescentes pobres das favela, Cecchetto (2004).

Para ser membro de uma galera é necessário demonstrar predisposição para a luta e adquirir o respeito dos ‘amigos’ por meio do enfrentamento constante das galeras rivais, da exibição de força física o que configura um certo arranjo de poder – este é o símbolo da masculinidade,

Na dinâmica das rixas entre esses grupos, operavam conjuntamente a defesa do território e noções de masculinidade estruturadas em torno de valores como a coragem e o destemor para os confrontos violentos. Tais atributos assinalavam o que vem a ser adotado como uma espécie de norma local de masculinidade, sintetizada na expressão “ter disposição”. (CECCHETTO, 2004, p.119).

As agressões físicas experimentadas pelos membros das galeras é que dão o tom da “emoção” nos bailes funk. Os constantes embates reafirmam a masculinidade e procuram conquistar a superioridade de uma galera sobre a outra, inclusive com o reconhecimento de uma “liderança” que acaba por conquistar a fama pelo desempenho nas rixas.

Conforme a análise de Cecchetto, há uma “hierarquização da masculinidade” de acordo com a “disposição” para as rixas: aqueles que apanham e não conseguem vencer constantemente o adversário ou fogem por covardia são intitulados “bundões”, “buchas”, “pilhas fracas” e “peidões”. (CECCHETTO, 2004, p. 123). Neste mesmo contexto, a homossexualidade é recriminada pelos funqueiros “o contato corporal entre homens, sem finalidade de um combate a sério, pode ser considerado uma atividade não masculina”. (CECCHETTO, 2004, p. 127).

A cor da pele também é um fator de definição da masculinidade para os funqueiros: os “mauricinhos” - jovens brancos e de classe média estão em oposição aos membros da galera, jovens e em sua maioria negros, que possuem “disposição” para as rixas. Neste caso, surge a dicotomia rico-pobre, evidenciando que os pobres têm mais capacidade de sobrevivência e são mais fortes em combate do que os palyboys do asfalto. (CECCHETTO, 2004, p. 128).

A falta de dinheiro dos favelados seria, assim, compensada pela capacidade de luta, que, como acreditam, é insuficiente entre os mauricinhos. Não sem ironia e sarcasmo que os integrantes das galeras das favelas sublinham a distância social e estética em relação aos grupos de rapazes do asfalto, colocando em relevo o processo de aprendizagem das relações de poder existentes em seus locais de moradia, da absorção de valores e estéticas próprias, desconhecidos pelos moradores do asfalto. (CECCHETTO, 2004, p.128).

A distância estética evidenciada no trecho acima refere-se às formas de utilização do corpo: enquanto os homens de classe média cultuam as formas físicas pela vaidade, trabalhando os “músculos” com a finalidade estética; os jovens das galeras utilizam o corpo para o embate nas rixas, definindo formas de hierarquização conforme a “lei do mais forte”.

Neste “universo masculino”, de acordo com Cecchetto, as mulheres ocupam posições periféricas e não partem para o confronto como os homens. Quando isso acontece, elas são definidas como “sapatão” ou “mulher feia”, além disso, as mulheres

funqueiras sofrem com o preconceito machista ao retratá-las como “mulher de baile” que não servem para namorar sério. (CECCHETTO, 2004, p. 129). Neste contexto, as mulheres estão expostas ao julgamento masculino e, muitas vezes, sofrem agressões físicas de seus namorados.

1.5. A feminilidade

A história das mulheres é marcada pela oposição entre espaço público e privado. Os papéis sociais atribuído às mulheres impõem características de docilidade e submissão, contrárias ao ímpeto masculino. A esfera privada é o espaço das emoções e da manutenção da honra, obrigações típicas das mulheres; a esfera pública, o espaço para o debate e para as decisões políticas.

Almeida (2001) afirma que o discurso da modernidade não foi capaz de rever os papéis sociais de mulheres e homens. Apesar das conquistas pelos direitos, antes privilégios masculinos, a imagem do espaço público como cenário do debate, da força e da luta pela sobrevivência, ainda está associada ao pai de família provedor.

Tiradentes citado por Almeida (2001, p.75) descreve o perfil modelo da condição feminina. As mulheres seriam constituídas de características fisiológicas que as tornariam débeis fisicamente, além de serem passivas sexualmente. Sob o aspecto moral, seriam dotadas de senso ético mais elevado do que o dos homens pelo envolvimento religioso e pela maternidade, fatos que impediriam as mulheres de cometerem impulsos violentos. O fator social determinante para as mulheres não cometerem crimes é a sua baixa participação no mundo público e a sua preservação no mundo doméstico.

(...) esse é um mundo estranho; é um mundo no qual os indivíduos cresceram antes de terem nascido; no qual os jovens são homens antes de terem sido crianças; mundo onde nem mãe, nem irmã, nem esposa existem (...) o problema é que nesse universo, a experiência das primeiras mulheres modernas não tem lugar. A mulher é tão-somente o que os homens não são, isto é, não são autônomas, independentes, mas pela mesma razão, não agressivas embora nutridoras, não competitivas, mas dadas, não públicas, mas privadas. Ela é simplesmente uma carência – a carência de autonomia, a falta de independência, a falta do pênis. O macho narcisista, a considera como sendo exatamente ele mesmo, apenas seu oposto. (BENHABIB; CORNELL, 1987, p.96).

Apesar das dificuldades que as mulheres enfrentaram para a inserção no mercado de trabalho e, principalmente, o confinamento ao mundo doméstico que foi um complicador para a independência financeira feminina, atualmente, já não é uma realidade dominante.

Em pleno século XXI as mulheres ocupam cargos e profissões que eram específicas do mundo masculino, tais como, patentes no exército, agentes penitenciários, motoristas de caminhão e astronautas.

Contemporaneamente, as mulheres destacam-se até nos crimes que poderiam ser considerados tipicamente masculinos como é o caso do tráfico de drogas e o roubo⁵ que em suas definições imbutem o conceito de violência simbólica ou armada.

Os crimes cometidos por mulheres foram analisados ao longo da história por diversos estudiosos da criminologia, da sociologia e do direito. As abordagens variavam de acordo com o campo de estudo, mas o resultado convergia para uma simples realidade: o “aprisionamento” feminino à esfera privada e os seus poucos vínculos com a vida pública. Os crimes ditos femininos estavam associados ao ambiente doméstico – infanticídio, aborto e envenenamento, além de pequenos furtos. A prostituição aparecia como tentativa de liberação feminina e era recorrente nos prontuários policiais.

Cesare Lombroso, representante da Escola Positiva do Direito Penal, é um dos fundadores da Criminologia com a elaboração, no século XIX, de estudos sobre a criminalidade baseando-se nas características biológicas dos indivíduos. Esta abordagem tinha como intuito impulsionar os estudos sobre a antropologia criminal, a psiquiatria forense, a sociologia e a estatística. Na época, os estudos sobre os problemas sociais e a coletividade estavam tomando relevo e as condições psíquicas e físicas do delinqüente tinham grande importância na explicação do seu comportamento em sociedade.

Seguindo a influência positivista, Lombroso dedicou-se ao estudo das características físicas dos indivíduos que os levariam a determinado comportamento social, neste caso o crime. Para ele, os crimes cometidos por mulheres estavam associados à fatores de ordem fisiológica e emocional e, na maioria das vezes, associados à prostituição.

⁵ O roubo é tipificado no artigo 157 do Código Penal Brasileiro e têm como pressuposto o emprego de violência ou a utilização de arma de fogo.

De acordo com Caleiro (2003), a mulher criminosa foi analisada por Lombroso obedecendo a três categorias: a criminosa nata; a criminosa por ocasião e a criminosa por paixão, sendo que as duas últimas seriam as mais numerosas,

A criminosa nata seria dotada de intenso erotismo, grande inteligência, em torno do qual agrupavam-se caracteres negativos como: coragem, energia, gostos viris pelas bebidas alcoólicas e pelo fumo, incapacidade para as funções maternas, disposição para a aventura e o ócio. Esse tipo de criminosa demonstraria uma grande tendência a se confundir com o tipo masculino e sua inteligência deveria ser traduzida por uma forma astuta de perpetrar as mais diversas formas de violência (LOMBROSO *apud* CALEIRO, 2003, p.42).

As criminosas natas são comparadas aos homens, principalmente pelo fato de terem gosto pelo álcool, pela vida desregrada, elementos “típicos” da masculinidade e por aplicarem mecanismos violentos. Outro ponto fundamental das análises de Lombroso e que refletiam o posicionamento social da época é a falta de disposição para a maternidade. No século XIX, as mulheres, notadamente as burguesas, tinham como função social a reprodução e a administração do ambiente doméstico. As criminosas natas, segundo Lombroso, estavam longe deste padrão.

Para Lombroso, as criminosas por ocasião freqüentemente demonstravam arrependimento e eram capazes de manter um relacionamento estável e duradouro com um homem. Já as criminosas por paixão agiriam com maior intensidade no período da juventude, época em que os desejos sexuais estão aflorados e a necessidade de aventura e libertação influenciam o comportamento das jovens.

A partir destas instituições fica evidente a posição que as mulheres ocupavam na sociedade do século XIX, ao terem os seus comportamentos sempre vinculados à figura masculina. De acordo com esse pensamento, as mulheres realizavam atos criminosos associados à sua condição física e hormonal – abortos, infanticídios, características próprias da condição feminina – ou em virtude dos seus desejos sexuais e do seu comportamento libertino, materializados com o seu vínculo descompromissado com os homens.

As prostitutas opunham-se ao papel desejado para as mulheres – mãe dedicada e esposa zelosa, defensora da honra e da moral do ambiente doméstico, o que configurava uma iniciativa de auto-afirmação perante a sociedade opressora das aspirações femininas.

Em *O Suicídio*, Durkheim (2000), aborda as diferenças que o sexo exerceria sobre a prática do suicídio e do homicídio, apontando para causas sociais e não orgânicas, como se pensava nos séculos precedentes. Segundo ele, as mulheres matam menos ou cometem menos suicídio, em decorrência da maneira como participam na vida coletiva.

Durkheim (2000) também atribui às mulheres uma criminalidade que seria própria do seu gênero – a participação feminina na criminalidade ocorreria pelo monopólio dos infanticídios, dos abortos e dos envenenamentos, “nada nos autoriza, portanto, a supor que elas tenham, em virtude de sua constituição congênita, um respeito maior pela vida dos outros; faltam-lhes apenas as oportunidades, porque ela é menos fortemente engajada na luta pela vida”. (DURKHEIM, 2000, p. 443).

Em decorrência da pouca participação feminina na vida social, as mulheres também estariam menos sujeitas a cometer crimes violentos e não seriam vitimadas com frequência em mortes acidentais. De acordo com Durkheim (2000) os homicídios simples considerados específicos da mulher, infanticídio, abortos, homicídios domésticos são de difícil detecção pela polícia e pelo sistema de justiça criminal. Em consequência disso, a criminalidade feminina estaria sendo hipodimensionada, isto é, os crimes cometidos por mulheres não estariam sendo refletidos em sua totalidade nos censos estatísticos.

Além disso, segundo Durkheim (2000), as mulheres desfrutariam de um melhor acolhimento no decorrer dos processos e no momento do julgamento, em comparação com a figura masculina. A imagem da mulher dócil, fragilizada e mãe, em alguns casos, ainda está presente no imaginário dos policiais que abordam e revistam menos estas pessoas.

É ilustrativo desta afirmativa um depoimento dado por uma agente penitenciária à pesquisa de Almeida:

A gente vê que muitas delas têm frieza, até mesmo assim, muitas vezes elas usam os filhos pra poder as pessoas ter pena delas, “coitada, ta presa, os filhos e tudo...” Aí quando chega lá fora não querem saber dos filhos do mesmo jeito. Por exemplo: você vê que fica assim horrorizada, não que elas não tenham sentimento, têm. Mas elas usam aqueles sentimentos dela....eu acho que ela usa muito mais a questão sentimental pra fazer um escudo sentimental pra ela. (ALMEIDA, 2001, p.74).

As mulheres também são capazes de agir com egoísmo e dissimulação – momento em que são equiparadas aos homens atuando na esfera pública. Dessa forma, aproveitam-se da imagem do papel social que representam – a maternidade, a desproteção frente aos obstáculos da vida e docilidade própria do acolhimento doméstico.

Compartilhando o entendimento de Durkheim (2000), Fausto (2001) elabora um estudo sobre a criminalidade em São Paulo e argumenta que o aparelho policial, no período de 1880 a 1924, não representa um instrumento de controle social para as mulheres que estão mais sujeitas às regras imperantes na família e a difusão das idéias veiculadas pelas vias formais de educação. Nestes casos, as mulheres estavam sempre sujeitas a assimilar a ideologia masculina vigente à época, sendo discriminadas, inclusive, em nível normativo, com a punição da prostituição, do aborto e do adultério.

A legislação penal citada por Fausto (2001), o Código Penal de 1890, “estabelecia a pena de prisão de um a três anos à mulher que cometesse adultério, enquanto o marido só seria punível se tivesse “concubina teúda e manteúda”, ou seja, só quando convertesse o adultério em um estado permanente concomitante com o estado conjugal”. (FAUSTO, 2001, p.82). O Código Penal de 1940, com uma mentalidade mais avançada, eliminou a assimetria.

As prisões segundo o sexo, na cidade de São Paulo, no período de 1904-1916 revelam que as mulheres participam menos das estatísticas criminais se comparadas com os homens. Esta realidade não variou significativamente ao longo dos anos, o que houve foi a variação no tipo penal, passando de uma criminalidade “tipicamente feminina” para a transposição das fronteiras masculinas.

Tabela 1: Prisões segundo o sexo, 1904-1916

Períodos	Homens	Mulheres
1904-1908	82,7	17,3
1908-1912	84,2	15,8
1912-1916	87,9	12,1
Média Geral	84,9	15,1

Fonte: RSJCP (FAUSTO, 2001, p. 83).

Pelos dados apresentados acima, a inserção da mulher na criminalidade está em torno dos 15,1% entre os anos de 1904 a 1916, enquanto a participação masculina está

em média 84,9% para o mesmo período. Estes altos índices de participação da mulher nas estatísticas criminais podem ser em decorrência da criminalização da prostituição, o que ocasionava grande número de prisões femininas.

No início do século XX, os percentuais de participação feminina na criminalidade podem ser considerados altos, se comparados às taxas atuais que estão em média 6% do total de crimes cometidos.

Fausto (2001) interpreta esses números apontando para a discussão estabelecida por Otto Pollak (1961) que põem em dúvida os baixos índices que são registrados para a delinqüência feminina. Para Pollak, “as mulheres são mais capazes do que os homens de disfarçar a extensão de seus crimes, dada a existência privatizada da maioria das mulheres”. (POLLAK *apud* FAUSTO, 2001, p. 84).

Os crimes de aborto e infanticídio podem ser apontados como tipicamente femininos e são de difícil apuração, muitas vezes, não sendo contabilizados nas estatísticas criminais. Fausto (2001) aponta que entre os anos de 1892 e 1916 estes crimes aparecem irrisoriamente representados – 04 (quatro) casos de infanticídio; três deles envolviam empregadas domésticas solteiras ou viúvas e, o outro, envolvia uma relação entre um pai viúvo e a filha, a criança foi encontrada no quintal.

Há razões para acreditar que a prática do aborto e do infanticídio era, de certa forma, corrente na sociedade da época, pois os métodos anticoncepcionais ainda eram precários e as mulheres que engravidassem fora do casamento tinham a reputação destruída.

Fausto (2001) aponta dados no que se refere à distribuição de prisões por infração penal segundo os sexos para o período de 1904 a 1906.

Tabela 2: Prisões segundo o sexo e o tipo de delito, 1904-1906

Sexo	Homicídios	Ferimentos	Furtos/ Roubos	Gatunagem	Fraudes	Embriaguez	Vadiagem	Desordens
Homens	(71) ⁶	90,1	84,2	96,9	(66)	81,3	60,4	80,2
Mulheres	(1)	9,9	15,8	3,1	-	18,7	39,6	19,8
Total		100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0

Fonte: RSJCP (FAUSTO, 2001, p. 87).

Os dados revelam uma pequena participação feminina, no período em análise, principalmente nos crimes de maior agressividade física – “ferimentos” e “homicídios”.

⁶ De acordo com Fausto (2001), os números que estão entre parênteses são imprecisos.

Outro aspecto apontado por Fausto (2001) foi a ausência de mulheres nas prisões por falsidades⁷, pois o uso de cheques para pagamento de compras era restrito ao mundo dos grandes negócios, dominado pelos homens.

Andrade (1987) ao estudar a ordem pública e os desviantes sociais, na cidade de Belo Horizonte, no período de 1897-1930, associa a categoria “falsidades” à falsificação de moedas e dinheiro.

A presença feminina é acentuada no crime de “vadiagem”, o que pode levar à conclusão de que as mulheres eram presas, muito mais pela prostituição e pela desproteção familiar a que estavam submetidas, apontando para um segmento da população marginalizado dos padrões morais e econômicos vigentes à época. De acordo com Andrade (1987), em Belo Horizonte no início do século XX, as fronteiras entre vadiagem e prostituição não eram muito precisas.

Fausto (2001) ao mencionar os índices de reincidência das mulheres constatou que “a delinqüência feminina é mais acidental do que a masculina”. (FAUSTO, 2001, p.89). Foram pesquisadas 28 mulheres e apenas 04 (quatro) tinham antecedentes criminais, 03 (três) delas por vadiagem. Para 380 homens pesquisados, 183 apresentavam antecedentes positivos.

No estudo de Fausto (2001) são levantadas as características da participação feminina em crimes de homicídio na cidade de São Paulo

Raramente as mulheres agem contra pessoas do mesmo sexo, e sua posição na agressão aos homens configura na maioria dos casos um crime “precipitado pela vítima”, como resposta ao assédio sexual, a maus tratos, a ofensas físicas ou verbais à sua honra. Segundo os dados dos processos judiciais, as mulheres não estão envolvidas em latrocínio, não matam nunca por questões de serviço, de negócio, de dívidas e nem figuram em brigas explosivas sem uma temática clara que acabam resultando em morte. (FAUSTO, 2001, p.90).

De acordo com Andrade (1987), no início do século XX em Belo Horizonte, os maiores números de registros das prisões femininas estavam relacionados às categorias “desordem”, “embriaguez”, “escândalos” e “pequenos furtos”. As mulheres presas por “escândalos” e “vadiagem” supostamente seriam prostitutas pobres que procuravam clientes nas ruas, sendo mais vulneráveis à repressão policial. (ANDRADE, 1987, p.76).

⁷ Fausto (2001) não esclarece detalhadamente o que seja categoria “falsidades”, utiliza como sinônimo de cheque sem fundo ou alguma fraude relacionada à golpes financeiros.

Nos primeiros vinte anos da capital o meretrício não havia ainda sofrido uma regulamentação mais sistemática por parte das autoridades policiais, apesar de já existir um grande número de protestos em nome da moral da família mineira. A repressão policial até então dava-se através de um policiamento mais intensivo na zona do baixo meretrício e por algumas prisões de prostitutas. Os motivos mais comumente alegados para estas prisões eram a desordem e a imoralidade. (ANDRADE, 1987, p.33).

A prostituição foi alvo de intensa campanha implementada pela imprensa e pela população para a moralização e o controle da atividade, inclusive com o isolamento do meretrício em certas áreas da cidade.

Em 1927, com a criação da Delegacia de costumes e Jogos, as prostitutas passaram a sofrer um maior controle. Além de já estarem circunscrita a uma região da cidade, uma portaria proibia-as também de se postarem nas portas e janelas, ou que transitassem pelas ruas em “trajes menores”. Neste mesmo ano foi criado o Serviço de Legitimação das Meretrizes, responsável pelo registro das mesmas. Em Belo Horizonte foram registradas 733 meretrizes, e, no interior, 6.301. (ANDRADE, 1987, p.36).

Do início do século XX até os dias atuais, a participação feminina na criminalidade não sofreu significativas alterações no que se refere aos números. Mas os tipos penais foram alterados, pelo menos em três aspectos: a maior participação das mulheres na criminalidade violenta – o roubo⁸, o homicídio contra “inimigos” e a introdução do tráfico de drogas na realidade criminal feminina.

Fausto (2001) relata em suas análises sobre a criminalidade do início do século XX, na cidade de São Paulo, que os assassinatos cometidos por mulheres eram basicamente os infanticídios ou envenenamento contra companheiros.

Almeida (2001), ao estudar no período de 1998 a 1999, as mulheres assassinas presas no Presídio Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, na cidade de Fortaleza, concorda com a posição de Fausto (2001) no que se refere ao assassinato de companheiros, mas introduz o elemento “violência” nos crimes cometidos pelas mulheres atualmente.

Outro ponto analisado por Almeida (2001) e que diferencia os crimes cometidos por mulheres do início do século XX para o período contemporâneo é o assassinato

⁸ O roubo está tipificado no Código Penal Brasileiro no art.157 e pressupõe o emprego de violência contra a vítima. O parágrafo 3º tem o resultado morte, configurando o crime de latrocínio.

“violento”, com a utilização de armas de fogo ou objetos perfuro cortantes, contra inimigos, sejam as vítimas homens ou mulheres.

O infanticídio, considerado crime tipicamente feminino, também, ainda é praticado constantemente pelas mulheres que matam seus filhos, muitas vezes, momentos após o nascimento, principalmente quando a gravidez foi indesejada e as tentativas de aborto malograram.

Tiradentes e Albergaria citado por Almeida (2001, p.75), criminologistas mais contemporâneos, décadas de 70 e 80, respectivamente, admitem a possibilidade da diversidade criminosa para as mulheres, ainda relacionadas aos fatores biológicos, mas acrescidos de aspectos morais e sociais. Segundo os criminólogos, a ação criminosa feminina é de difícil detecção porque elas agem mais como instigadoras e cúmplices do que autoras e, sendo assim, dificilmente são abordadas pela polícia por terem credibilidade social, conseqüentemente, não aparecem nas estatísticas oficiais.

2. MULHERES ENCARCERADAS

O fato é que, seja homem ou mulher quem controla uma favela, o que prevalece é a história pessoal de cada um, pois o crime não admite falhas (ATHAYDE; BILL, 2006).

A literatura sobre mulheres encarceradas ainda é pequena, mas tem ganhado relevo na última década. Em junho de 2007, 419.551 pessoas estavam presas no Brasil, sendo que deste total 393.642, 93,82%, são homens e 25.909, 6,18%, são mulheres.

A diferença entre as taxas de criminalidade desencadeada por homens e mulheres é grande e a explicação para este fenômeno ainda é desconhecida. Mas o que se pretende abordar é a forma como a mulher participa da criminalidade, neste caso, do crime de tráfico de drogas. Alguns estudos Almeida (2001), Soares e Ilgenfritz (2002) e Voegeli (2003) foram realizados com intuito de mapear a situação da mulher criminosa nas prisões.

Na pesquisa estruturada por Almeida (2001), o intuito foi trabalhar com a história de vida de mulheres assassinas que “ousaram, pelo caminho menos comum às mulheres, se desvencilhar de maridos, companheiros e inimigos, pela violência na forma mais cruel – o assassinato”. (ALMEIDA, 2001, p.13).

Assim, muitas mulheres, em seu cotidiano marcado pela dualidade de ações e sentimentos, envolvidas pela ânsia de viver, agem simplesmente. Trabalham, cuidam da casa, dos filhos e do marido, se unem a organizações políticas feministas ou não, lideram movimentos, partidos políticos, e entidades, são violentadas, se deixam violentar e são também violentas, se divertem como podem, saem às compras, batalham, se drogam, se prostituem, são prostituídas...enfim, planejando ou não planejando, falando ou não falando, simplesmente vivem, agem, buscam.....(ALMEIDA, 2001, p.13).

Almeida (2001) pesquisou as mulheres assassinas tendo como pano de fundo de sua investigação a participação da mulher no espaço público. Segundo ela, a imagem feminina construída ao longo da história é revelada pela docilidade e pela fragilidade, atributos que socialmente não levariam à delinquência e, principalmente, ao assassinato.

Os casos estudados no estado do Ceará por Almeida (2001) demonstram que as mulheres são capazes de cometer crimes, mesmo que sejam violentos não apenas por fatores emocionais e relacionados às suas relações domésticas – elas transpõem as

fronteiras do lar em busca da independência financeira, da projeção social e da liberdade, mesmo que para conseguir os seus objetivos tenham que roubar, matar e traficar. A imagem da mulher frágil, desprotegida, anônima e incapaz de se projetar no espaço público é desmistificada e surge a imagem da mulher corajosa em busca da liberdade e da materialização dos seus ideais, mesmo que seja por meio da violência e dos atos criminosos.

Os números da pesquisa de Almeida (2001) não destoam dos apurados em Minas Gerais. Ao pesquisar as mulheres homicidas na cidade de Fortaleza, na década de 90, teve acesso às estatísticas que possibilitaram concluir que a maioria das mulheres que cumpriam pena no Presídio Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, único presídio de mulheres de Fortaleza, cometeram o crime de tráfico de drogas, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 3: População carcerária feminina do PFDAMC segundo delito objeto da condenação, 1998/1999.

Crime – Artigo do Código Penal Brasileiro (CPB)	Nº	%
Tráfico e/ou consumo de drogas – arts. 12 e 16 da lei nº 6368/76 ⁹	50	56,18
Roubo – art. 157 e furto – art. 155	20	22,47
Homicídio qualificado – art. 121	10	11,24
Seqüestro e morte – art. 159	3	3,37
Formação de quadrilha ou bando – art. 288	2	2,25
Dano – art. 163	1	1,24
Tráfico de mulheres – art.	1	1,24
Soma	89	100%

Fonte: Presídio Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (Fortaleza/Ceará) (ALMEIDA, 2001, p.19).

Os crimes com maior incidência são o tráfico de drogas com 56,18% dos casos, o roubo e furto com 22,47% e o homicídio qualificado que aparece em 11,24% dos casos.

Os números revelam que o tráfico de drogas é uma atividade intensamente exercida pelas mulheres e ajudam a fundamentar que a participação feminina na criminalidade está estreitamente vinculada a esta atividade.

O objeto de estudo de Almeida (2001) foi o comportamento violento de algumas mulheres que foram traduzidos em assassinatos, seja de companheiros, maridos ou dos

⁹ A Lei 6368/76 foi revogada pela Lei 11343/06. Agora os artigos correspondentes ao tráfico e ao uso de drogas são, respectivamente, art. 33 e art. 28 da lei 11.343/06. Pela nova lei, a pena de prisão não é mais aplicada aos usuários de substância entorpecente.

inimigos. A partir desta abordagem, a pesquisadora procurou abordar a violência empregada por estas mulheres como forma de adquirir visibilidade no espaço público, até bem pouco tempo, majoritariamente masculino: “de um momento para outro, com o crime, inaugura a figura da mulher da rua, má, valente e insensível”. (ALMEIDA, 2001, p.188).

As mulheres estudadas ultrapassam o estereótipo de que mulheres não se envolvem em crimes e, quando matam, só cometem crimes passionais, movidas pela paixão, pela emoção, seja em relação ao macho, seja em relação aos filhos. Entretanto, na sua criação imaginária, entraram há muito no mundo público, invadindo não só os espaços sociais pelas vias legais, como também o econômico, pelo assalto e envolvimento com drogas, as ruas pela inserção em gangues que buscam não só o econômico mas também reconhecimento e imposição pela força. (ALMEIDA, 2001, p.185).

A participação feminina na criminalidade, apesar de ainda pequena em comparação com a masculina, tem sido intensa em atividades consideradas tipicamente masculinas devido á violência que precipitam – é o caso do tráfico de drogas e o assalto que envolvem o emprego de violência. No tráfico de drogas, as mulheres têm sido preparadas para utilizarem armas com intuito de fazer a auto-proteção, enquanto estiverem praticando a atividade nas bocas-de-fumo. Nos assaltos, as mulheres freqüentemente utilizam armas para abordarem as vítimas ou as ameaçam fisicamente para praticarem o delito de roubo¹⁰.

De acordo com a análise de Almeida (2001), os homicídios, crimes que por definição envolvem grande violência e que durante muito tempo foram considerados tipicamente masculinos, já são praticados com maior freqüência pelas mulheres e as vítimas não são apenas os maridos ou companheiros, mas também os seus desafetos.

Soares e Ilgenfritz (2002) ao analisarem a situação da mulher prisioneira no Rio de Janeiro no período de 1999 a 2000, discutem as teorias elaboradas por Lombroso e Ferrero no século XIX que atribuíam a criminalidade feminina às condições biopsicológicas – menstruação, menopausa e estado puerperal que deixariam a mulher mais agressiva e instável emocionalmente. Nestes casos, as vítimas mais comuns seriam as crianças, tanto nos casos de aborto, como no infanticídio. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p.64).

¹⁰ O art. 157 do Código Penal Brasileiro assim tipifica o delito de roubo: “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoas, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”.

Ainda neste raciocínio, a imagem social da mulher era de um ser “dócil, meigo, frágil, indefeso, submisso e dependente”. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p.64) e o crime típico associado à mulher, de acordo com Lombroso e Ferrero, era a prostituição.

Não eram poucos os teóricos (sempre referidos a Lombroso e Ferrero) que justificavam a pequena participação das mulheres no crime, enumerando o que consideravam os principais traços da personalidade feminina: sua menor inteligência, a ausência de criatividade e seu conservadorismo, que, somados à passividade e à submissão, descartavam a mulher do mundo da delinquência. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 65).

A realidade contemporânea é bem diversa da posição observada por Lombroso e Ferrero. As mulheres continuam participando menos da criminalidade, mas já praticam crimes que eram considerados tipicamente masculinos, como é o caso do roubo.

De acordo com a pesquisa realizada por Soares e Ilgenfritz (2002), entre 1988 e 2000, houve um aumento de 132% no número de mulheres que cumpriam pena no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, 36% maior que o aumento do número de homens presos no mesmo período: “o acréscimo de 132% na população carcerária feminina correspondeu a um contingente adicional de 360 mulheres, enquanto o aumento de 96% na população carcerária masculina representou um acréscimo de 7.974 homens nas unidades prisionais do sistema”. (SOARES; ILGENFRITZ 2002, p. 84).

As pesquisadoras afirmam que desde o início do século XX as taxas de criminalidade feminina estão em torno de 6%, portanto, não sofreram alteração significativa com relação ao percentual. Mas a modificação foi significativa no que se refere aos delitos que servem como base para a prisão: no início do século XX, as mulheres eram presas com base na repressão ligada aos costumes, frequentemente por vadiagem; enquanto que em fins do século XX e início do XXI, os delitos sofrem variação, com destaque para o tráfico de drogas, o roubo e furto, além dos homicídios. Para Soares e Ilgenfritz (2002), de 1988 a 2000, houve um aumento de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, o que daria o falso entendimento de uma gradativa participação das mulheres na criminalidade mais ampla – “em 1988, segundo o Censo Penitenciário fluminense mencionaram os crimes relativos às drogas como motivo da última prisão; em 2000, 56% cumpriam pena por esses mesmos crimes”. (SOARES; ILGENFRITZ, p. 85). De acordo com a pesquisa, apesar da intensa participação das

mulheres no tráfico de drogas, as posições ocupadas por elas ainda são subsidiárias, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 4: Mulheres presas por tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro, segundo a posição que declararam ocupar no tráfico – 1999/2000

Função Declarada	%
Bucha	27,3
Consumidora	14,0
Mula/avião	13,0
Vendedora	12,7
Vapor	11,7
Cúmplice	10,7
Assistente/fogueteria	1,7
Abastecedora/distribuidora	1,7
Traficante	1,7
Gerente	1,7
Dona de boca	1,7
Caixa/contabilidade	0,7

Fonte: Soares e Ilgenfritz (2002, p.87).

Pela tabela acima fica evidente a participação feminina em posições subsidiárias no tráfico de drogas. A terminologia utilizada no Rio de Janeiro destoa da nomenclatura pelo horizontal, pois aqui não utilizados termos como “bucha” – pessoa que é presa por estar na cena em que são efetuadas as prisões, “vapor” – pessoa que negocia pequenas quantidades no varejo e “assistente/fogueteira”. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 86).

Isso pode significar que, ao contrário do que acontece rotineiramente com os traficantes de maior peso, as mulheres envolvidas em tarefas periféricas no tráfico de drogas têm pouca margem de manobra junto à polícia – que, como se sabe negocia sistematicamente a liberdade dos traficantes. O mesmo pode acontecer com os homens que desempenham papéis subalternos no tráfico de drogas. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p.88).

Em Belo Horizonte, as mulheres envolvidas com tráfico de drogas, em sua maioria, participam subsidiariamente da atividade, reflexo encontrado nas prisões – são raros os casos de mulheres com posição de chefia e comando, sendo mais comum a posição de pequena traficante no varejo que trabalha por regime de plantão nas bocas-

de-fumo ou as chamadas “atividade” que exercem a função de “olheiras”, ou seja, alertam sobre a chegada da polícia ou de traficantes das quadrilhas rivais.

Voegeli (2003) apresenta o perfil das mulheres presas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier nas décadas de 70 e 90, no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com a pesquisadora, em ambas as décadas abordadas, há mais incidências para os crimes de furto e tráfico de drogas. Na década de 70, dos 716 casos analisados, o furto foi responsável por 183 casos, 28,3%, e na década de 90, dos 2.684 casos, por 841, 34,2% do total.

Já o tráfico de entorpecentes, na década de 70, dos 716 casos contabilizou 130, 20,1%, enquanto na década 90, dos 2.684 casos, 657, 26,7% do total, referiam-se a este delito.

Na pesquisa realizada por Voegeli (2003) o tráfico de entorpecentes não aparece como a principal atividade criminosa desempenhada pelas mulheres, mas esta não é insignificante porque após o furto, é a mais praticada¹¹.

2.1. As prisões do Brasil: o sistema penitenciário brasileiro em números

Foram os bandidos pobres e pouco importantes que sempre pagaram na prisão os crimes dos ricos ainda tão impunes. (ZALUAR, 2004, p. 25).

A apresentação das estatísticas sobre o sistema prisional brasileiro serão de fundamental importância para a reflexão sobre a participação feminina na criminalidade. Os números apresentados têm por finalidade estabelecer uma comparação entre o percentual de homens e mulheres criminosos, enfatizando a baixa participação feminina em comparação com as taxas masculinas.

Em 1976 o sociólogo Edmundo Campos Coelho sistematizou a utilização das estatísticas oficiais como mecanismo para estudar a criminalidade nas grandes cidades brasileiras, apesar da precariedade dos registros. De acordo com o estudioso, a década

¹¹ Voegeli cita que outros estudos revelam o quadro relativo aos delitos cometidos pelas mulheres. Segundo a pesquisadora, o censo penitenciário realizado pela Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul, revelou que em 1995, 32,4% das detentas foram condenadas por tráfico de entorpecentes, sendo que 19,17% o foram por furto (2003, p.80).

de 70 desencadeou uma preocupação fundamental com a criminalidade e não apenas com a marginalidade,

Ao contrário da marginalidade, sobre a qual já existe no Brasil vasta literatura, a criminalidade ainda não surgiu como tema para a produção acadêmica ou como objeto específico de políticas públicas. Talvez porque a comunidade acadêmica considere a criminalidade uma consequência da marginalidade, algo como um epifenômeno, e dê prioridade à causa sobre a consequência no elenco das preocupações. Por outro lado, para o poder público, a criminalidade parece ser um problema de polícia, não para políticas. A esse nível parece ter também vigência o mesmo esquema de causalidade: à polícia, os efeitos; aos formuladores de políticas, as causas (geralmente identificadas com a marginalidade). (COELHO, 2005, p. 17).

A partir desta construção conceitual, o crime passa a ser analisado como um objeto de pesquisa que não pode ser vinculado diretamente com a marginalidade ou a “subcultura da pobreza”, apesar de as estatísticas oficiais refletirem uma população carcerária jovem, pobre, parda ou negra. De acordo com Coelho (2005), este fato elucida a tendência legislativa de elaborar leis que tenham mais probabilidade de ser violadas por indivíduos marginalizados e reflete a operacionalização do sistema de justiça criminal em favor das classes mais favorecidas

(...) a crescente taxa de criminalidade e violência nas metrópoles brasileiras não deveria constituir razão *moral* para a denúncia dos fatores socioeconômicos que permitem a existência e permanência de situações de pobreza e marginalidade. Essa denúncia deve vir, tão indignada quanto possível, da construção de que a pobreza e a marginalidade constituem violação de direitos fundamentais do homem. (...) A pobreza e a marginalidade jamais serão as causas do crime, pelo simples fato de que são o *crime* do Estado e da sociedade contra os despossuídos de poder (COELHO, 2005, p.21).

No Brasil, em junho de 2007, foram contabilizados 419.551 presos incluídos homens e mulheres que estão no sistema prisional, presos provisórios, medidas de tratamento e segurança para indivíduos com transtornos mentais, além dos que estão sob a custódia da polícia civil.

Tabela 5 : Número de Presos do sistema prisional distribuídos por sexo nos estados da Federação – Junho/2007

UF	Masculino	%	Feminino	%	Total de Presos por UF
Acre	2368	94,38	141	5,62	2.509
Alagoas	1622	95,19	82	4,81	1.704
Amazonas	2510	65,13	235	34,87	2.745
Amapá	1744	95,93	74	4,07	1.818
Bahia	8319	96,51	301	3,49	8.620
Ceará	11.842	96,59	418	3,41	12.260
Distrito Federal	7.328	95,55	341	4,45	7.669
Espírito Santo	4.822	89,15	587	10,85	5.409
Goiás	8399	94,62	478	5,38	8.877
Maranhão	3060	96,87	99	3,13	3.159
Minas Gerais	16.718	92,47	1.361	7,53	18.079
Mato Grosso do Sul	8.338	89,17	1.013	10,83	9.351
Mato Grosso	7.942	93,74	530	6,26	8.472
Pará	5.718	94,26	348	5,74	6.066
Paraíba	8.176	92,60	653	7,40	8.829
Pernambuco	16.741	96,21	659	3,79	17.400
Piauí	2.093	95,44	100	4,56	2.193
Paraná	17.984	92,40	1.480	7,60	19.469
Rio de Janeiro	27.902	95,34	1.363	4,66	29.265
Rio Grande do Norte	2.674	94,06	169	5,94	2.843
Rio Grande do Sul	23.818	95,79	1.047	4,21	24.865
Rondônia	4.161	93,99	266	6,01	4.427
Roraima	1.088	90,67	112	9,33	1.200
Santa Catarina	10.140	92,07	873	7,93	11.013
Sergipe	2.063	96,58	73	3,42	2.136
São Paulo	131.792	95,29	6.514	4,71	138.306
Tocantins	1.859	96,37	70	3,63	1.929
Total Geral	341.443	94,63	19.387	5,37	360.830

Fonte: Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional.

A tabela 5 demonstra o número de presos que estão em estabelecimentos penais cumprindo pena nos regimes fechado, semi-aberto ou aberto, além dos presos provisórios¹². Dos 360.830 presos em estabelecimentos penais, 341.443 são homens, 94,63% do total e 19.387 são mulheres, 5,37% do total de presos.

Pela análise dos números apresentados é possível inferir que os números da criminalidade feminina são menores do que os dos homens. Mas em alguns estados, o percentual de prisões femininas pode ser destacado: Amazonas 34,87%, Espírito Santo

¹² Os presos provisórios podem estar aguardando julgamento ou já terem sido julgados e aguardam resultado do recurso.

10,85%, Mato Grosso do Sul 10,83% e Roraima 9,33% do total de presos que cumprem pena nestes estados.

Tabela 6: Distribuição de Presos por sexo nos estados da Federação sob custódia da Polícia Civil – Junho/2007

UF	Masculino	%	Feminino	%	Total de Presos por UF
Acre	0	0	0	0	0
Alagoas	662	98,37	11	1,63	673
Amazonas	447	94,27	29	5,73	506
Amapá	0	0	0	0	0
Bahia	0	0	0	0	0
Ceará	-	-	-	-	-
Distrito Federal	100	100	0	0	100
Espírito Santo	7.859	92,17	668	7,83	8.527
Goiás	3.352	95,96	141	4,04	3.493
Maranhão	1.729	97,2	50	2,8	1.779
Minas Gerais	15.635	94,59	894	5,41	16.529
Mato Grosso do Sul	1.496	85,78	248	14,22	1.744
Mato Grosso	0	0	0	0	0
Pará	1.721	100			1.721
Paraíba	-	-	-	-	-
Pernambuco	0	0	0	0	0
Piauí	-	-	-	-	-
Paraná	7.138	93,32	511	6,68	7.649
Rio de Janeiro	3.488	90,46	368	9,54	3.856
Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	0	0	0	0	0
Rondônia	591	96,57	21	3,43	612
Roraima	-	-	-	-	-
Santa Catarina	0	0	0	0	0
Sergipe	512	96,97	16	3,03	528
São Paulo	7.439	67,60	3.565	32,40	11.004
Tocantins	-	-	-	-	-
Total Geral	52.199	88,89	6.522	11,11	58.721

Fonte: Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional

A tabela 6 refere-se aos presos que estão sob a custódia da polícia civil nos estados da federação que contabilizam 58.721 pessoas. Deste total, 52.199, 88,89% são homens e 6.522, 11,11% são mulheres. A maior presença feminina em delegacias e cadeias públicas pode ser em virtude do menor número de penitenciárias femininas, obrigando as mulheres a esperarem mais tempo pela transferência para um estabelecimento penal, principalmente nos estados de São Paulo onde do total de presos

em delegacias 32,40% são mulheres, no Mato Grosso do Sul 14,22% e no Rio de Janeiro, 9,54%.

2.1.1. O sistema prisional mineiro

As estatísticas do sistema prisional mineiro refletem um crescimento no percentual da mulher criminosa quando se compara os números absolutos de 1980 ao ano de 2007. Em 1980 eram 71 mulheres presas, no ano de 2007 a população prisional feminina de Minas Gerais contabilizava 1.809 mulheres¹³, um crescimento de 2.587,88%.

Paixão (1984) alerta que os números coletados na década de 80 eram precários, dessa forma, não se sabe o quanto estas estatísticas refletem a realidade do período. De qualquer maneira, a participação feminina nas estatísticas parece aumentar devido à inserção das mulheres no tráfico de drogas e em outros delitos, como é o caso do roubo.

Outro fator que pode ter contribuído para o maior registro da participação feminina nas estatísticas diz respeito à intensificação das investigações policiais na última década – as policiais federal, militar e civil têm mantido centros de monitoramento que identificam participantes de gangues e quadrilhas envolvidos com o tráfico de drogas e, entre os membros, algumas mulheres. Este tipo de procedimento facilita a abordagem policial e a prisão em flagrante.

Em fins da década de 70 e início dos anos 80, os sociólogos Edmundo Campos Coelho e Antônio Luiz Paixão realizaram uma pesquisa sobre os sistemas penitenciários respectivamente, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Ao longo desses trinta anos a situação pouco foi alterada – os índices de criminalidade aumentaram, as taxas de reincidências são altas, enfim, os discursos de ressocialização não se concretizaram.

As pesquisas de Coelho (2005) contribuíram para o desenvolvimento do conceito de uma “sociedade dos cativos” onde as regras de convivência eram pautadas nas constantes negociações entre presos, agentes e diretores das prisões, além disso, os

¹³ Para este cálculo foram consideradas as 898 mulheres presas sob custódia da Polícia Civil e 911 presas sob a custódia da Subsecretaria de Administração Prisional, totalizando 1809 mulheres em junho de 2007. Estes dados foram fornecidos pela Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas e foram coletados no período de 06/06/07 a 12/06/07.

detentos estabeleçam mecanismos sociais e econômicos para sobreviverem nestes locais.

Os conceitos estabelecidos por Coelho (2005) serviram como base para analisar criticamente o sistema prisional brasileiro, ao enfatizar que a ação policial e a justiça criminal refletem as desigualdades existentes na sociedade, caracterizando uma criminalização da marginalidade.

Apesar da precariedade dos dados coletados, tendo em vista as diversas fontes – penitenciárias, registros policiais e o Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (Desipe), Coelho (2005) pode mapear a situação das prisões fluminenses e estabelecer algumas considerações relevantes. Uma das abordagens diz respeito à associação direta que se faz entre o crime e a pobreza: os índices de criminalidade seriam mais elevados nas chamadas classes baixas.

Segundo o autor a questão não pode ser tão determinista, pois os fatores associados à taxa de ocorrência de crimes teriam a ver com as “oportunidades ambientais” que podem variar de um local para outro, como os furtos de automóveis seriam mais comuns onde houvesse poucas vagas de garagem e os furtos às residências seriam mais altos em lugares com maior concentração residencial – “a distribuição da ocorrência de crimes dependeria da distribuição de *alvos*, tais como as caixas registradoras, automóveis, pessoas, residências (COELHO, 2005, p. 219, grifo do autor).

De acordo com o mapeamento do perfil da massa carcerária fluminense Coelho (2005) pode concluir que a maioria dos criminosos é oriunda da população socialmente marginalizada e argumenta que “não é a pobreza em si que gera a criminalidade (pois, afinal de contas, as áreas rurais são mais pobres), mas a *densidade da pobreza*, ao permitir a elaboração de uma subcultura marginal”. (COELHO, 2005, p.274).

As estatísticas oficiais também devem ser consideradas com critério, porque podem refletir o grau de desigualdade sócio-econômica existente em determinada sociedade. As intervenções policiais podem ser mais severas e constantes em localidades periféricas para atender ao clamor da opinião pública nos discursos de reivindicação por maior segurança.

Outro aspecto refere-se ao registro das ocorrências policiais de acordo com o estrato sócio-econômico: nas zonas periféricas os registros são maiores do que em bairros de classe média e alta, principalmente, quando os crimes são de estupro e lesão

corporal, evidentemente para não provocar exposição a escândalos. O sistema de justiça criminal é largamente influenciado pelos estereótipos estabelecidos pela sociedade,

A contaminação social das estatísticas oficiais não se restringe às informações sobre crimes conhecidos pela polícia e sobre prisões efetuadas. Inúmeras pesquisas têm produzido evidências de que as probabilidades de um indivíduo receber tratamento discriminatório (mais severo) em qualquer dos estágios não são distribuídas aleatoriamente. Um desses estudos mostra que o estereótipo do homicida como um indivíduo habituado à violência, à agressão física por questões triviais, a uma vida familiar desorganizada e à racionalização da violência afeta de maneira significativa as decisões dos tribunais, sobretudo quando o estereótipo vem recoberto com a forma de diagnóstico clínico para a orientação do processo; e, como o estereótipo combina atributos de raça e classe social, são maiores as probabilidades de que indivíduos de cor ou de status socioeconômico baixo sejam enquadrados e sofram tratamento discriminatório mais severo (SWIGERT; FARREL, 1977 *apud* COELHO, 2005, p. 278).

O relatório sobre o sistema penitenciário mineiro foi elaborado por Antônio Luiz Paixão e publicado em 1984, juntamente com o trabalho de Edmundo Campos Coelho. A riqueza de detalhes e a utilização das estatísticas sobre a realidade carcerária servem de suporte para as pesquisas contemporâneas.

De acordo com Paixão (1984), entre as décadas de 30 e 60, não havia um sistema penitenciário mineiro estruturado. A Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) era a instituição correcional e influenciou simbolicamente na implantação das outras unidades penais na década de 60, quando o recurso de laborterapia seria o principal investimento para a reabilitação e o “tratamento” dos condenados. Em 1965 foi criada a Penitenciária Industrial de Juiz de Fora que se contrapunha à PAN pelo fato de abrigar presos urbanos.

Em 1948 foi criada a Penitenciária de Mulheres, situada em Belo Horizonte, destinava-se ao recolhimento de mulheres condenadas à pena privativa de liberdade e aquelas que ainda aguardam julgamento.

Paixão (1984) constatou que o sistema penitenciário mineiro era desarticulado, em virtude da estrutura precária do Departamento de Organização Penitenciária (DOP) e do funcionamento autônomo das unidades. Mas a situação de Minas Gerais ainda era um pouco melhor do que a do Rio de Janeiro, pois segundo o pesquisador, a infraestrutura das unidades penitenciárias, tais como alojamentos, alimentação para os presos e funcionários contribuía para uma maior organização.

Para demonstrar a distribuição percentual da população prisional entre as diversas unidades penitenciárias de Minas Gerais, Paixão (1984) elaborou a seguinte tabela:

Tabela 7: Internos por unidades prisionais: 1980-83

Anos	1980		1981		1982		1983	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
PAN	640	46,4	619	43,8	620	42,5	603	40,0
PRJF	170	12,3	189	13,4	187	12,8	224	14,9
PAJP	04	0,3	13	0,9	22	1,5	31	2,1
PMEP	71	5,2	56	4,0	61	4,2	77	5,1
CRJA	-	-	-	-	14	1,0	54	3,6
PRTO	-	-	36	2,5	43	2,9	71	4,7
DDL	275	19,9	252	17,3	286	19,6	230	15,3
MJJV	220	15,9	248	17,6	226	15,5	216	14,3
TOTAL	1.330	100,0	1.413	100,0	1.459	100,0	1.506	100,0

Fonte: Penitenciária Regional de Juiz de Fora (PRJF), Prisão Albergue Presidente João Pessoa (PAJP), Penitenciária de Mulheres Estevão Pinto (PMEP), Centro de Reeducação do Jovem Adulto (CRJA), Penitenciária Regional de Teófilo Otoni (PRTO), Casa de Detenção Dutra Ladeira (DDL), Manicômio Judiciário Jorge Vaz (MJJV). Citado por Paixão (1987).

Pela análise desta tabela podemos inferir que a população prisional do Estado de Minas Gerais não sofreu grandes oscilações estatísticas no período de 1980-83.

Em 1980, dos 1.110¹⁴ presos nas unidades penais, 1039 eram homens, 93,60% e havia apenas 71 mulheres que correspondiam a 6,40% do total.

Em 1981, dos 1165¹⁵ presos nas unidades penais, 1109 eram homens, 95,19% e havia apenas 56 mulheres, 4,81% do total. Em 1982, dos 1233¹⁶ presos nas unidades penais, 1172 eram homens, 95,05%, sendo contabilizadas 61 mulheres, 4,95% do total.

No ano de 1983¹⁷ houve o registro do maior número de mulheres presas, 77 casos, 5,97% dos casos, enquanto os homens somavam 1213 presos, 94,03% do total de 1.290 pessoas.

A maior concentração de presos, em 1980, estava na Penitenciária Agrícola de

¹⁴ Para efeito destes cálculos, não foram computados os 220 internos do Manicômio Judiciário “Jorge Vaz”, por não haver diferenciação entre homens e mulheres nos dados apresentados na tabela.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

Neves, onde somavam 640 presos, 46,4% dos 1330¹⁸, seguida da Casa de Detenção Dutra Ladeira com 275 presos, representando 19,9% do total.

É importante salientar, conforme Paixão (1984), que a Casa de Detenção não estava sob a administração do Departamento de Organização Penitenciária e sim vinculada à Secretaria de Segurança Pública. Esse estabelecimento tinha a finalidade de receber condenados a até três anos de pena privativa de liberdade ou aqueles que estivessem aguardando julgamento. A finalidade inicial foi desviada para abrigar presos condenados a penas superiores a três anos.

No estado de Minas Gerais, em junho de 2007, a população prisional contabilizava 34.311 presos, entre homens e mulheres. Deste total, estão sob a custódia da polícia civil nas delegacias e cadeias públicas 16.655 presos, assim distribuídos de acordo com o sexo e a região onde estão presos:

Tabela 8: Totalização de presos sob responsabilidade da Polícia Civil de Minas Gerais, Junho, 2007

Local	Masculino	%	Feminino	%	Total
Capital	218	78,98	58	21,01	276
Região Metropolitana	1.788	98,02	36	1,97	1.824
Interior	13.751	94,48	804	5,52	14.555
Total Geral	15.757	94,61	898	5,39	16.655

Fonte: Subsecretaria de Administração Prisional – Secretaria de Defesa Social.

Na tabela acima verificava-se uma alta concentração de mulheres sob a custódia da polícia civil em Belo Horizonte (Capital), 58 casos, 21,01% se comparado com as taxas masculinas na mesma localidade. Além disso, a presença das mulheres nas delegacias da Capital também é alta se comparada com os percentuais de prisões femininas na Região Metropolitana 1,97% e para o interior 5,52%.

Os demais 17.656 presos estavam sob a custódia da Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) 16.745 são homens, 94,84%; sendo que as mulheres participam com 911 casos, 5,15% do total.

Em abril de 2008 houve uma grande modificação dos procedimentos para a custódia dos presos. A Secretaria de Estado de Defesa Social passou progressivamente a

¹⁸ Nesta análise foram considerados todos os presos mencionados na tabela para o ano de 1980, isto é, 1330, contabilizando os 220 internos do Manicômio Judiciário “Jorge Vaz”.

assumir a custódia dos presos que antes ficava a encargo da Polícia Civil, fato que desviava esta instituição da sua finalidade legal que a investigação judicial.

A tabela 4 demonstra a realidade verificada em junho de 2007. A tabela 5 já apresenta reflexos da transferência da custódia dos presos da Polícia Civil para a Subsecretaria de Administração Prisional¹⁹ (SUAPI).

Tabela 9: Totalização de presos sob responsabilidade da Polícia Civil de Minas Gerais. Março/2008

Local	Masculino	%	Feminino	%	Total
Capital	98		107		205
Região Metropolitana	830		38		868
Interior	13.018		762		13.780
Total Geral	13.946		907		14.853

Fonte: Centro Integrado de Informações da Defesa Social – CINDS

Pela análise da tabela 5 que exemplifica a realidade no período de março de 2008, verifica-se que 98 homens e 107 mulheres estão presos com a Polícia Civil, totalizando em Belo Horizonte 205 pessoas. Na Região Metropolitana, 830 são homens e 38 são mulheres, somando 868 casos. No interior, os casos de custódia totalizam 13.780, sendo 13.018 homens e 762 mulheres.

Em Junho de 2008, eram 63 unidades prisionais que estavam sob custódia da Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI), mas o contingente de presos transferidos da custódia da Polícia Civil para a SUAPI ainda não estava disponível. Mas até o término de 2008 estão previstas mais 15 inaugurações de unidades prisionais que possibilitarão um maior número de transferências de custódia da Polícia Civil para a Subsecretaria de Administração Prisional.

De acordo com os dados do Centro Integrado de Informações da Defesa Social (CINDS), 25.236 pessoas estavam presas em todo o estado de Minas Gerais sob a custódia da Subsecretaria de Administração Prisional em maio de 2008. Deste quantitativo, 1403 eram mulheres e 23.833 homens.

¹⁹ A Subsecretaria de Administração Prisional faz parte da Secretaria de Estado de Defesa Social e é o órgão responsável pela gestão das unidades prisionais, principalmente aquelas relacionadas ao cumprimento da pena privativa de liberdade. Atualmente, a Subsecretaria tem assumido, também, a custódia dos presos provisórios – aqueles que possuem sentença e aguardam recurso e os que ainda não possuem sentença condenatória.

2.2. As Prisões Femininas

“A pobreza e a marginalidade jamais serão as causas do crime, pelo simples fato de que são o crime do Estado e da sociedade contra os despossuídos de poder”. (COELHO, 2005).

Os estabelecimentos penitenciários, no entendimento de Goffman (2005), são instituições totais que assumem o caráter de instituição protetora das regras e valores sociais ao manter “internados” os indivíduos que praticam condutas desviantes daquelas consideradas padrão em dada sociedade. A separação dos indivíduos do convívio em sociedade cumpre o intuito de impor regras disciplinares para que posteriormente adote certo comportamento aceito socialmente.

No caso das mulheres, a entrada para uma instituição total é particularmente impactante, pois o recolhimento dos objetos pessoais e a obrigatoriedade do uniforme refletem diretamente na vaidade feminina, além disso, a distância dos filhos pequenos é particularmente dolorosa. Veja como descreve um relatório sobre prostitutas presas ao chegarem à prisão

Em primeiro lugar, existe o funcionário do chuveiro que as obriga a se despirem, tira suas roupas, faz com que tomem banho de chuveiro e recebam suas roupas de prisão – um par de sapatos pretos de amarrar, com saltos baixos, dois pares de meias muito remendadas, três vestidos de algodão, duas anáguas de algodão, duas calças, e um par de *soutiens*. Quase todos os *soutiens* são frouxos e são inúteis. Não recebem cintas e nem cintos. Nada mais triste do que ver algumas das prisioneiras obesas que, pelo menos, conseguiam parecer decentes no mundo externo diante da sua primeira imagem na situação da prisão. (MURTAGH; HARRIS *apud* GOFFMAN, 2005, p.29).

As mulheres que cumprem penas privativas de liberdade sofrem com o machismo de seus maridos ou companheiros que raramente freqüentam a penitenciária para manter a prática da visita íntima. Os homens também colocam mais restrições para os procedimentos de revista. Caso adverso é constado nas visitas íntimas que os homens recebem e em algumas situações conseguem receber até mais de uma mulher para manterem relações sexuais²⁰.

²⁰ Os presos homens ou mulheres têm direito de receber a visita íntima apenas do companheiro (a) ou esposa (marido), com a finalidade de manter os laços estabelecidos anteriormente à prisão. Não é permitido o estabelecimento de relações “extra-conjugais” no interior da unidade prisional, pois, dessa forma, a direção perderia o controle sobre as visitas íntimas. No entanto, alguns presos conseguem receber outras mulheres que não sejam as esposas ou companheiras.

No sistema prisional de Minas Gerais, as visitas íntimas são controladas e não é aceito marido ou companheiro que tenha restrição com o sistema de justiça criminal, o que dificulta o exercício deste direito. Pelas observações realizadas para esta pesquisa, é possível inferir que a maioria das mulheres que encontram-se presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto possuem maridos ou companheiros presos ou foragidos, portanto, apresentam restrições à sua entrada na unidade prisional.

2.2.1. O caso do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto

O Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto foi fundado em 1948 e é destinado ao recolhimento de mulheres condenadas à pena privativa de liberdade qualquer que seja o regime – fechado, semi-aberto e aberto.

A partir do levantamento feito por Ribeiro (2003), em dezembro de 2002, das 169 mulheres que cumpriam pena na então Penitenciária Industrial Estevão Pinto, 49,13% estavam na faixa etária de 18 a 30 anos; 67,83% eram oriundas dos espaços urbanos; 73,4% eram solteiras, apesar de afirmarem que tinham um companheiro; 80% possuíam filhos; 9,57% eram analfabetas, 23% eram semi-analfabetas e 46% possuíam o primeiro grau incompleto; 49% eram empregadas domésticas antes de serem presas.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Defesa Social, em junho de 2007, 200 mulheres cumpriam pena no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto e estavam assim distribuídas:

Tabela 10: Mulheres presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto pelo regime de cumprimento da pena, junho de 2007

Regime	Ocupação Atual	Autorização	Ocupação Total	Capacidade	Vagas Disponíveis
Fechado	54	1	55	212	0
Semi-aberto	54	2	56		7
Aberto	10	1	11		0
Provisório	82	1	83		0
Total	200	5	205		7

Fonte: Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas – SEDS.

O regime fechado abrigava, em junho de 2007, 54 presas; o regime semi-aberto também contabilizava 54 mulheres, enquanto o aberto estava com uma população de 10 presas. A tabela demonstra a presença de 82 presas provisórias²¹.

As vagas disponíveis para o recebimento das presas em caráter de autorização²² são 01 (uma) para o regime fechado, 02 (duas) para o semi-aberto, 01 (uma) para o regime aberto e 01 (uma) para as presas provisórias. Há disponibilidade de 07 (sete) vagas para o regime semi-aberto, mas normalmente são preenchidas por presas que conquistam o direito à progressão de regime e passam do fechado para o semi-aberto.

No Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, as mulheres cumprem os três regimes da pena, de acordo com a sentença condenatória: fechado, semi-aberto e/ou aberto. Isso ocorre porque até o final do governo Itamar Franco (1999-2002) este era o único estabelecimento penitenciário específico para mulheres, dessa forma, elas cumpriam todos os regimes em um mesmo lugar. Na primeira gestão do governador Aécio Neves (2003-2007), a situação não foi alterada apesar da criação de novos estabelecimentos penitenciários femininos para o cumprimento da pena. Na atual gestão de Aécio Neves, há previsão ainda para 2008 da construção de um albergue para as mulheres, possibilitando a elas cumprir o regime aberto em outro estabelecimento.

No interior da penitenciária não há locais específicos para cada tipo de regime, assim as que estão no fechado convivem no mesmo ambiente das que estão no aberto. A diferenciação entre as presas ou a separação ocorre em virtude do comportamento – se apresentarem atitudes violentas ou desrespeitarem as regras impostas ficarão detidas no setor conhecido como “máxima” que tem capacidade para 20 (vinte) presas.

²¹ Os presos provisórios são aqueles que aguardam julgamento ou já foram julgados e estão em grau de apelação. Portanto, em ambos os casos a sentença não transitou em julgado, por isso a nomenclatura.

²² A nomenclatura autorização é utilizada para designar o pedido de recebimento de uma determinada presa em virtude da necessidade de transferência de um estabelecimento penal para outro. No caso analisado, o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto está disponibilizando vagas de acordo com o regime de cumprimento da pena.

Tabela 11: Demonstrativo dos crimes metidos pelas mulheres que cumprem pena no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto. Junho/2007

Crimes	Números	%
Tráfico de entorpecentes	88	27,32
Roubo	36	11,18
Outros crimes contra a pessoa	28	8,69
Homicídio	25	7,76
Furto	25	7,76
Estelionato	5	1,55
Uso de entorpecente	5	1,55
Outros crimes contra o patrimônio	3	0,93
Lesão corporal	2	0,62
Extorsão com seqüestro	2	0,62
Estupro	1	0,32
Contravenção	1	0,32
Outros crimes	101	31,36
Total	322	100%

Fonte: Subsecretaria de Administração Prisional – Secretaria de Defesa Social.

Na tabela acima há o demonstrativo dos crimes cometidos pelas mulheres presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto para junho de 2007, mas é imprescindível lembrar que uma presa pode estar condenada por mais de um crime.

A tabela 5 apresenta o número de mulheres cumprindo pena, totalizando 200; já a tabela 6 demonstra o número de crimes constantes no relatório do setor penal, o que não necessariamente é correspondente ao número de mulheres presas, tendo em vista que a condenação de uma mulher pode ter acontecido por mais de um crime.

No somatório dos 322 crimes, o tráfico de drogas aparece como o preponderante entre as mulheres com 88 ocorrências, 27,32%; seguido do roubo com 36 casos, 11,18%; 25 mulheres estão presas por homicídio, 7,76%; e por furto com 7,76% dos casos.

2.2.1.1 Panorama atual

Em abril de 2008, quando os dados foram coletados novamente junto a Secretaria de Estado de Defesa Social, haviam 207 mulheres presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, assim distribuídas:

Tabela 12: Mulheres presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto pelo regime de cumprimento da pena, abril /2008

Regime	Ocupação Atual	Autorização	Ocupação Total	Capacidade	Vagas Disponíveis
Fechado	33		33		0
Semi-aberto	32		32	212	5
Aberto	07		07		0
Provisório	135		135		0
Total	207		207		5

Fonte: Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas – SEDS.

Das 207 mulheres presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, 72 cumpriam pena, em abril/2008, com processo transitado em julgado, ou seja, foram esgotadas as possibilidades de recurso aos tribunais superiores. Destas 72 mulheres, 33 cumpriam pena no regime fechado, 32 no semi-aberto e 07 no aberto.

Do total das 207 mulheres presas no CPFEP, 135 eram provisórias o que significa dizer que a sentença condenatória não transitou em julgado e está em grau de apelação, ou que estas mulheres presas ainda não possuíam sentença condenatória em abril de 2008.

Tabela 13: Demonstrativo dos crimes metidos pelas mulheres que cumprem pena no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto. abril/2008

Crimes	Números	%
Outros crimes	88	36,82
Tráfico de entorpecentes	62	25,94
Furto e Furto Qualificado	32	13,39
Homicídio e Homicídio Qualificado	26	10,88
Roubo e Roubo Qualificado	19	7,95
Latrocínio	06	2,51
Extorsão mediante seqüestro	02	0,84
Receptação	02	0,84
Crimes previstos na lei de armas	02	0,84
Uso de entorpecente²³	0	0
Total	239	100%

Fonte: Subsecretaria de Administração Prisional – Secretaria de Defesa Social.

²³ Pela nova Lei de Drogas, lei 11.343/06 em seu art. 28, a pena de prisão não será cominada ao usuário de substância entorpecente. O infrator, ao ser capturado, passa a ser encaminhado para os Juizados Especiais Criminais e não é lavrado o auto de prisão em flagrante, dessa forma, não há inquérito policial. O art. 28 estabelece as seguintes penalidades para o usuário: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Importa ressaltar que estes 239 crimes referem-se apenas às mulheres com sentença transitada em julgado, portanto, das 207 que estavam presas, apenas 72 tiveram os seus crimes registrados neste arquivo. Isso significa dizer que 72 mulheres cumprem pena por terem cometido 239 crimes.

Com a publicação da lei 11.343/06, o uso de entorpecentes não é mais penalizado. As pessoas que são flagradas fazendo uso destas substâncias são encaminhadas para uma delegacia especializada, vinculada ao Juizado Especial Criminal e, posteriormente, recebem

2.2.1.1.1. Dados sócio-econômicos

De acordo com os dados sócio-econômicos, as 207 mulheres presas no Complexo Penitenciário Estevão Pinto, em abril de 2008, estão assim distribuídas segundo a ocupação exercida anteriormente à prisão:

Tabela 14: Ocupação anterior à prisão, abril/2008

Ocupação	Total	%
Prendas domésticas	40	19,32
Estudante	32	15,46
Empregada doméstica	23	11,11
Outras profissões	22	10,63
Sem Profissão	17	8,21
Não informado	11	5,31
Balconista	10	4,83
Cabelereira	6	2,90
Faxineira	6	2,90
Comerciante	5	2,41
Lavradora	5	2,41
Babá	3	1,45
Costureira	3	1,45
Cozinheira	3	1,45
Artesã	3	1,45
Servente	3	1,45
Vendedora	3	1,45
Autônoma	2	0,97
Camelô-vendedora	2	0,97
Comerciarista	2	0,97
Enfermeira	2	0,97
Caixa	2	0,97
Manicure	2	0,97
Total Geral	207	100%

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias - Centro Integrado de Informações da Defesa Social.

Segundo a ocupação anterior à prisão, das 207 mulheres presas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto em abril 2008, 40,19,32% declararam que ocupavam-se com prendas domésticas; 32, 15,46% eram estudantes; 23, 11,11% declararam ser empregadas domésticas e 17, 8,21% não tinham profissão no momento anterior à prisão.

Estes números revelam que as mulheres presas possuem pouca qualificação e trabalhavam em empregos com baixa remuneração, muitas estavam inseridas no mercado formal ou em atividades remuneradas lícitas.

Na tabela 14, 40 mulheres, 19,32% do total, se dedicavam às prendas domésticas o que caracteriza a ausência do mercado formal de empregos ou do exercício de atividades remuneradas. Nas entrevistas realizadas com as mulheres traficantes ficou constatado que muitas nunca ingressaram no mercado formal, sendo o tráfico de drogas, o roubo e o furto a sua fonte de renda. Este pode ser o caso, também, das 32 mulheres presas, 15,46% do total, que se declararam estudantes, ou seja, a sua renda poderia ser oriunda do tráfico de drogas, revelando um dos motivos pelos quais não ingressou no mercado de trabalho.

Se somarmos as profissões de empregada doméstica, faxineira e babá, o número de mulheres com empregos restritos ao ambiente doméstico equivale a 32, 15,46% do total, o que significa dizer que estas mulheres dedicavam-se à atividades de pouca especialização e baixa remuneração.

A tabela 15 complementa esta análise apontando para uma população carcerária feminina com baixa escolaridade, o que dificulta o ingresso no mercado formal de trabalho, além de dificultar uma maior remuneração.

Tabela 15: Escolaridade abril/2008

Escolaridade	Números	%
1ºGrau Incompleto	92	44,44
1ºGrau Completo	27	13,04
2º Grau Incompleto	25	12,08
Semi-alfabetizado	22	10,63
2ºGrau Completo	20	9,66
Analfabeto	13	6,28
Não informado	3	1,45
Superior Completo	2	0,97
Superior Incompleto	2	0,97
Pós-Graduado	1	0,48
Soma	207	100%

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Centro Integrado de Informações da Defesa Social.

Com relação à escolaridade, a maioria das mulheres possuía 1º grau incompleto e somavam 92, 44,44% das presas. Em seguida aparecem as que possuem 1º grau completo, totalizando 27, 13,04% do total. As que possuíam 2º grau incompleto apareceram em 25 casos, 12,08% do total.

Das 207 mulheres presas, 141, 68,11%, possuem os níveis básicos de escolaridade, sendo que destas 22 são semi-alfabetizadas, 92 possuem o 1º grau incompleto e 27 o 1º grau completo. Foram registradas 13 mulheres analfabetas e apenas 3 com curso superior. Esta situação revela a grande dificuldade para qualificação profissional e a posterior inserção no mercado de trabalho.

Em alguns casos, estes níveis de escolaridade podem ser alterados pelo fato do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto oferecer possibilidades de estudo para estas mulheres. Além disso, elas procuram a escola penitenciária como forma de remir a pena, o que pode alterar modestamente estes índices ao final do cumprimento da pena. Mas outra questão a ser levantada é a qualidade deste ensino e o alcance que ele tem frente às exigências do mercado de trabalho.

Para algumas mulheres, nem o incentivo da remissão da pena pela frequência escolar serve de motivação para o estudo – declaram que não têm paciência, não gostam de estudar ou “têm a cabeça muito ruim”. A pergunta – “por que devo estudar?” é realizada com muita frequência e demonstra um certo descrédito com relação às potencialidades da educação para a mudança nas condições de vida.

Conforme os dados da tabela 16, a população carcerária feminina que cumpria pena, em abril de 2008, estava assim distribuída de acordo com a faixa etária:

Tabela 16: Faixa Etária, abril/2008

Faixa Etária	Números	%
De 18 a 24 anos	66	31,88
De 25 a 29 anos	48	23,19
De 35 a 45 anos	41	19,81
De 30 a 34 anos	25	12,08
De 46 a 60 anos	24	11,59
Mais de 60 anos	3	1,45
Soma	207	100%

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Centro Integrado de Informações da Defesa Social.

De acordo com a faixa etária, as mulheres que estavam presas concentravam-se primordialmente entre 18 e 24 anos, 31,88% do total. As mulheres entre 25 e 29 anos

somavam 48, 23,19%; e as que estavam entre 35 e 45 anos contabilizavam 41 mulheres, 19,81% do total.

Se considerarmos a faixa etária compreendida entre 18 e 29 anos foram contabilizadas 114 mulheres, 55,02% do total, o que caracteriza uma população carcerária muito jovem, inclusive em uma faixa etária economicamente ativa na qual deveriam estudar, qualificar-se e inserir-se no mercado de trabalho.

Esta situação é particularmente grave porque a prisão interrompe, adia ou impossibilita a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho, além de impor o estigma de ex-presidiária, o que é mais um elemento dificultador na vida destas mulheres.

O demonstrativo da tabela 17 aponta para um alto índice de mulheres solteiras:

Tabela 17: Estado Civil, abril/2008

Estado Civil	Números	%
Solteira	142	68,60
Concubinato	31	14,98
Casada	19	9,18
Divorciada	6	2,90
Viúva	6	2,90
Separada/ desquitada	2	0,97
Não informado	1	0,48
Soma	207	100%

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Centro Integrado de Informações da Defesa Social.

Com relação ao estado civil, as mulheres solteiras eram preponderantes no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, em junho de 2008, e somavam 142, 68,60% do total. Em seguida, estavam as mulheres que viviam em concubinato que contabilizavam 31, 14,98%. As casadas somavam 19, 9,18% do total de 207 mulheres.

O estado civil “solteira” também é preponderante entre as mulheres traficantes, com o agravante de que são mães e, muitas vezes, jovens. Este é um dos fatores que contribuem para o envolvimento destas mulheres com o tráfico de drogas – mães, adolescentes, solteiras, baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, além não possuírem empregos formais ou quando possuem são de menor remuneração.

Tabela 18: Cor da Pele, abril/2008

Cor da Pele²⁴	Números	%
Cútis Parda	105	50,72
Cútis Branca	57	27,54
Cútis Preta	38	18,36
Cútis Amarela	7	3,38
Soma	207	100%

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias – Centro Integrado de Informações da Defesa Social.

No Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, em junho de 2008, preponderavam as mulheres de cútis parda, somando 105 casos, 50,72% do total das 207 presas. As mulheres de cútis branca somavam 57, 27,54% do total e as de cútis preta contabilizavam 38, 18,36% do total.

As mulheres de cútis não-brancas somam 143, 69,08% do total, sendo que as de cútis brancas representam 57, 27,54%. Estes dados revelam a predominância de mulheres com a cútis não-branca no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

²⁴ A variável cor da pele é determinada por uma funcionária que realiza o procedimento de biometria.

3. AS HISTÓRIAS QUE ELAS CONTAM

Idealmente, nós coletaríamos dados sobre desviantes observando-os enquanto realizam suas atividades características ou entrevistando-os sobre suas experiências (BECKER, 1997:157).

Este capítulo foi reservado para contar as histórias das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas que prestaram o seu depoimento para esta pesquisa. Das 27 entrevistas realizadas, 08 foram contadas na íntegra por conter maior riqueza de detalhes sobre a inserção destas mulheres na atividade criminosa.

A preocupação não foi fazer uma investigação para saber se as histórias eram verdadeiras ou não, o que na maioria dos casos, seria impossível. A pesquisa com desviantes encarcerados apresenta várias especificidades que precisam ser levadas em consideração.

A descrição de Becker (1997) sobre a pesquisa com populações encarceradas é reveladora da dificuldade que encontramos para coletar as informações e realizar as entrevistas:

(...) os desviantes encarcerados não falam ou agem como poderiam em seus habitats nativos (...) não mais operando em suas circunstâncias normais, eles agora reagem a controles imensamente diferentes, e, particularmente, podem pensar que, ao contar sua história, têm a possibilidade de usar o pesquisador para influenciar as autoridades das quais seu destino depende. Talvez eles contem apenas “histórias tristes”, relatos autojustificativos de como chegaram a este ponto. Claramente, os estudos que usam populações encarceradas devem reconhecer as limitações que este estratagema introduz. Este estratagema não deve ser usado simplesmente por ser conveniente, mas apenas quando alguma razão mais poderosa de possibilidade estruturalmente restrita de acesso o exija (BECKER, 1997, p.157).

As mulheres entrevistadas para esta pesquisa manifestaram grande preocupação com relação ao destino das informações que estavam revelando – ficavam apreensivas de que algo pudesse prejudicar o cumprimento da pena ou a obtenção de benefícios. Além disso, tinham o cuidado de não revelar a sua ligação com os eventuais parceiros soltos, por receio de que os dados fossem entregues à polícia. Outras vezes, percebi que elas usaram a entrevista como forma de justificar os seus atos criminosos, diminuindo a sua responsabilidade ou apontando para o crime como uma escolha “não racional” e, sim, como a única via de sobrevivência diante das circunstâncias em que viviam.

A pesquisa procurou conhecer os motivos alegados pelas mulheres para sua inserção no crime, assim como investigar a sua relação com os criminosos do sexo masculino, já que a criminalidade feminina é frequentemente associada pela literatura ao envolvimento com namorados, maridos e filhos. Além disso, foi considerada a motivação financeira como elemento influenciador para o envolvimento das mulheres no tráfico de drogas e a vulnerabilidade pessoal e social.

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, portanto, as narrativas não precisaram ser confirmadas ou refutadas, mas sim analisadas de acordo com a trajetória de vida das mulheres que forneceram seus depoimentos.

Os nomes reais foram preservados em respeito às entrevistadas, mesmo porque o tráfico de drogas é uma atividade criminosa na qual a “lei do silêncio” deve ser respeitada e valorizada entre os seus participantes e os membros das comunidades onde impera o “movimento”.

3.1 Entrevistadas

Entrevistada	Idade	Cor²⁵	Filhos	Profissão	Escolaridade	Residência²⁶
1	22	Branca	Não tem	Balconista	Fundamental incompleto	Popular
2	24	Parda	Não tem	Não possuía	Fundamental incompleto	Popular
3	20	Parda	Não tem	Balconista	Fundamental incompleto	Popular
4	24	Parda	Dois	Não possuía	Médio incompleto	Popular
5	34	Branca	Três	Contadora	Médio Completo	Centro
6	23	Negra	Não tem	Estudante	Fundamental Incompleto	Interior

²⁶ As regiões citadas como *residência* dizem respeito aos locais onde as mulheres entrevistadas residiam no momento anterior à prisão. Portanto, no caso das entrevistadas 15 e 16, estes eram os locais onde residiam quando foram presas, sendo que a sua origem está em bairros da periferia de Belo Horizonte.

7	21	Negra	Dois	Não possuía	Fundamental Incompleto	Popular (Favela)
8	40	Negra	Dois	Doméstica	Fundamental Incompleto	Popular (Favela)
9	46	Negra	Três	Dona de Bar (Prostituição)	Fundamental Incompleto	Popular (Favela)
10	25	Branca	Um	Não possuía	Fundamental Incompleto	Popular (Favela)
11	21	Negra	Não tem	Não possuía	Fundamental incompleto	Popular (Favela)
12	24	Parda	Dois	Não possuía	Fundamental incompleto	Popular (Favela)
13	45	Negra	Cinco	Doméstica	Fundamental incompleto	Popular (Favela)
14	37	Negra	Seis	Não possuía	Fundamental incompleto	Popular (Favela)
15	23	Negra	Dois	Cabelereira	Médio Completo	Bairro de Luxo ²⁷
16	24	Branca	Um	Biscates	Fundamental Incompleto	Bairro Médio ²⁸
17	25	Branca	Dois	Balconista	Médio Completo	Popular
18	40	Branca	Dois	Comerciante	Fundamental Incompleto	Bairro Médio
19	20	Branca	Não tem	Balconista	Médio Completo	Popular (Favela)
20	52	Branca	Dois	Prostituta	Fundamental Incompleto	Popular

²⁷ A classificação deste bairro foi baseada em uma pesquisa do mercado imobiliário, realizada com os bairros de Belo Horizonte pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Os bairros foram estruturados conforme a renda média salarial do chefe do domicílio em salários mínimos (SM) – para ser classificado como bairro de luxo, a renda precisa estar igual ou superior a 14,5 salários mínimos mensais.

²⁸ Para ser considerado bairro médio, a renda precisa estar igual ou superior a 5 salários mínimos e menor que 14,5 salários mínimos.

21	46	Parda	Não tem	Lavadora de Carros	Fundamental Incompleto	Popular (Favela)
22	22	Parda	Não tem	Não possuía	Fundamental Incompleto	Popular
23	25	Parda	Dois	Estudante	Médio Completo	Popular
24	21	Negra	Um	Não possuía	Fundamental Incompleto	Popular (Favela)
25	25	Parda	Não tem	Não possuía	Fundamental Incompleto	Popular (Favela)
26	28	Negra	Dois	Balconista	Médio Incompleto	Popular
27	30	Negra	Três	Doméstica	Fundamental Incompleto	Popular

QUADRO 1: Perfil das entrevistadas.

Fonte: Coleta direta dos dados no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

O perfil das mulheres entrevistadas revela uma população jovem, preponderantemente oriunda de bairros populares e favelas, com baixa escolaridade e, em sua maioria com filhos.

Com relação à tabela acima é imperioso destacar que a cor da pele das entrevistadas é definida pelo procedimento de biometria, realizado no momento da chegada das mulheres ao estabelecimento prisional.

O procedimento é feito por uma funcionária e ela é quem define a cor das mulheres, o que pode gerar controvérsias. Além da cor são catalogados o número do sapato, o número do manequim, a altura, o peso, o tipo de rosto, o tipo de cabelo, a cor do cabelo, a testa, as sobrancelhas, cor do olho, tipo de olho e orelhas.

3.2 O contexto dos relatos

As entrevistas foram realizadas no período de Março de 2007 a Fevereiro de 2008. Algumas das mulheres entrevistadas já não estão mais na prisão, outras estão em regime aberto – trabalham durante o dia e retornam à unidade prisional no período noturno.

Nos primeiros meses, houve grande dificuldade para a realização das entrevistas. As mulheres sentiam-se inseguras de prestar informações com receio de que prejudicassem os pedidos de benefícios ou a progressão de regime.

A partir das primeiras entrevistas, as outras presas foram se acostumando com a minha presença no Complexo Penitenciário e perceberam através dos outros relatos que as entrevistas não seriam prejudiciais ao andamento da execução de suas penas e algumas até se ofereceram para dar o seu depoimento.

Com o passar do tempo, consegui conquistar a confiança delas, demonstrando que este trabalho tem caráter acadêmico e não seria utilizado para prejudicá-las, pois dei garantias de que os nomes verdadeiros seriam ocultados.

Neste sentido, entende Becker ao analisar os comportamentos desviantes e os indivíduos entrevistados,

O traço que torna o desvio de interesse para nós (ou pelo menos um dos traços) é precisamente o que faz o trabalho ser tão difícil. Devido ao fato de que a atividade em questão é geralmente estigmatizada e tem grande probabilidade de ser passível de punição legal, aqueles que se dedicam a ela não tornam o fato publicamente conhecido ou facilmente acessível. Podemos ter problemas para localizar praticantes dos delitos em que estamos interessados, ou em localizá-los de modo tal que nos permita obter alguma informação sobre seu desvio, porque eles não o praticarão em nossa presença, ou porque não admitirão para nós que o praticaram. Ainda assim, têm sido realizados estudos do desvio, portanto a tarefa não é impossível (BECKER, 1997, p.154).

Algumas mulheres falaram pouco – por receio das informações serem utilizadas inadequadamente. Neste contexto, deve-se considerar o envolvimento de outras pessoas no tráfico de drogas, além de seus próprios companheiros que estão em atividade ou estão em prisões. Outras deram um depoimento valioso, com riqueza de detalhes, inclusive sobre o funcionamento do tráfico de drogas.

Colhi depoimentos de mulheres que foram viciadas em drogas durante muitos anos, principalmente o crack e, também, as bebidas alcoólicas, o que contribuiu para que os relatos não fossem tão fáceis, já que as lembranças tornavam-se dispersas e o raciocínio não possuía uma cronologia adequada.

Das mulheres que eu entrevistei nenhuma delas recebia visita íntima de seus maridos ou companheiros, pelo menos no período em que frequentei o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto. Esta situação pode ser explicada pelo fato de os homens não

aceitarem os procedimentos da revista para a visita íntima²⁹ ou estarem presos. Além disso, outros também possuem pendências com o sistema de justiça criminal e não podem entrar em estabelecimento prisional³⁰, como é o caso daqueles que estão em liberdade condicional, saída temporária ou regime aberto.

Na verdade, se o companheiro ou marido tiver alguma pendência com o sistema de justiça criminal, ele não pode nem ao menos fazer a visita familiar realizada aos domingos.

Durante as entrevistas, observei que algumas mulheres são assistidas por advogado particular, mesmo estando presas e aparentemente sem recursos.

As mulheres freqüentemente relatam que o dinheiro do tráfico de drogas “vem fácil e vai fácil”, porque no momento em que são presas, além de não poderem “trabalhar”, elas têm que arcar com as despesas com advogado.

No período da pesquisa não foram encontradas no Complexo Penitenciário mulheres envolvidas com o tráfico de drogas oriundas da classe média, ou seja, que tenham nascido e sido criadas em padrões típicos desta categoria. Havia o caso de uma mulher dona de academia e residente em um bairro alto³¹ que já estava cumprindo o regime aberto, portanto, inacessível para esta pesquisa, pois ela só retornava ao estabelecimento prisional após as 18:00 h, horário em que eu já não podia permanecer no local. O caso dela, segundo depoimento das agentes, envolvia tráfico internacional de drogas que fazia a rota Holanda-Brasil, a mulher era extremamente bonita e muito vaidosa e gostava de utilizar o dinheiro do tráfico para esbanjar, ou seja, jantar em locais caríssimos, comprar em lojas de grife e sustentar uma vida com muito luxo.

Isso não significa que as mulheres de classe média não pratiquem tráfico de drogas. O que se discute é o baixo índice das mulheres de classe média nas unidades prisionais, o que pode significar uma menor abordagem policial nestas mulheres ou a restrita presença policial nos locais onde elas convivem, o que favoreceria a sua impunidade ou a sua difícil detecção.

²⁹ Para a realização da visita íntima é necessário apresentar os seguintes documentos: 02 fotos, original e cópia da carteira de identidade; original e cópia de comprovante de residência; hemograma completo; urina rotina; VDRL; atestado médico; HIV; atestado de bons antecedentes criminais; cópia da certidão de nascimento dos filhos; original e cópia da certidão de casamento, ou declaração de próprio punho, atestando os anos de convivência comum, assinada por três testemunhas. Depois de apresentados os documentos, o casal é atendido por uma assistente social e uma psicóloga que fazem as orientações sobre uma relação sexual segura. O agendamento da visita íntima é feito pelo setor responsável pela segurança. Ao chegar no estabelecimento prisional, o homem é submetido a uma rigorosa revista, inclusive nos órgãos genitais.

³⁰ As pessoas que possuem alguma pendência com o a justiça criminal não podem realizar visitas semanais e nem visitas íntimas aos seus cônjuges ou companheiros, mesmo que já estejam em liberdade condicional ou regime aberto de cumprimento da pena.

³¹ De acordo com a classificação do Ipead, nos bairros altos a renda do chefe de família é igual ou maior a 8,5 salários mínimos e menor que 14,5 salários mínimos mensais.

Neste sentido, afirma Cunha ao estudar as mulheres presas em Portugal por envolvimento com o tráfico de drogas,

De facto, as forças policiais tendem a revelar-se mais pró-activas em relação a certas categorias sócio-espaciais e étnicas, e por conseguinte a probabilidade de detenção é mais elevada para os membros dessas categorias. Neste caso a taxa de detenção é especialmente elevada, em parte porque seria corrente as forças policiais elegerem certos sectores da população como alvos preferenciais. (CUNHA, 2002, p. 108).

De acordo com Cunha, certos locais são associados à criminalidade e ao tráfico de drogas, o que despertam a atenção policial e impõe maior rigor nas intervenções e a confrontação simbólica entre policiais e traficantes.

Estas incursões relativamente rotineiras nos bairros conotados com o tráfico e consumo de narcóticos, podem com efeito produzir um grande número de detenções (eventualmente seguidas de uma acusação ou resultando em referências para uma futura vigilância), embora o número e a ordem de grandeza das apreensões de substâncias proibidas ou de bens suspeitos de provirem de ganhos ilícitos nem sempre corresponda à envergadura da operação (CUNHA, 2002, p.114).

A partir das entrevistas realizadas com as mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, alguns policiais e os profissionais relacionados ao cumprimento da pena, esta realidade também foi observada em Belo Horizonte.

Nas periferias e favelas, onde o dueto violência e tráfico de drogas está muito presente, a polícia reforça a sua atuação, inclusive nas abordagens e revistas. Pelo cotidiano da atuação policial fica evidente que frequentemente são apreendidas pequenas quantidades de droga e armas e, por conseqüência, presos pequenos traficantes nestes locais.

A maioria das mulheres que estavam presas à época da pesquisa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto encontravam-se nesta situação – exerciam a venda da droga, em pequenas quantidades e foram presas em decorrência de suas ligações com outros traficantes. Ao serem presas, estavam com pequena quantidade de droga ou nenhuma, mas já eram alvo de observação da polícia e/ou foram reconhecidas por usuários e outros traficantes. Este é o caso de Orígenes que foi presa, enquanto comprava um refrigerante em uma mercearia perto de sua casa, em uma favela de Belo Horizonte:

Eu fui presa perto da minha casa na hora do almoço. Eu estava fazendo comida para os meus filhos quando resolvi comprar uma Coca-cola para as crianças. Quando sai

estava com trinta reais no bolso e a polícia me abordou. Sabe o que tinha acontecido? Eles prenderam uma menina que estava comprando droga na favela e ela falou que fez a compra comigo. Não é verdade. Sou traficante, mas naquela hora eu não estava de plantão, pois trabalho à noite. Segurei uma droga que não era minha. (Depoimento Verbal)³².

A realidade das periferias e favelas revela uma grande participação de pequenos traficantes, auxiliados pelos “atividades” – olheiros do tráfico. Os denominados “gerentes” e “patrões” do tráfico são presos quando há uma investigação mais apurada sobre suas ações, pois eles não realizam o serviço operacional da venda da droga, apenas distribuem as tarefas e as armas e ao final de cada plantão recolhem os lucros.

O “patrão” é uma figura mais abstrata, pois não mora na comunidade e é assim chamado por possuir poder aquisitivo para comprar grande quantidade de droga no atacado e depois distribuí-la para os principais pontos de venda, notadamente as periferias e favelas, onde os “gerentes” encarregam-se de monitorar a venda no varejo.

O “patrão”, de acordo com os relatos, não mora nas favelas e, sim, em bairros considerados de classe média ou alta e as relações com os pequenos traficantes é intermediada pelos “gerentes”, muitas vezes, moradores locais e homens de confiança do patrão.

Os temas recorrentes nas trajetórias de vida – abandono, poder, figura masculina, filhos, status e dinheiro – demonstram relações sociais conflituosas que cooperam para a opção pela vida criminosa e ajudam a traçar um cenário de vulnerabilidade pessoal e social. Neste sentido, discorre Cruz Neto ao estudar a inserção do jovem no tráfico de drogas, na cidade do Rio de Janeiro:

adotar uma resposta única e lapidar sobre as motivações que os levaram a desenvolver e a praticar essa opção constituir-se-ia uma atitude demasiadamente superficial e injusta, sobretudo diante da origem notadamente pluricausal do problema pois, os depoimentos evidenciam que as motivações imiscuem-se e interagem(...) O que eles relatam é a multiplicidade concomitante de várias situações de vulnerabilidade pessoal e social (CRUZ NETO *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 40).

È neste contexto que as narrativas das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas devem ser analisadas, levando-se em consideração elementos como o desemprego, a obtenção do dinheiro “fácil” em contraposição aos baixos salários dos trabalhadores e o seu empenho

³² Entrevista realizada com Orígenes no dia 25/09/08 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

para consegui-lo, o desamparo familiar, as “amizades”, o lugar onde morava, o poder e a visibilidade a que aspiram. Enfim, um quadro de vulnerabilidade pessoal e social.

De acordo com Guimarães (2004), em seu estudo sobre o tráfico de drogas na cidade de Ribeirão Preto, a falta de acesso a oportunidades para suprir as necessidades básicas – educação, saúde e moradia - é uma das principais motivações para a entrada nesta atividade ilícita: “as observações percebidas quando da caracterização dos participantes, de que quase todos são provenientes de famílias de camadas populares, residentes na periferia ou em favelas”. (GUIMARÃES, 2004, p. 45).

Esta realidade também foi observada no caso das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte, principalmente no que se refere à expectativa de vida. Dessa forma, a vulnerabilidade social, no caso do tráfico, está presente em virtude:

(...) das privações que a sociedade impõe a determinados cidadãos, apontando que a interação e a acumulação dessas situações vão, ao longo da existência individual e do processo histórico deteriorando as condições de vida de extensos segmentos populacionais (...) e favorecendo a escolha constrangida pela mendicância, delinqüência ou tráfico de drogas, fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e a morte (...) (CRUZ NETO *apud* GUIMARÃES, 2004, p.49).

O desamparo familiar, também, é outro elemento explicativo. Algumas mulheres envolvidas com o tráfico de drogas entrevistadas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, viveram histórias de desamparo por parte dos pais que foram traduzidas em abandono. Em outros casos estas mulheres foram abandonadas porque os pais foram presos em decorrência de seus crimes. A afirmativa seguinte reforça este entendimento:

O abandono é uma das espécies de exclusão social (...) retira ao menor as condições básicas para o exercício de sua cidadania. Coloca-o fora da sociedade, ao negar-lhe a satisfação de necessidades fundamentais para a preservação de sua vida e o desenvolvimento de suas potencialidades (SILVA *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 53).

Outro aspecto que deve ser considerado como motivador para o envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas é a expectativa de se obter visibilidade dentro e fora da comunidade, refletida no poder de manutenção da “ordem” imposta pelo comércio ilícito de entorpecentes. Mas neste caso, as mulheres freqüentemente se realizam por intermédio das relações afetivas que mantém com os homens traficantes que adquirem alguma notoriedade na

comunidade ou fora dela, notadamente por meio da violência. Neste sentido, pondera Guimarães

Percebo, pelos relatos inseridos na categoria – poder, fama, notoriedade um traço significativo, envolvendo a questão de juventude, gênero e masculinidade. As falas sugerem o desejo, a busca em construir uma diferenciação numa população que vive indiferenciável entre si. O acesso a essas categorias, que o tráfico de drogas proporciona, representa para as pessoas da periferia um processo de diferenciação de identidade (GUIMARÃES, 2004, p.58).

De acordo com as entrevistas realizadas por Guimarães com homens traficantes em Ribeirão Preto, o poder está estritamente relacionado à notoriedade e aos ganhos econômicos que decorrem do tráfico de drogas: “o fato de um traficante possuir carro, moto ou usar jóias, associa-o a objetos que são símbolos de auto-afirmação, poder e respeitabilidade, do status adquirido com o tráfico. Destaque, também, são as armas de fogo”. (GUIMARÃES, 2004, p.59).

Os jovens são as principais vítimas e os maiores alvos das regiões onde o tráfico de drogas marca fortemente a sua presença. As quadrilhas rivais disputam os territórios das bocas-de-fumo e determinam a suas áreas de influência que frequentemente são cenários de chacinas, vitimando culpados e inocentes. O jovem, no intuito de se auto-afirmar faz uso de violência física e armada contra quadrilhas rivais, policiais e membros da comunidade onde habita. Para eles, esta é a forma mais contundente de conquistar e manter o poder que muitas vezes resulta na sua própria morte.

O contato das crianças e adolescentes com os traficantes, também, é um elemento para o envolvimento com tráfico de drogas. Normalmente, nas favelas e periferias a relação das pessoas honestas com os traficantes é muito próxima, o que favorece a observação dos “maus exemplos”.

Em Belo Horizonte é possível observar crianças e adolescentes brincando livremente, sem o acompanhamento de um adulto ou responsável, nas ruas das favelas e periferias em horários em que deveriam estar na escola. Esta realidade é tão perversa que refletindo sobre esta situação, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte implantou o Programa Escola Integrada que visa proporcionar oficinas em diversas áreas do conhecimento para crianças e adolescentes fora dos horários de aula. Dessa forma, eles podem aproveitar o tempo ocioso aprendendo algo proveitoso para suas vidas.

A participação de crianças e adolescentes na dinâmica do tráfico de drogas é salientada por Guimarães:

(...) entendo que não deva passar despercebido que eles cresceram vendo a droga, desde pequenos. Então, o “movimento” e a “droga” passam a ser uma situação natural para a criança ou o jovem que não vê e nem possui condição de compreender a ilicitude e a gravidade daquilo que ele está vivenciando. Quando essa situação é associada às carências, no processo de formação da identidade, à baixa qualidade de vida, com baixa escolaridade, ausência de perspectivas de trabalho com salário decente, baixa auto-estima e frustrações, o “estar dentro” explicaria a opção pelo tráfico de drogas. Afinal, ele já está dentro. Por que sair? Como sair?. (GUIMARÃES, 2004, p.64).

Esta situação é particularmente grave, pois impacta na construção de uma carreira criminosa que surge precocemente. Os jovens envolvidos com o tráfico de drogas estão mais propensos ao uso da violência e à morte prematura e quando sobrevivem não possuem expectativa de uma vida digna, pois não passaram pelas redes de educação e profissionalização, tão exigidas pelo atual mercado de trabalho. Além disso, continuam carregando o estigma de favelado e “marginal”.

No caso das adolescentes, o elemento violência não é a regra, mas cotidianamente está presente em suas vidas. As adolescentes envolvidas com a criminalidade estão mais propensas a praticar crimes como o tráfico de drogas, o roubo e o furto, os dois últimos apenas com a finalidade de suprir suas necessidades financeiras. A partir dos relatos coletados para esta pesquisa foi possível detectar uma prática comum entre as mulheres residentes em favelas e periferias.

Uma forma muito típica da prática do furto é a entrada em lojas de roupas e bijoux, freqüentemente em dupla, para furtar mercadorias, colocando-as em grandes sacolas para posteriormente, ser vendida na favela ou na periferia. Muitos moradores já ficam esperando as mercadorias para comprá-las abaixo do preço. Há mulheres especialistas neste “negócio” e que são conhecidas pela qualidade da mercadoria que conseguem furto – este comércio ilícito constitui uma fonte de renda para muitas mulheres que não possuem emprego e que muitas vezes, sustentam sozinhas os filhos e a casa. No caso das mulheres viciadas em drogas esta é uma forma encontrada para financiar o vício, já que dificilmente encontrarão algum emprego formal. O caso de Rose, 40 anos, exemplifica o furto como forma para sustentar o vício:

Eu tinha uma vida financeira tranqüila que dava para sobreviver até começar a usar drogas. Primeiro experimentei maconha aos 19 anos por causa de um namorado,

fiquei viciada e perdi o emprego porque acordava muito tarde e não conseguia chegar no horário. Depois, trabalhei como autônoma vendendo roupas e bijoux, mas passei a cheirar cocaína. Com 30 anos conheci um rapaz viciado em crack que me mostrou a droga. A partir daí fiquei viciada em crack e perambulava pelas ruas e becos das favelas em busca da droga. Como não tinha dinheiro, furtava nas lojas no centro da cidade. A minha mercadoria era de qualidade – eu já tinha freguesas certas que ficavam de me esperando. Nos dias em que eu saía para assaltar, eu tomava um bom banho na casa de uma das minhas freguesas, vestia uma roupa melhor e saía em busca da mercadoria. Fui presa pelo art. 155³³. (Depoimento Verbal)³⁴.

A prática do tráfico de drogas não impede que as mulheres realizem roubos e furtos, pois é, também, freqüente que elas sejam afastadas da boca-de-fumo por algum desentendimento com o gerente ou por desvio de dinheiro e droga. Nestes casos, a traficante recebe o chamado “balão”, ou seja, ela é proibida de trabalhar no seu plantão na boca-de-fumo por determinado período e, enquanto está afastada precisa conseguir algum dinheiro para sua subsistência, situação em que roubam e furtam. Na trajetória de Manu há um episódio que ilustra a afirmativa:

Depois de um plantão entreguei o dinheiro R\$ 850,00 e um rádio que eu tinha comprado de um noiado³⁵ para que um cara tomasse conta, enquanto eu ia em outro lugar. No dia seguinte, a pessoa tinha sumido com o dinheiro e o gerente da boca chegou para acertar as contas – cadê? O gerente foi camarada e não me castigou, mas ele falou que eu tinha que pagar o que devia – e eu não tinha o dinheiro. Juntei com mais duas meninas para assaltar uma residência de uma senhora de aproximadamente 60 anos. Uma mulher que dava “fita”³⁶ para ladrão indicou aquela senhora que tinha algumas jóias. Estava devendo o traficante, com medo de morrer, então fomos roubar. O assalto não deu certo e fui presa no mesmo dia. (Depoimento Verbal)³⁷.

Outra prática revelada pela fala de Manu é a articulação de pessoas para observar possíveis vítimas e “vender” as informações para os assaltantes. Há, também, a compra de objetos, obtidos lícita ou ilícitamente, dos usuários de droga que não possuem mais dinheiro para sustentar o vício.

³³ O art. 155 do Código Penal Brasileiro tipifica o crime de furto: “*subtrair para si ou para outrem, coisa alheia móvel*”.

³⁴ Entrevista realizada com Rose no dia 06/02/08 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

³⁵ A expressão “noiado” é utilizada pelos traficantes de drogas para designar as pessoas que são viciadas em drogas e que já estão em um estágio avançado de degradação, ou seja, não têm mais dinheiro, roubam ou furtam para conseguir o dinheiro da droga e já estão muito sujos e às vezes doentes.

³⁶ A expressão “dar fita para ladrão” significa que alguém fica encarregado de descobrir pessoas que possam ser vítimas de assaltos, por morarem sozinhas ou por transportarem grande quantidade de dinheiro. Estas pessoas, normalmente, observam o comportamento das prováveis vítimas durante alguns dias ou até semanas. Depois elas fornecem todos os dados aos assaltantes e recebem uma parcela daquilo que foi apurado no assalto.

³⁷ Entrevista realizada com Manu no dia 20/02/08.

É comum entre os traficantes entregarem dinheiro ou armas para pessoas “honestas” ou que não levantem suspeita para guardarem em suas casas, pois, dessa forma, se a polícia chegar para fazer uma operação na favela, os traficantes não são apanhados portando drogas ou armas. Esta foi a intenção de Manu quando repassou o dinheiro da venda das drogas para outra pessoa guardar, já que não seria prudente circular com aquela quantia pela favela.

Para as adolescentes, o tráfico de drogas expressa um conjunto de significados que vão desde o status e o poder dos traficantes pelos quais elas se apaixonam, até a possibilidade de retorno financeiro para sustentar os filhos, manter a casa e ser inserida no mercado de consumo.

Outro aspecto relevante e que influencia bastante o envolvimento com o tráfico de drogas é a herança familiar e a desestabilidade destes laços, o que contribui para a fragilização dos processos de socialização do indivíduo, principalmente no que se refere à educação e ao trabalho.

Em casos mais raros, a mulher assume postos de comando no tráfico de drogas, conseguindo projeção e visibilidade em uma atividade tão violenta, dominada pelas armas e com altos índices de conflitos que, em sua maioria, resultam em morte. Pelas observações desta pesquisa, as mulheres ainda não demonstram tanta violência e agressividade quanto os membros homens das quadrilhas a que pertencem. Uma frase de Orígenes é reveladora neste sentido: “a diferença entre os traficantes homens e as mulheres é que nós somos mães e esposas e ficamos só vendendo; os homens vão para a guerra e nós não”. (Depoimento Verbal)³⁸.

O envolvimento com o tráfico de drogas na adolescência é uma forma de afirmação da masculinidade e um meio de adquirir status e poder pela via criminosa, só que no caso dos meninos, o emprego da violência, notadamente armada, é um elemento fundamental para a expressão do poder de uma determinada gangue ou quadrilha. Os aspectos financeiros também são motivadores para o envolvimento com o tráfico, já que o dinheiro é uma forma de expressão do poder ou do status adquirido. A fala de Orígenes é ilustrativa:

Eles querem impressionar as mulheres e quando vão comprar um refrigerante ou coisa parecida tiram do bolso aquele monte de notas e começam a contar na frente das pessoas para mostrar o tanto de dinheiro que tem. Eles usam o dinheiro para

³⁸ Entrevista realizada com Orígenes no dia 25/09/07 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

impressionar as mulheres e compram moto, carro, armas e roupa bonita. (Depoimento Verbal)³⁹.

Neste sentido apurou Nascimento em sua pesquisa sobre a criminalidade na Pedreira Prado Lopes:

A participação em uma quadrilha de traficantes significa para eles a obtenção de respeito e visibilidade social em meio a uma comunidade de miseráveis e excluídos. Colocar uma arma na cintura e fazer a segurança de uma “boca-de-fumo” garantirá a eles a certeza de serem reconhecidos nas ruas da favela. Garantirá a eles uma presença marcante junto às mulheres do morro e o restante da comunidade (NASCIMENTO, 2004, p.125).

A dinâmica do tráfico de drogas é muito complexa e multidimensional tanto para o envolvimento masculino quanto para o feminino e aponta uma construção de identidade que permeia toda a história de vida destes indivíduos e que freqüentemente aflora na adolescência – período em que busca-se a auto-afirmação, a visibilidade social, as relações amorosas e a inserção na sociedade de consumo. Além disso, as falhas na sociabilidade e na introjeção de valores como a educação e o trabalho favorecem sobremaneira o envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas.

A partir, destes aspectos é possível constatar que o valor simbólico atribuído à dinâmica do tráfico de drogas e aos traficantes seduz muitos jovens – homens ou mulheres - seja pelo retorno financeiro, pelo status ou pelo poder, seja pela ardente conquista do sexo oposto.

No tópico a seguir serão descritas as entrevistas que ofereceram a maior riqueza de detalhes e que contam com maior detalhamento a trajetória do envolvimento de mulheres com o tráfico de drogas. Das 27 entrevistas realizadas foram selecionados 10 casos para serem descritos, sendo que as outras serão inseridas no momento da análise.

3.3 Narrativas

Etelvina (45 anos) - “Favelado nunca tem vez e a polícia está sempre certa. As

³⁹ Entrevista realizada com Orígenes no dia 25/09/07 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pint.

mulheres acham bonito ser mulher de bandido e vender droga”. (Depoimento Verbal)⁴⁰

Etelvina, 45 anos, nasceu e foi criada em uma favela de Belo Horizonte, em uma família de 09 irmãos. A mãe era lavadeira e o pai vigilante aposentado. Na época em que nasceu não havia água encanada no aglomerado e todos os dias tinha que pegar água no poço artesiano para ajudar a mãe com as atividades domésticas. Com 11 anos já trabalhava em casa de família e sua irmã mais próxima e mais amiga trabalhava como balconista em lanchonete.

Aos 19 anos já era mãe solteira e sofreu muito com o falecimento da mãe, pois teve que ajudar na criação e sustento dos outros irmãos. A tia olhava a filha para ela trabalhar em casa de família. Nesta época, começou a sofrer com a perseguição de um policial que queria namorá-la – ele a perseguia diariamente até que um dia descobriu onde ela trabalhava, contando para a sua patroa que ela era uma falsa doméstica e queria apenas seqüestrar a sua filha. A patroa passou a trancá-la dentro de casa com a criança. Com 22 anos saí desta casa, pois descobriu porque era trancada em casa, mas continuava sendo perseguida pelo policial.

Em 1985 conheceu o pai dos outros 10 filhos. O então “marido” foi preso pelo art.180⁴¹ e entre uma visita e outra à Penitenciária José Maria Alkimim, ela engravidou do segundo filho que morreu pouco depois, “fui tendo um filho atrás do outro, tive 11 filhos e hoje, destes, só 05 estão vivos”. Os filhos morriam em decorrência de má formação congênita ou doenças relativas à primeira infância.

Etelvina conviveu durante 21 anos com este homem e destes 19 viveram como companheiros. Ele possui uma longa carreira criminoso envolvendo deste o homicídio até o tráfico de drogas. Em uma das vezes em que foi preso, obteve benefício de Natal e não voltou para a prisão.

Em virtude dos muitos crimes cometidos pelo marido, Etelvina foi obrigada a mudar constantemente de cidade para que o marido não fosse capturado pela polícia. Ela sobrevivia fazendo faxina e administrando a pensão deixada pelos pais para os irmãos menores.

Quando estavam morando em uma cidade do interior de Minas Gerais, o companheiro converteu-se ao protestantismo e a Igreja exigiu que eles se casassem. Na ocasião, ele estava utilizando nome falso porque estava sendo procurado pela polícia, quando foram oficializar a união ele foi descoberto e a família teve que fugir às pressas para o interior do Espírito Santo.

No novo local de residência o casal oficializou a união e o casamento durou 3 anos.

⁴⁰ Entrevista concedida por Etelvina em 08/02/08

⁴¹ O art.180 do Código Penal Brasileiro tipifica o crime de receptação.

Etelvina fazia viagens constantes a Belo Horizonte para receber a pensão dos pais para os irmãos mais novos, pagava as contas e o que sobrava levava para ajudar no sustento dos filhos.

Em uma destas ocasiões ela ficou sabendo que o marido havia engravidado uma menina de 14 anos, ainda quando moravam no interior de Minas Gerais. Depois de muitos desentendimentos, ela perdoou o marido porque ele alegava que era um “homem de Deus”.

Algum tempo depois, ao regressar de uma viagem a Belo Horizonte, ela descobre novamente que outra menina, desta vez com 13 anos, estava grávida de seu marido.

Peguei todos os meus filhos e fui para a porta da casa da mãe da menina: Você acha que ele é honesto? Ele é casado e tem esse tanto de filho. Ele registrou a criança da sua filha com nome falso porque ele é um foragido da polícia. (Depoimento Verbal)⁴².

A partir deste fato, ela voltou para Belo Horizonte com os filhos e voltou a morar na favela onde tinha nascido e sido criada. Conheceu um rapaz mais novo e viajou com ele para o Espírito Santo para encerrar o casamento, mas não teve coragem de enfrentar o marido. Desde 2001 eles estão juntos.

Desta época em diante não teve mais contato com o marido, só recentemente soube que ele está preso na Penitenciária Nelson Hungria, pois mandou pedir ajuda. Ela mandou dizer que quer o divórcio, mas ele quer “algo” em troca.

Durante os anos em que ficou casada fez uso de maconha, cocaína e crack, drogas comercializadas pelo marido. Quando voltou a Belo Horizonte após a separação, aliou-se ao irmão no tráfico de drogas e ficou conhecida como uma das maiores distribuidoras de drogas, chegando a gerenciar os “negócios” durante o período em que o irmão esteve preso.

Foi presa em 2007 e condenada a 18 anos de prisão.

Orígenes (21 anos)

Na triagem quase fiquei louca. Com 11 dias tive direito ao banho de sol e vi que não era tão ruim, porque tinha muita gente conhecida. O destino das mulheres que mexem com o tráfico de drogas é a cadeia ou a morte. Fico pensando: toda a minha

⁴² Entrevista concedida por Etelvina em 27/02/08.

família passou por essa cadeia: a minha mãe, a minha irmã e eu. E no futuro a minha filha, se eu não sair da favela.(Depoimento Verbal)⁴³.

A história criminosa de Orígenes tem início desde a infância. A mãe ficou presa na então Penitenciária Industrial Estevão Pinto por assalto, enquanto o pai cumpria pena na penitenciária de segurança máxima Nelson Hungria, em Nova Contagem.

Enquanto os pais estavam presos Orígenes e sua irmã foram cuidadas por uma tia.

A mãe de Orígenes conheceu outra mulher na prisão, onde começou um romance. Quando cumpriram a pena e saíram da prisão foram morar juntas. Repentinamente, a mãe de Orígenes foi embora para o Rio de Janeiro com a sua “namorada” e vendeu a casa com tudo dentro, deixando as filhas sem nada: “fui abandonada com 11 anos e a minha irmã estava com 15, então ela começou a vender droga para me sustentar. Não tinha outro caminho a seguir”.

A irmã de Orígenes começou a vender droga para o sustento das duas, mas acabou viciada, o que a deixava endividada com os “gerentes” de boca-de-fumo. Quando Orígenes tinha 13 anos, sua irmã levou três tiros em virtude das dívidas contraídas no tráfico, mas não morreu. Nesta mesma época, Orígenes consumiu crack e maconha, o que segundo ela, fez com que sua aparência ficasse “horrível”, então, largou o crack e continua até hoje fazendo uso da maconha.

A partir deste momento, Orígenes começa a traficar drogas para se sustentar e pagar dívidas da irmã que estava escondida. Aos 14 anos ela conhece o seu “companheiro” que é bandido e traficante, engravidando aos 15 anos:

Ele foi o meu primeiro homem, tem a mesma idade que eu e meus dois filhos são dele. Apesar de ser traficante e ter dinheiro, o meu companheiro não me dava assistência, então, pedi droga a outro traficante para revender e comprar as coisas do bebê. Nós vendemos drogas porque nossos maridos ou estão presos ou mortos ou não dão nada. (Depoimento Verbal)⁴⁴.

Aos 18 anos Orígenes engravidou do seu segundo filho:

Sou muito “cabeça”, penso nos meus filhos, dou roupa bonita para eles e até quarto de brinquedos. O prazer que eu tenho de vender droga é ver os meus filhos bem. É a minha maior satisfação ver os meus filhos sorrindo. Antes de pegar cadeia brincava com meus filhos de casinha e carrinho. Vivia com eles uma infância que minha mãe não viveu comigo. Sempre dei tudo do bom e do melhor para eles, muitos

⁴³ Entrevista concedida por Orígenes em 25/09/07.

⁴⁴ Entrevista concedida por Orígenes em 25/09/07.

brinquedos, roupa, calçado Puma de R\$ 200,00 reais, sempre comprei das mulheres que enchem as sacolas nas lojas. (Depoimento Verbal)⁴⁵.

Orígenes vendia drogas nas bocas-de-fumo e trabalhava em regime de plantão, escoltada por um ou dois “atividades” armados – os olheiros do tráfico – que tinham como responsabilidade zelar pela segurança do traficante de plantão e manter a “ordem” nos locais destinados à venda de drogas.

Para ela, o dinheiro do tráfico servia para ir aos salões de “patricinhas”, localizados no centro de Belo Horizonte, além de comprar roupas, brinquedos, móveis para a casa e pagar táxi. Outra vantagem do dinheiro proporcionado pelo tráfico de drogas é o fato de as mulheres não precisarem trabalhar, principalmente como empregadas domésticas.

Orígenes aborda a oposição trabalhador bandido ao retratar a sua participação no tráfico de drogas,

O trabalhador tem que ralar o mês inteiro para ganhar R\$ 400,00 reais, não saberia viver como trabalhador: o que fazer com um salário mínimo? Já o bandido, gasta demais, “vem fácil, vai fácil” – você não faz nada e ele vem na sua mão. Você fica sentada e o dinheiro vem. (Depoimento Verbal)⁴⁶.

O consumo de roupas, sapatos e alguns eletrodomésticos, em alguns casos, é feito dentro da favela. Nem sempre as mulheres e homens traficantes podem sair para o “asfalto” ou mesmo circular fora da sua “área de influência”, devido às freqüentes “guerras” que envolvem a disputa pelas “bocas-de-fumo”

A favela não é lugar para criar os filhos, tem muita gente ruim, tem muito “alemão”, se eu não tomar cuidado o meu filho vai ser bandido também. Eu não quero isso para ele, essa vida é muito sofrida. Dei sempre o que eu nunca tive. Não quero que eles virem bandido, é muito sofrido. Quero tirar os meus filhos da favela, senão o futuro deles será igual ao meu. O menino vai ser bandido e matador porque a natureza dele é ruim. A menina vai ser mulher de traficante. (Depoimento Verbal)⁴⁷.

O companheiro de Orígenes sentia ciúmes dela e, freqüentemente era violento. Ele era usuário de maconha e quando consumia a droga, tinha um comportamento agressivo, demonstrando grande irritação.

⁴⁵ Entrevista concedida por Orígenes em 25/09/07.

⁴⁶ Entrevista concedida por Orígenes em 25/09/07.

⁴⁷ Entrevista concedida por Orígenes em 25/09/07.

O companheiro de Orígenes já era conhecido da polícia pelas freqüentes atitudes violentas contra as gangues rivais ou os próprios policiais, quando era alvo de abordagens e revistas, o que lhe renderam algumas detenções enquanto ainda era menor de 18 anos.

Apesar das constantes brigas e desentendimentos, Orígenes avaliava como vantajoso ser mulher de bandido, inclusive porque era respeitada e protegida, além de ter poder sobre as outras meninas que, segundo ela, formavam filas para seduzir os homens traficantes da favela. “A minha filha falou que quando crescer não vai ser mulher de bandido e não vai apanhar dos homens como eu apanho do pai dela. O problema de ser mulher de bandido é isto, quando você quer largar, não tem jeito”. (Depoimento Verbal)⁴⁸.

Para Orígenes, a favela onde morava já foi mais tranqüila e agora está muito violenta porque há presença de várias gangues rivais, os bandidos “boladões” que matam os traficantes inimigos.

Orígenes foi presa quando saiu de casa para comprar um refrigerante. Ela foi reconhecida como traficante por uma outra mulher que foi presa no mesmo dia. Os policiais não encontraram nem armas, nem drogas e nem dinheiro com ela no momento da prisão. A polícia já estava investigando a sua participação no tráfico de drogas por causa do seu companheiro, conhecido traficante da região – “o destino das mulheres que mexem com o tráfico é a cadeia. Antes as mulheres passavam batido, agora são mais visadas”.

Na prisão, Orígenes trabalha na faxina, sem receber remuneração, apenas pelo benefício da remição⁴⁹ da pena: “não estou gostando do serviço de faxina, não gosto de serviço pesado, gosto de serviço para trabalhar sentada. Não ganho nada, só remição”.

Com a sua prisão, os filhos foram entregues as pessoas conhecidas para que tomassem conta. O menino continua morando na favela, enquanto a menina foi entregue à “comadre” que mora em um bairro de classe média baixa. Orígenes relata que o comportamento dos dois filhos é diferente,

O meu filho tem 4 anos e está igualzinho bandido, fala palavrão, me dá tapa na cara, avança nas pessoas e só brinca de ladrão. A minha filha que tem 6 anos está com a minha comadre e mora em um bairro longe da favela. Você precisa ver que

⁴⁸ Entrevista concedida por Orígenes em 25/09/07.

⁴⁹ De acordo com a Lei nº 7.210/84, Lei de Execuções Penais, em seu art.126, § 1º a contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de um dia pena por três de trabalho. Atualmente, a doutrina e a jurisprudência entendem que a freqüência à escola da unidade prisional também pode remir a pena, na razão de dois dias de escola para um de pena.

gracinha, ela está estudando em uma escola evangélica e está muito comportada. (Depoimento Verbal)⁵⁰.

O companheiro está preso por homicídio e recentemente ela descobriu que ele teve uma criança com outra mulher. O pai traficante foi assassinado quando estava em liberdade condicional. A justiça concedeu a ela o direito de ir ao velório e permanecer lá por cinco minutos. A mãe está desaparecida.

As últimas notícias⁵¹ sobre Orígenes revelam que ela está se correspondendo com outros dois presos, cada um em uma unidade prisional, em sinal de protesto pela traição do companheiro que ainda em liberdade, engravidou uma menina do mesmo local onde moravam.

Até o término da pesquisa, Orígenes ainda aguardava a sentença que foi publicada no dia 27/05/08 condenado-a a seis anos e seis meses de reclusão em regime inicialmente fechado.

Manu (24 anos) - “Não foi idéia, foi desespero”. (Depoimento Verbal)⁵².

Manu nasceu e foi criada em uma favela e tinha mais três irmãos. A mãe era usuária de cocaína e a deixava trancada em casa com a irmã. Os dois outros meninos foram morar com a avó. O pai era usuário de crack e estelionatário, mas não relatou experiências de violência envolvendo o seu pai.

As brigas do casal eram constantes, até que um dia, a mãe de Manu tentou agredir o marido e ele revidou. A mãe pegou as duas crianças e foi morar debaixo de viaduto. Com o tempo a mãe passou a se relacionar com uma mulher, enquanto as crianças tinham que pedir esmola no sinal para sustentar o vício de cocaína e cachaça.

As duas irmãs foram abandonadas pela mãe aos nove anos. Então, o pai buscou as filhas na rua e levou-as para a avó criar. Mas a avó não tinha condições de permanecer com as quatro crianças, ficou apenas com os dois meninos que já estavam com ela. As meninas foram levadas para um colégio interno e ficaram lá até 11 anos porque o pai havia se mudado para o Acre.

⁵⁰ Entrevista concedida por Orígenes em 25/09/07.

⁵¹ As últimas notícias sobre Orígenes e as demais traficantes foram obtidas em conversas com as agentes penitenciárias do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, em uma visita realizada em maio de 2008. Algumas já estavam em regime aberto e outras já haviam cumprido a pena, portanto, não havia maiores informações.

⁵² Entrevista concedida por Manu em 20/02/08.

Nesta época, o pai casou-se novamente com uma mulher que tinha um filho de 15 anos. Manu e a irmã foram morar novamente com o pai. A madrasta das meninas tinha comportamento violento e, freqüentemente, batia nelas e queimava as mãos na trempe do fogão. Além disso, o filho dela queria abusar sexualmente de Manu, fato que provocou grande discórdia entre eles.

Manu e sua irmã tiveram que voltar para a casa da avó porque o pai estava foragido da polícia e permaneceram lá até os 17 anos, quando a avó faleceu. A partir daí, Manu começou a guardar drogas e armas para conseguir o dinheiro para o seu sustento. O tio que era policial civil encontrou as armas e as drogas escondidas em casa e deu uma surra em Manu.

Então, ela foi atrás do traficante e começou a comercializar a droga à noite, na boca-de-fumo, em regime de plantão, sempre armada com um revólver 38. Era usuária de maconha e cocaína desde os 16 anos – usava cocaína para ficar acordada e maconha para provocar a fome.

Os rendimentos semanais chegavam a R\$ 500,00, além das contas que eram pagas pelo traficante. Com o dinheiro do tráfico, Manu ia a lugares “bons” freqüentados por “patricinhas” e “playboys”, comprava roupas e gastava no salão.

Em uma noite, Manu entregou R\$ 850, 00 e um rádio de carro roubado que um cliente havia oferecido em troca da droga para uma outra pessoa guardar. No dia seguinte a pessoa tinha sumido com o dinheiro e o gerente da boca chegou para acertar as contas – “eu não tinha o dinheiro”. O gerente cobrou o dinheiro, afirmando que não castigaria Manu pelo extravio do dinheiro, mas que ela tinha que pagar o que devia.

Juntei com mais duas meninas para assaltar uma residência de uma senhora de aproximadamente 60 anos. Uma mulher que dava “fita”⁵³ para ladrão indicou aquela senhora que tinha algumas jóias. Estava devendo o traficante, com medo de morrer, então fomos roubar. (Depoimento Verbal)⁵⁴.

As meninas foram disfarçadas de agente comunitário da Prefeitura Municipal, para encontrar focos de dengue, sendo que uma delas fez programa com um senhor de idade para conseguir dinheiro com intuito de comprar a arma que foi adquirida na Praça Sete.

⁵³ A expressão “dar fita para ladrão” significa que alguém fica encarregado de descobrir pessoas que possam ser vítimas de assaltos, por morarem sozinhas ou por transportarem grande quantidade de dinheiro. Estas pessoas, normalmente, observam o comportamento das prováveis vítimas durante alguns dias ou até semanas.

Depois elas fornecem todos os dados aos assaltantes e recebe uma parcela daquilo que foi apurado no assalto.

⁵⁴ Entrevista concedida por Manu em 20/02/08.

Ao chegar na casa da vítima, as meninas foram prontamente atendidas por ela que levou-as para o interior da residência e ofereceu-lhes um café. Uma das meninas recuou e não teve coragem de “enquadrar” a vítima. Manu fez o serviço, mas a senhora reagiu e travou longo combate com a assaltante, o que fez a arma disparar, chamando a atenção dos vizinhos. A polícia foi chamada e as meninas foram presas 07 quarteirões depois. Ficou presa durante 10 meses no antigo Departamento de Investigações (DI) e depois ficou 09 dias na máxima do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, saindo em liberdade – “depois disso fiquei na “paz do senhor” e engravidei de um trabalhador (polidor de carro)”. (Depoimento Verbal)⁵⁵.

Certa vez, Manu brigou com uma mulher e arrancou um pedaço da orelha dela. O irmão da vítima era traficante e, como castigo, obrigou Manu a levar uma arma para outra pessoa. Chegando no local a pessoa não estava e, então, Manu teve que voltar com a arma, acompanhada de seu companheiro e de seu cunhado. A polícia abordou o trio e iniciou os procedimentos da revista, encontrando a arma na bolsa.

Manu assumiu que a arma era dela para liberar os dois rapazes, mas declarou na delegacia um nome falso. Após um mês de prisão foi chamada em audiência, onde revelou sua verdadeira identidade – “confessei, assinei a minha liberdade e fui embora”.

No dia seguinte nasce a primeira filha de Manu, com problemas intestinais, o que a obrigou a permanecer internada por alguns meses. Com o nascimento da filha, Manu parou de vender droga e estava sendo sustentada pelo marido, dedicando-se às atividades do lar. Mas a irmã continuava no crime e, nesta época, tomou um tiro na mão, acusada de ter roubado droga de um traficante.

Depois de viver com o companheiro fora da favela, retorna ao seu local de origem devido a uma briga com ele, passando a morar na sua antiga casa. Manu, a irmã e a filha estavam passando por dificuldades financeiras, inclusive, não possuíam dinheiro para comer. Ao sair de casa para ir ao vizinho pedir comida, foi surpreendida pela polícia que a agrediu e fizeram com ela assumisse uma certa quantidade de droga que não era dela.

Manu não quis assumir a droga e os traficantes começaram a ameaçar a sua irmã. Ela manteve o propósito de não assumir a droga – a irmã foi assassinada, dentro de casa, tomando conta da filha de Manu. “A minha filha acordou assustada com o barulho do disparo e começou a chamar minha irmã. E a minha irmã não respondia. Então ela encostava a mão no sangue e deixava as marcas na parede” (Depoimento Verbal)⁵⁶.

Ela está presa a cinco meses, ainda não foi julgada e está grávida de sete meses.

⁵⁵ Entrevista concedida por Manu em 20/02/08.

⁵⁶ Entrevista concedida por Manu em 20/02/08.

Joli (23 anos) – “Sim... eu sou a Joli! Os elogios não me iludem. As críticas não me abalam. Sou o que sou, sigo a minha cabeça e não a minha reputação”. (Depoimento Verbal)⁵⁷.

Joli é um dos raros casos em que as mulheres ocupam um lugar de destaque no tráfico de drogas.

A sua história começa com uma “aventura” amorosa de sua mãe que era viúva e iniciou um namoro com um senhor negro, “tenho irmãos brancos e sou negra – os meus irmãos nunca aceitaram o namoro da minha mãe e sempre me consideraram uma bastarda”.

A família morava em Venda Nova e um dos irmãos era um “bandido tranqüilo” – era assaltante. Mas foi vítima de uma emboscada e morreu com 17 tiros e algumas facadas, depois teve o corpo jogado em um boeiro, deixando quatro filhos. “Eu tinha 07 anos e me lembro como se fosse hoje. Fui reconhecer o meu irmão no Instituto Médico Legal (IML). O rosto estava desfigurado. Ele era porteiro e vigia – o art 157⁵⁸ era só hobby. Nesta época fiquei menstruada”.(Depoimento Verbal)⁵⁹.

Aos 09 anos Joli não conseguia ter bom rendimento escolar e foi encaminhada a um psicólogo, pois não saía da 1ª série do ensino fundamental. Segundo o diagnóstico, Joli estava sofrendo de alguns distúrbios, em decorrência dos fatos presenciados com a morte do irmão.

A vida amorosa tem início aos 12 anos, quando Joli apaixonou-se pelo primeiro namorado e aos 14 anos já tinha o primeiro filho. Com 15 anos ela foi morar com o namorado em uma casa na Pampulha, pois ele era muito preocupado com ela e tinha condições de sustentá-la com conforto. Ela aprendeu o ofício de cabelereira e o marido montou um salão para ela trabalhar. Além disso, tirou a carteira de motorista e ganhou um carro.

Não demorou muito tempo e os espancamentos começaram a acontecer. Quando completou 19 anos não agüentou mais a situação e voltou para a casa da mãe com medo de ser morta pelo marido.

Aos 20 anos surgiu a oportunidade de Joli atravessar crack da Venezuela para o Brasil o que lhe renderia uma quantia equivalente a R\$ 100.000,00. As viagens para a Venezuela aconteciam de 15 em 15 dias para buscar crack. O Peru (ecstasy), a Bolívia (cocaína), o Paraguai (maconha) e o Uruguai (crack) também eram roteiros para a aquisição das substâncias entorpecentes.

⁵⁷ Entrevista concedida por Joli em 07/11/07.

⁵⁸ O art. 157 do Código Penal Brasileiro refere-se ao crime de roubo.

⁵⁹ Entrevista concedida por Joli em 07/11/07.

Neste meio tempo em que realizava estas viagens, Joli conheceu um rapaz que era carpinteiro

Eu ganhava R\$ 100.000,00 e ele R\$ 100,00 reais por semana. Na noite em que sai com ele engravidei e tentei tirar duas vezes, mas não consegui. Continuei fazendo as viagens e com 04 meses de gravidez fui ao Peru, na volta tive que dormir no mato para fugir da polícia. Até então ele não sabia que eu era traficante. Quando cheguei ao Brasil, contei a ele que realizava tráfico internacional de drogas e mostrei uma mala cheia de armas para ver se ele desistia de mim, mas não quis me largar. (Depoimento Verbal)⁶⁰.

Com o dinheiro do tráfico de drogas Joli comprou imóveis - um apartamento em um bairro de luxo e uma fazenda, além disso, freqüentemente trocava de carro, tinha babá para seus filhos e ajudou muito a mãe e os irmãos. Viveu uma vida com muito luxo e conforto.

Após esclarecer o namorado sobre a sua participação no tráfico de drogas, Joli instalou uma boca-de-fumo na favela para colocá-lo como gerente, entregou a ele uma moto e uma arma.

Passado um ano e meio, o companheiro de Joli não agüentava mais a pressão da atividade

Fred falou que “não conseguia mais deitar a cabeça no travesseiro. Enquanto ele lamentava, fui lá e comprei mais um “Cross Fox”. Quando cheguei em casa ele estava de malas prontas. Tive que fazer chantagem emocional com ele, mas não adiantou. Para não perdê-lo, parei durante um mês. Depois disso, pensei: vou fazer mais uma viagem e paro. Resolvi dar uma festa em uma fazenda para comemorar o meu aniversário, enquanto ele recebia os convidados, eu sai escondida e fui para a Venezuela, atravessei a fronteira com 1 tonelada de crack e armas, dirigindo um caminhão “truck”. (Depoimento Verbal)⁶¹.

Ao voltar da viagem à Venezuela, Joli ficou sabendo que um sobrinho viciado em droga havia saído de uma clínica para dependentes químicos. A família começou a organizar uma festa. No dia do evento o rapaz foi assassinado por outros traficantes.

Superado o episódio, Joli começou os preparativos para a oficialização do seu casamento que incluiria a cerimônia religiosa e uma grande festa em um buffet da cidade. Poucos dias antes da cerimônia, o marido de sua sobrinha que era seu funcionário, foi preso. Joli foi até a polícia federal visitá-lo e continuou resolvendo as pendências do casamento.

⁶⁰ Entrevista concedida por Joli em 07/11/07.

⁶¹ Entrevista concedida por Joli em 07/11/07.

No dia seguinte, a polícia federal foi até a casa de Joli, efetuando a prisão às 06:00 horas. No momento da prisão, os policiais revistaram toda a sua casa e o carro onde estava o vestido de noiva. Em busca de substâncias entorpecentes ou algum dinheiro que estivesse escondido, os policiais rasgaram o vestido de noiva.

Só vi as pedras do meu vestido voando para todo lado. Talvez esta tenha sido a parte mais difícil do momento em que fui presa. Era o meu sonho casar na Igreja, vestida de noiva e dando a maior festa. Tive adiar o meu sonho. Mas quando sair daqui vou realizar o meu sonho casando com o meu carpinteiro. (Depoimento Verbal)⁶².

Joli ficou presa 15 dias na polícia federal e depois foi transferida para São Joaquim de Bicas e meses depois chegou ao Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

O advogado que assumiu a defesa de Joli foi o seu próprio irmão. Mas ele agiu desonestamente com ela e pediu que assinasse uma procuração, alegando que era para a realização da defesa – ela prontamente atendeu. Na verdade, a procuração assinada dava plenos poderes a ele para dispor dos bens dela. Até a última visita realizada ao Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, Joli não havia tido nenhuma notícia do irmão. Tudo indica que ele fugiu com dinheiro.

Beta (25 anos)

A infância de Beta foi transcorreu tranqüilamente em uma favela de Belo Horizonte, sem sinais de violência ou desestabilidade familiar. Os pais são trabalhadores “honestos” e nunca se envolveram com a criminalidade. Ela passou a infância e parte da adolescência só estudando, nunca havia trabalhado.

Me envolvi na criminalidade com 15 anos por causa de um namorado que é pai do meu filho. Vivi com ele 7 anos e foi só pancadaria. Na vida eu nunca fiquei com um trabalhador, eu sentia tesão por homem que matava. Teve uma época que eu namorava cinco bandidos ao mesmo tempo. Uma vez fui a uma festa e os cinco estavam lá. Sabe o eu fiz? Subi na moto de um desconhecido e fui embora com ele.

⁶² Entrevista concedida por Joli em 07/11/07.

Fiquei com ele no Morro do Papagaio uma semana e nem sabia o nome dele. (Depoimento Verbal)⁶³.

Beta não era viciada em drogas, mas fazia uso eventual de cocaína e maconha – manifestando o seu gosto por vinho com leite condensado e Amarula. Ela vendia crack, trabalhava quatro dias por semana e chegava a retirar de lucro R\$ 800,00 reais semanais – “eu traficava por luxo: queria andar bem, com roupa da moda, comer bem em um shopping. A minha mãe tem 50 anos, trabalhou a vida inteira e entrou no shopping uma vez, ela não tem noção do que é”.

Para Beta, o tráfico apresenta algumas vantagens como casa bonita, andar bem arrumada, comer bem e poder andar na favela sem ter medo de ninguém. Enfim, é sinônimo de poder e status. Mas as desvantagens também estão presentes:

Tudo o que você compra com o dinheiro do crime, você perde quando vem para a cadeia. As guerras entre as bocas tiram o sossego da favela, ameaçando a vida dos moradores. Para sobreviver dentro de uma favela, você não pode ouvir nada e não pode falar. Além disso, ainda tem o fato de você perder o sossego com a polícia, o que é horrível, pois ou você paga o “arrego” para vender as drogas, ou você vai preso. Os policiais que não aceitam dinheiro não deixam agente em paz. (Depoimento Verbal)⁶⁴.

No caso de Beta, também há uma preocupação com o filho que mora na favela com os seus pais, pois o futuro do menino pode ser o envolvimento com a criminalidade. Na prisão Beta recebia a visita da amiga, da mãe, do filho e do irmão. O pai nunca aceitou passar pela “humilhação da geral”.

Enquanto esteve cumprindo pena no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, Beta conheceu a sua atual namorada, o que gerou muitos conflitos em casa com seus pais.

A minha mãe acredita que o meu namoro com Bete é coisa de momento, pois ela diz que eu sempre fui “tarada” por homens. Como agora eu namoro uma mulher? Agente sempre marca a nossa saída temporária para a mesma época. Então, vamos para a casa da minha mãe e ficamos lá. A minha mãe não gosta, mas não tem jeito, aconteceu. (Depoimento Verbal)⁶⁵.

⁶³ Entrevista concedida por Beta em 04/10/07.

⁶⁴ Entrevista concedida por Beta em 04/10/07.

⁶⁵ Entrevista concedida por Beta em 13/12/07.

De acordo com informações dadas pelas agentes penitenciárias, dias após a realização da entrevista, Beta recebeu progrediu de regime e, atualmente está no regime aberto, ou seja, ela sai da prisão durante o dia para trabalhar e retorna às 18:00 horas para dormir, enquanto aguarda resposta do juiz da Vara de Execuções Criminais para o pedido de livramento condicional.

Berê (24 anos) – “Curti horrores, mas agora estou na cadeia sofrendo horrores”. (Depoimento Verbal)⁶⁶.

Desde a separação dos pais morava com a mãe e a avó no Bairro São Geraldo, sendo que a infância foi tranqüila. Interrompeu os estudos aos 13 anos porque não gostava e fazia alguns bicos para ganhar dinheiro: unha, cabelo, olhava crianças e atendia em um trailer que vendia sanduíche – não tinha emprego fixo. Conseguia por mês aproximadamente um salário mínimo.

Com 16 anos começou a namorar com o pai de seu filho que era taxista. O namoro durou até o nascimento da criança. Ao terminar o namoro, conheceu outro rapaz que propôs a ela o armazenamento de drogas.

Berê aceitou e, a pedido do novo namorado, imediatamente providenciou o aluguel de uma casa “grande” e “boa” no Bairro Planalto. Neste local, foi instalado um laboratório para refino de cocaína. O aluguel da casa custava ao seu namorado R\$ 1.200,00 por mês. Para disfarçar o cheiro do refino da cocaína, Berê ia ao supermercado e comprava incenso indiano. Outra substância que ficava ao seu encargo comprar era o bicarbonato de sódio, utilizado na mistura da cocaína.

Me envolvi por causa da necessidade. Tenho filho e quero dar “do bom e do melhor”. O meu namorado bancava tudo: aluguel, crédito para celular, andava de táxi para cima e para baixo, roupa de shopping, churrascarias. Gostava do dinheiro, curti horrores, mas agora estou na cadeia sofrendo horrores também. (Depoimento Verbal)⁶⁷.

Berê era responsável pelas transações financeiras da quadrilha – as transferências de dinheiro eram feitas de duas contas que estavam em seu nome. Pouco antes de ser presa deu

⁶⁶ Entrevista concedida por Berê em 13/12/07.

⁶⁷ Entrevista concedida por Berê em 13/12/07.

uma festa para seu filho que custou R\$ 3.000,00, paga com o dinheiro do tráfico. Com o dinheiro do tráfico Berê conseguia pagar uma faxineira que cobrava R\$ 60,00 o dia de serviço.

A prisão de Berê aconteceu em decorrência de uma investigação realizada pela polícia federal que tinha como suspeito o seu namorado. Ela foi presa junto com o namorado na casa onde estava morando e funcionava o laboratório de refino de drogas, com uma quantidade expressiva de pasta base e outras substâncias utilizadas na preparação da cocaína. O namorado foi preso com uma arma e foi obrigado a entregar outros membros da quadrilha que também estavam sendo investigados pela polícia federal.

A sua mãe também foi presa na mesma ocasião – esteve presa no Complexo Penitenciário Estevão Pinto durante 08 meses, mas foi considerada inocente pela justiça, pois não foram encontradas provas que a ligassem à quadrilha.

No mesmo dia foram presos pela polícia rodoviária federal mais dois membros da quadrilha que estavam na estrada transportando cocaína que seria levada até a Bahia, caracterizando tráfico interestadual, o que agrava a pena. “O dinheiro do tráfico vem rápido, mas vai rápido. Não é fácil porque tem risco – de morrer ou de vir preso. É um dinheiro amaldiçoado. Já o trabalhador, não corre risco. O dinheiro é pouco, mas abençoado”. (Depoimento Verbal)⁶⁸.

Berê foi condenada a 18 anos e 04 meses de prisão, enquanto o namorado foi condenado a 27 anos e 08 meses de prisão, em regime inicialmente fechado.

Dora (24 anos) – “Me acostumei com a vida fácil, mas não tenho mais coragem de vender droga e voltar para a prisão”. (Depoimento Verbal)⁶⁹.

Nasceu em 1987 no interior de Minas Gerais. No período da infância morou com os pais e um irmão e recorda-se deste período dando ênfase às brincadeiras. Na adolescência, aos 14 anos começou a fumar maconha junto com os namorados. Dora relata que teve três namorados ao longo da vida e todos eram traficantes, além disso, foi viciada em maconha, cocaína e usou crack.

⁶⁸ Entrevista concedida por Berê em 13/12/07.

⁶⁹ Entrevista concedida por Dora em 13/12/07.

Aos 16 anos conheceu o pai dos filhos, segundo ela, um poderoso traficante de Belo Horizonte, “ele era um galinha e me deixava sozinha em casa com as crianças e ficava a noite inteira na rua. Então pensei, se ele pode ficar na rua, eu também posso e aí saí para traficar”.

Dora traficava pelo telefone celular - vendia a droga e depois entregava de táxi no local combinado ou os compradores iam até onde ela estava. Os filhos ficavam sob cuidado da mãe dela, enquanto isso ela “vivia para o tráfico”, principalmente circulando pelo Bairro Santa Tereza. Os outros traficantes a respeitavam porque ela era conhecida como a mulher do Pantera⁷⁰, isso dava uma certa “proteção” para que ela comercializasse a droga sem ser importunada pelos “concorrentes”.

Me acostumei a vida fácil, o dinheiro do tráfico era utilizado para vestir roupa de marca, andar com sapato bom, passear de táxi e ir ao shopping. Os filhos eram matriculados na melhor escola do bairro. Viver sem dinheiro não é bom. Não sei se voltaria para o tráfico, de repente, se ficar sem dinheiro, é, não sei. (Depoimento Verbal)⁷¹.

A primeira passagem pela polícia ocorreu em 2005 quando foi presa por tráfico de drogas. Tornou-se reincidente em 2006. A segunda prisão ocorreu na Rua Niquelina com Andradas, no Bairro Saudade em virtude de uma denúncia anônima⁷².

Eva (34 anos) – “O dinheiro do tráfico me trouxe muito conforto”. (Depoimento Verbal)⁷³.

Nasceu em 1973 em de Belo Horizonte, onde passou a sua infância e adolescência. Possui curso técnico em contabilidade, profissão na qual trabalhou até a data da prisão e recebia como remuneração um salário de R\$ 1000,00.

Aos 20 anos teve um primeiro casamento do qual resultou uma filha e separou-se cinco anos depois. Em 1998, começou a namorar com um rapaz que produzia e traficava drogas, principalmente cocaína e crack. Relata que inicialmente não sabia do envolvimento do

⁷⁰ Nome fictício.

⁷¹ Entrevista concedida por Dora em 07/03/07.

⁷² A entrevista de Dora foi uma das primeiras a ser realizada. Com o aprofundamento da pesquisa e entrevistando profissionais envolvidos com o cumprimento da pena, percebi que as mulheres traficantes têm sempre impressão de que foram denunciadas por alguém. Mas na verdade, a prisão pode ter sido resultado de uma investigação policial.

⁷³ Entrevista concedida por Dora em 07/03/07.

namorado com as drogas e quando descobriu não conseguiu terminar o namoro. Desta união resultou um filho.

Neste mesmo ano foi presa junto com o namorado e conduzida à delegacia, foi ouvida, autuada e liberada. Ele ficou preso na Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria, em Contagem. Separaram-se em 1999, quando ela estava preparada para realizar a visita íntima e ao chegar no local ele já estava mantendo relações sexuais com outra mulher. Atualmente, ele está preso em Ipaba e está mantendo correspondência com uma outra mulher presa no Complexo Penitenciário Estevão Pinto.

Em 1999 começou outro relacionamento com um rapaz honesto e teve outro filho. Foi presa em 07/06/2006 por um mandado de prisão no PSIU da Praça Sete e alega que não conhecia a sua situação jurídica, pois pagava um advogado particular e deixava tudo a seu encargo.

Eu não tive envolvimento direto com a fabricação das drogas, eu só emprestava a conta bancária. O dinheiro do tráfico me trouxe muito conforto, usava o dinheiro quando queria ou precisava – gastava com muita roupa, viajava, comprei apartamento e terminei de construir a casa da minha mãe. O meu namorado à época lavava o dinheiro das drogas em uma concessionária, em uma agência de veículos. (Depoimento Verbal)⁷⁴.

Bia (24 anos) – “Quero arrumar emprego em qualquer área, menos artesanato”. (Depoimento Verbal)⁷⁵.

Bia nasceu em 1987, no interior de Minas Gerais e foi criada pela mãe pensionista do INSS e pelo pai dono de uma pastelaria. Morava no bairro São Geraldo, com os pais e com 1 (um) irmão e 1 (uma) irmã e, segundo ela, sempre teve um bom relacionamento em casa.

Estudou até os 12 anos e cursou a 5ª série em uma Escola Estadual, mas afirma que nunca foi de ter muitas amizades, principalmente até este período. Após os 12 anos começou a se envolver com algumas pessoas que traficavam drogas, até que aos 13 anos começou a fumar maconha, tendo que roubar para financiar o vício.

⁷⁴ Entrevista concedida por Dora em 07/03/07.

⁷⁵ Entrevista concedida por Bia em 28/03/07.

Aos 17 anos passou por uma instituição de menores, cumprindo medida sócio-educativa por furto e assalto de acordo com o disposto no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Conheceu uma mulher de 28 anos que vendia drogas em uma casa noturna, quando tinha 19 anos, e passou a ajudá-la para, em troca, conseguir maconha. Por algum tempo moraram juntas na casa dos pais de Bia, mantendo relação homossexual em sigilo. Vendia só maconha e em casa, para não levantar suspeita da polícia e para não despertar a cobiça de outros traficantes, já que a maconha tem um baixo valor monetário e não movimenta grande volume de dinheiro de uma só vez.

As duas foram presas juntas, em uma manhã, quando um policial civil disfarçado foi até a casa de Bia e pediu um pouco de maconha. Bia assumiu que a droga era sua porque não queria que a sua companheira fosse presa.

De acordo com o seu relato, sua companheira foi até a delegacia, prestou esclarecimentos e foi liberada. Após este fato, Bia não teve mais notícias dela.

Mel (21 anos)

Os pais de Mel separaram-se quando ela ainda era criança⁷⁶. Mel morava com a mãe e o padrasto em uma favela de Contagem. Segundo os seus relatos, o padrasto a violentava sexualmente. Aos 13 anos saiu de casa e foi morar com um rapaz.

Quando tinha 14 anos, o relacionamento terminou e Mel foi morar com a irmã, momento em que começou a usar drogas - maconha, crack e cocaína, o que favoreceu a sua entrada para o tráfico de drogas, pois precisava sustentar o vício e ganhar algum dinheiro.

Neste mesmo período, conheceu um traficante e foi morar e “trabalhar” com ele em outra favela. A sua função era atravessar drogas e armas para outras favelas:

Eu vivia com o corpo “bombado”⁷⁷ de drogas. Tinha droga e arma no bolso, nas calças, no sutiã e amarrado na pele com fita durex. Eu não recebia dinheiro, quando queria pedia a ele para comprar roupa ou o que precisava. O que era dele era meu também. O tráfico era divertido, adrenalina. Andava armada com PT ou 38. Gostava

⁷⁶ Entrevista realizada com Mel no dia 14/11/07 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

⁷⁷ A expressão “bombado” significa cheio, lotado.

de beber muito com o dinheiro do tráfico e curti baladas com amigos em boates no Centro da cidade. (Depoimento Verbal)⁷⁸.

Mas além do tráfico de drogas, Mel dedicava-se ao roubo, outra atividade ilícita que lhe rendia lucros:

Entrava nas lojas para “meter fita⁷⁹” e roubava roupas e dinheiro – eu quase nunca precisava comprar. Gostava de assaltar, o dinheiro era fácil, muita adrenalina e ajudava a garantir a minha sobrevivência. Com o dinheiro do roubo dava para comprar muita coisa. (Depoimento Verbal)⁸⁰.

Aos 15 anos Mel rompeu o seu relacionamento com o traficante e voltou para a casa da irmã, mas “ficava mais na rua do que em casa”. Nesta época, ela continuava roubando e traficava ocasionalmente. Para não causar problemas para a irmã, Mel decidiu ir morar com alguns amigos que praticavam assaltos e traficavam. Foi recolhida pela polícia varias vezes, mas “entrava em um dia e saía no outro”.

Quando estava com 17 anos foi detida por tráfico de drogas, porte ilegal de armas e seqüestro, o que lhe rendeu 02 (dois) anos de internação, saindo aos 19 anos. Com 20 anos foi presa vendendo drogas em uma favela.

3.4 As percepções: mulheres e o tráfico de drogas

As trajetórias de vida destas mulheres revelam um cotidiano de violências, instabilidade familiar, amores bandidos, percepções de poder e status.

Ao longo desta pesquisa ficou constatado que o tráfico de drogas é um fenômeno multidimensional e que as abordagens relacionadas à figura masculina, dinheiro e consumo, violência, desestabilidade familiar e a busca pela visibilidade no cenário sócio- econômico-cultural representam fatores que estão inter-relacionados.

Na maior parte das trajetórias de vida aparecem relatos sobre a desestruturação familiar, com a ausência do pai ou da mãe e cenários de violência. A partir destes aspectos, é

⁷⁸ Entrevista concedida por Mel em 14/11/07.

⁷⁹ A expressão “meter fita” significa assaltar.

⁸⁰ Entrevista concedida por Mel em 14/11/07.

importante salientar a escolha individual e racional destes atores para a opção pela vida criminosa.

Não pretende-se aqui afirmar que apenas o meio ou comunidade em que estão inseridas estas mulheres é determinante para a construção de uma vida criminosa. Claro que valores como família, educação e trabalho são fundamentais para a construção da personalidade do indivíduo, mas as escolhas racionais, também, pressupõem a análise da relação custo-benefício na participação na criminalidade.

As histórias demonstram realidades onde o crime está presente constantemente na vida destas pessoas, mas que em algum momento poderiam ter tomado outra decisão.

A opção pela vida criminosa ocorre ao longo de suas histórias de vida, mas aflora particularmente na juventude, momento em que estão vivenciando as experiências amorosas de forma mais intensa, tornando-se mães precocemente e, muitas vezes, não estão inseridas no mercado de trabalho ou trabalham em empregos com baixa remuneração.

Alguns elementos estão marcados em suas trajetórias no tráfico de drogas – família, violência, figura masculina, dinheiro, status, filhos – e constituem uma rede de significados que podem determinar a vida criminosa.

Neste sentido, Cunha dialoga com Goffman (1999) ao questionar as rupturas existentes entre o mundo extra-muros e o intra-muros das prisões. Para ela, as relações de vizinhança e parentesco são realidades encontradas nas prisões contemporâneas, onde famílias e até grande parcela de bairros estão reclusos por envolvimento com tráfico de drogas.

De acordo com a análise de Cunha (2002, p.195), há bairros e regiões, notadamente com altas de criminalidade e baixo status sócio-econômico que passam a ser alvo mais constante da atuação e repressão policial, imputando um estigma a determinadas regiões.

A estigmatização, nestes casos, é anterior ao cárcere, o que atinge não só os criminosos, mas os outros membros da comunidade que dedicam-se aos empregos formais e informais e levam uma vida honesta.

Se a estigmatização é pré-carceral, por outro lado a prisão “banalizou-se” no horizonte social imediato destas mulheres. Sabemos já que a maior parte tem vizinhos ou familiares que estão ou estiveram presos, pelo que as reclusas se mostram cientes de que à saída não se depararão com uma especial reprovação ou sobrançeria. Rarefez-se por conseguinte a preocupação em ocultar a detenção, que uma década atrás tanto ensombrou a antevisão da libertação: cada uma fantasmava acerca da possibilidade, então aliás assaz remota, de se cruzar no exterior com uma ex-detida e assim arriscar a exposição do seu passado (CUNHA, 2002, p.198).

Dessa forma, ao contrário do que afirmava Goffman (1999), citado por Cunha (2002, p. 194) não há uma ruptura simbólica tão brusca com o exterior quando o indivíduo é enclausurado nas instituições totais, pois os indivíduos do mesmo bairro ou da mesma família, muitas vezes dividem os espaços nas prisões.

A observação de Cunha para o caso das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas na prisão de Tires em Portugal é coerente com a realidade observada em Belo Horizonte. Muitas mulheres presas já se conheciam das periferias e favelas onde moravam antes de serem presas. O caso de Orígenes exemplifica esta questão:

O destino das mulheres que mexem com o tráfico de drogas é a cadeia ou a morte. Quando era pequena a minha mãe estava presa aqui e o meu pai na Nelson Hungria – um final de semana eu vinha visitar a minha mãe e no outro eu ia ver o meu pai. Fico pensando: toda a minha família passou por esta cadeia – a minha mãe, a minha irmã e eu. E no futuro a minha filha, se eu não sair da favela. A minha turma de amigas está quase toda presa, umas aqui e outras estão espalhadas em outras cadeias. (Depoimento Verbal)⁸¹.

Esta afirmação de Orígenes revela a participação tanto da família quanto do ciclo de amizades em contextos de criminalidade que freqüentemente resultam na prisão. A história de Orígenes exemplifica os muitos casos em que a criminalidade já está internalizada na própria família e, também, é uma realidade do ciclo de amizades. A partir desta situação, a formação de valores relativos à educação, ao trabalho e a sociabilidade fica prejudicada, criando um ambiente propício para o envolvimento com a criminalidade.

Além disso, muitas mulheres vivenciaram contextos de violência e/ou abandono em suas famílias. Este trecho da entrevista de Orígenes é revelador:

A minha mãe se apaixonou por uma mulher na prisão. Quando ela saiu vendeu tudo o que tinha, inclusive o barraco em que agente morava - minha irmã tinha 15 e eu 11 anos. Então minha irmã começou a vender droga para sustento de nós duas. (Depoimento Verbal)⁸².

A entrevista de Manu, também aponta neste sentido:

A minha mãe era alcoólatra e usuária de cocaína e ela sempre trancava minha irmã e eu em casa para furtar, com objetivo de sustentar o vício. Meu pai era usuário de crack e estelionatário, mas não era um homem violento. Meus pais brigavam muito e

⁸¹ Entrevista realizada com Orígenes no dia 25/09/07 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

⁸² Entrevista realizada com Orígenes no dia 25/09/07 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

um dia a minha mãe quis bater no meu pai e ele não deixou. Neste dia, a minha mãe saiu de casa e levou a minha irmã e eu – fomos morar debaixo do viaduto. Quando eu tinha nove anos a minha mãe foi embora com outra mulher que morava debaixo do viaduto. Então meu pai buscou agente e fomos morar com minha avó. Ela não agüentou criar duas crianças e fomos para um orfanato. (Depoimento Verbal)⁸³.

No caso das duas entrevistadas, o cenário propício para o envolvimento com a criminalidade está presente desde a infância, inclusive com a participação dos pais na atividade criminosa. Nestes casos, a família – primeiro núcleo socializador perde o seu sentido enquanto difusor de valores laborais, educacionais e religiosos, além de oferecer a proteção e acompanhamento de que toda criança e adolescente necessita.

Outro aspecto que chama a atenção é o abandono dos pais que estas mulheres sofreram na adolescência, o que as obrigou a lutar pela sobrevivência, sendo a criminalidade o meio escolhido.

As trajetórias de vida das mulheres entrevistadas apontam para o envolvimento no tráfico de drogas em determinado período de suas vidas, com destaque para a adolescência, mas que é fruto de toda uma história vivenciada cotidianamente. Para fins de análise, iremos destacar momentos em que a opção pela vida criminosa fica mais evidente, sem contudo, abandonar o aspecto multidimensional do envolvimento com o tráfico de drogas.

Dessa forma, destaca-se as abordagens salientadas pela literatura, tais como a influência masculina na vida da mulher, a necessidade financeira ou o desejo de inserção no mundo do consumo e a busca pela visibilidade social – todos estes elementos estão interligados e formam um todo coerente quando observados em cada história. Isso porque em alguns casos eles são construídos gradualmente e irão atuar de forma interligada para determinar a opção pela vida criminosa.

3.4.1 A figura masculina

“As mulheres se envolvem no crime por amor – a alma feminina é menos propensa ao crime”. (Depoimento Verbal)⁸⁴.

⁸³ Entrevista realizada com Manu no dia 15/02/08 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

⁸⁴ Trecho da entrevista realizada com Ângela Pace, no dia 10/12/2007, ex-Secretária de Justiça e de Direitos Humanos de Minas Gerais na gestão Itamar Franco.

“É bom ser mulher do gerente da boca, tem dinheiro a toda hora”. (Depoimento Verbal)⁸⁵.

Muitas mulheres iniciam a sua participação no tráfico de drogas em decorrência do envolvimento com traficantes – um amor bandido ou a busca de visibilidade podem influenciar nesta escolha. Algumas mulheres assumem uma postura mais passiva em relação à sua participação no tráfico de drogas, mas outras já vêm nos relacionamentos com os traficantes uma oportunidade de projeção social em sua comunidade.

Me envolvi na criminalidade com 15 anos por causa de um namorado que é pai do meu filho. Na vida eu nunca fiquei com um trabalhador, eu sentia tesão por homem que matava. Teve uma época que eu namorava cinco bandidos ao mesmo tempo. Uma vez fui a uma festa e os cinco estavam lá. Sabe o eu fiz? Subi na moto de um desconhecido e fui embora com ele. Fiquei com ele no Morro do Papagaio uma semana e nem sabia o nome dele. (Depoimento Verbal)⁸⁶.

A figura masculina é recorrente nos depoimentos das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, principalmente no que se refere aos amores da juventude e na sua influência para a construção de uma vida criminoso. As mulheres ficam seduzidas pelo poder exercido pelos traficantes nas favelas e periferias, o que proporciona uma fonte de status e visibilidade social para elas – uma forma de destaque e notoriedade.

Os traficantes são temidos pela violência que difundem e pela “ordem” que impõem perante os outros criminosos e a comunidade. Eles costumam decidir pela vida ou morte daqueles que desrespeitam as leis impostas pelo tráfico de drogas, sendo a lei do silêncio a mais preciosa.

Os homens traficantes são poderosos porque conseguem muitas mulheres, dinheiro e armas. Quando vão comprar alguma coisa, eles começam a contar o bolo de notas na frente dos outros para mostrarem que têm dinheiro. Eles gastam o dinheiro comprando moto, carro, e roupa bonita. A função deles é ir para a guerra. Eu sou respeitada na favela porque tenho poder: sou mulher do traficante e todos me respeitam, não mexem comigo. Posso andar de cabeça erguida. As “periguetes” ficam de olho no homem da gente. Ele foi o meu primeiro homem, tem a mesma idade que eu e meus dois filhos são dele. A minha filha falou que quando crescer não vai ser mulher de bandido e não vai apanhar dos homens como eu apanho do pai

⁸⁵ Trecho da entrevista realizada no dia 25/09/07 com Orígenes presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

⁸⁶ Entrevista realizada com Beta no dia 23/09/07 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

dela. O problema de ser mulher de bandido é isto, quando você quer largar, não tem jeito. (Depoimento Verbal)⁸⁷.

Pelos relatos coletados, nas favelas e periferias é comum a prática da poligamia, ou seja, quanto mais poderoso é o traficante, mais mulheres ele tem. E todas sabem da existência umas das outras. Isso ocorre porque as mulheres disputam entre si o status de ser a preferida do traficante. Neste contexto, as adolescentes ou mulheres que adotam esta postura podem estar em busca de benefícios econômicos e sociais, tais como a projeção social, destaque na comunidade e proteção, além de facilidades para a obtenção de recursos financeiros e objetos de consumo.

O relato de Berê evidencia o seu envolvimento no tráfico de drogas por intermédio da figura masculina, mas com retorno financeiro, ressaltando a sua postura ativa na criminalidade:

Quando terminei com o pai do meu filho comecei a namorar um outro rapaz que me propôs participação na mistura e armazenamento de drogas. Então, ele me pediu que procurasse uma casa grande e boa para alugar e me mudei para lá com o objetivo de tomar conta do laboratório de preparação de drogas que ele instalou. Me envolvi por causa da necessidade. O meu namorado bancava tudo: aluguel, crédito para celular, roupa de shopping e churrascaria. (Depoimento Verbal)⁸⁸.

Uma das psicólogas do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, assim esclarece sobre as mulheres de traficantes, as famosas “mulheres de bandido”:

Mulheres de grandes traficantes são respeitadas. Existe uma diferenciação entre elas e as pés-de-chinelo que não possuem proteção. As mulheres se conhecem porque vêm dos mesmos locais ou já estiveram juntas em outras cadeias. O homem é um elemento pernicioso para elas. Algumas mulheres são muito emotivas e caem na conversa destes homens. Outras mulheres, em alguns casos, oriundas de favelas e periferias, sem emprego ou qualificação, fazem de tudo para realizar seus sonhos, inclusive prostituir, roubar e traficar. (Depoimento Verbal)⁸⁹.

Os casos de Beta e Eva ilustram a influência masculina no que tange ao desejo e à paixão que estas mulheres nutrem pelos traficantes. Nestes casos, elas assumem uma postura mais passiva com relação aos homens e a situação em si, ou seja, elas deixam-se levar pelas

⁸⁷ Entrevista realizada com Orígenes no dia 25/09/07 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

⁸⁸ Entrevista realizada com Berê no dia 09/11/07 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

⁸⁹ Entrevista realizada com a Psicóloga 1 no dia 25/10/07 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

paixões e pelo desejo, sem uma postura mais analítica no que se refere aos custos/benefícios de sua ação e do seu envolvimento com a criminalidade.

Me envolvi na criminalidade com 15 anos por causa de um namorado que é pai do meu filho. Vivi com ele 7 anos e foi só pancadaria. Na vida eu nunca fiquei com um trabalhador, eu sentia tesão por homem que matava. Teve uma época que eu namorava cinco bandidos ao mesmo tempo. Uma vez fui a uma festa e os cinco estavam lá. Sabe o eu fiz? Subi na moto de um desconhecido e fui embora com ele. Fiquei com ele no Morro do Papagaio uma semana e nem sabia o nome dele. (Depoimento Verbal)⁹⁰.

O envolvimento de Beta com a criminalidade ocorreu na adolescência em virtude de sua relação amorosa com seu namorado, deixando claro que ela foi levada pelo desejo e pela cumplicidade com o seu companheiro. Mais tarde, após o término deste relacionamento, ela enfatiza que continuou namorando apenas bandidos, o que revela um traço característico da canalização de seu desejo – a sedução pela arma, coragem e adrenalina.

Em 1988, comecei a namorar com um rapaz que produzia e traficava drogas, principalmente cocaína e crack. Quando começamos eu não sabia do envolvimento dele com as drogas, mas descobri e não consegui largá-lo porque já estava muito apaixonada. Eu não tive envolvimento direto com a fabricação e venda da droga, eu só emprestava a conta bancária. (Depoimento Verbal)⁹¹.

O caso de Eva também evidencia o envolvimento no tráfico de drogas por intermédio do desejo canalizado para a figura masculina com quem mantinha vínculo afetivo. Os sentimentos que nutria pelo namorado à época em que descobriu o envolvimento dele com o tráfico a impediram de romper o relacionamento, deixando-se levar pelas circunstâncias e pelo afeto.

As mulheres são consideradas traficantes, também, quando tentam levar drogas para dentro dos estabelecimentos prisionais quando vão visitar os maridos, companheiros ou familiares e, freqüentemente, são apanhadas neste tipo de conduta. Em alguns casos, elas alegam que são ameaçadas pelos companheiros ou familiares que precisam da droga para comercializar dentro dos estabelecimentos prisionais em troca de regalias oferecidas pelos próprios presos ou simplesmente a manutenção de suas integridade física e sustento do vício.

⁹⁰ Entrevista realizada com Beta no dia 05/11/07 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

⁹¹ Entrevista realizada com Eva no dia 31/10/07 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

Esta é a história de Nega, 23 anos que alega ter sido ameaçada pelo namorado - caso não levasse a droga, mataria a sua avó :

Conheci um rapaz em 2002 e começamos a namorar, uma semana depois ele foi preso por tráfico de drogas. Ele pediu para que eu levasse maconha para ele na prisão. Levei uma vez e deu tudo certo. Mas na segunda vez, fui presa e cumpri prestação de serviços á comunidade em uma casa de drogados. Um ano depois, fui presa mais uma vez tentando levar drogas para o meu namorado, na mesma situação. (Depoimento Verbal)⁹².

Cunha observa esta mesma circunstância no caso de algumas mulheres presas em Portugal pelo envolvimento com o tráfico de drogas:

A pedido de companheiros ou filhos toxicodependentes, levaram-lhes as doses que eles não puderam proporcionar, impossibilitados que estavam de se reabastecerem por circunstâncias várias, entre as quais se conta a de se encontrarem presos ou hospitalizados. Assim, apesar de muitas destas mulheres terem sido condenadas na categoria de “tráfico” (noutros casos a imputação foi a de introdução de estupefacientes em meio prisional), esta constitui uma modalidade de evolução conjugal ou parental nos narco-circuitos (CUNHA, 2002, p.136).

Outro aspecto relevante é a participação feminina por intermédio dos filhos, irmãos ou familiares. Muitas mulheres iniciaram no tráfico de drogas em decorrência da proximidade com os parentes, notadamente pais e irmãos. O caso de Etelvina ilustra este entendimento:

Meu marido era homicida e traficante de drogas. Vivia fugindo e escondendo da polícia nas cidades do interior de Minas Gerais e Espírito Santo. Quando me separei dele fui ajudar a tomar conta dos negócios do meu irmão que era traficante e estava preso. (Depoimento Verbal)⁹³.

De acordo com Cunha (2002, p.152), as mulheres, a partir da década de 90, começaram a participar mais do mercado ilícito das drogas. Mas atenta para a natureza desta participação, ou seja, elas não dispõem da igualdade de poder perante os homens, ocupam posições subsidiárias e, em sua maioria, ainda não têm condições de se emanciparem.

Para Cunha (2002), no modelo português do tráfico de drogas, as mulheres têm grande participação como free-lancers, obtendo drogas emprestadas e preparando-as para a revenda – nos casos em que precisam ser misturadas e embaladas em porções. Além disso, elas

⁹² Entrevista realizada com Nega no dia 23/03/07 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

⁹³ Entrevista realizada com Etelvina no dia 15/02/08 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

assessoram familiares masculinos, “não como assalariadas de uma rígida organização que estes chefiariam, mas enquanto um dos elos das múltiplas coligações informais que eles próprios podem, também, estabelecer na modalidade free-lance”. (CUNHA, 2002, p.153).

As mulheres entrevistadas em Belo Horizonte, participam destas duas modalidades de tráfico: em algumas ocasiões pegam a droga em consignação com os “gerentes” da boca-de-fumo para revendê-la e depois acertam o que foi vendido. Nestes casos, elas eventualmente recebem armas para se protegerem enquanto realizam o tráfico ou são assessoradas pelos “atividades” armados que zelam pela segurança do local.

Em outras ocasiões, elas fazem parte das quadrilhas gerenciadas por seus maridos, companheiros, irmãos e parentes, inclusive recebendo dinheiro do tráfico de drogas e prosseguindo nos negócios, enquanto eles estão na prisão. Este é, por exemplo, o entendimento de um advogado⁹⁴: “algumas mulheres se envolvem no tráfico de drogas para manter a economia doméstica, pois o companheiro está preso e não tem de onde tirar o sustento para a família”.

Neste mesmo sentido salienta o procurador de justiça:

A mulher do traficante passa a assumir o negócio quando o marido é preso, mesmo porque é desta atividade que ela irá sustentar os filhos. As mulheres também tentam levar as drogas para dentro dos presídios para que os maridos e companheiros tentem comercializa-las lá mesmo. A mulher desperta menos suspeita do que os homens – eles são os “cabeças” do tráfico e as mulheres desempenham um papel secundário. (Depoimento Verbal)⁹⁵.

Uma das assistentes sociais do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, assim relata a sua percepção sobre as mulheres traficantes:

As mulheres estão envolvidas no tráfico de drogas por causa dos companheiros. Mas o ambiente em que vivem também influencia. Se o vínculo com o companheiro permanece ao sair da prisão, elas têm grande possibilidade de reincidir. Elas estão chegando aqui na prisão muito novas, a maioria com 20 ou 21 anos e procuram, também, o lucro fácil. (Depoimento Verbal)⁹⁶.

⁹⁴ Entrevista realizada no dia 05/10/2007 no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte.

⁹⁵ Entrevista realizada no dia 06/10/2007 na Procuradoria de Justiça.

⁹⁶ Entrevista realizada no dia 28/11/07 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

3.4.2 Os rendimentos

De acordo com Cunha (2002), não é possível estabelecer uma relação direta entre os lucros proporcionados pelo tráfico de drogas e a acumulação de riquezas para os pequenos traficantes. Esta afirmativa é pertinente para o caso pesquisado em Belo Horizonte, já que os traficantes, sejam homens ou mulheres, tendem a gastar o dinheiro com bens de consumo, o que dificulta a acumulação de reservas futuras. Além disso, quando são presos perdem os rendimentos porque ficam impossibilitados de “trabalhar”, gastando o resto do dinheiro que por ventura possuam com o pagamento de advogados particulares para cuidarem de seus processos.

As mulheres presas na prisão de Tires, em Portugal, por envolvimento com o tráfico de drogas, apresentavam vínculos com a esfera do trabalho, seja formal ou informal, mas concentradas nas ocupações menos qualificadas e com menor remuneração. Dessa forma, o tráfico de drogas, muitas vezes, foi determinante para aumentar a renda dessas mulheres e não foi uma atividade exclusiva.

Em Belo Horizonte, esta realidade não se confirma – a maioria das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas abandonaram suas ocupações anteriores para dedicarem-se à venda de entorpecentes, já que suas ocupações anteriores remuneravam mal e eram de baixa qualificação. O tráfico de drogas tornou-se, para elas, uma atividade rentável e vantajosa.

Muitas nem chegaram a trabalhar em empregos formais ou informais, o que configura o tráfico como a sua primeira atividade econômica, principalmente as mulheres mais jovens que não vêm nos empregos domésticos ou mal remunerados uma opção para suas vidas.

Como muitas mulheres não dispõem de dinheiro para comprar a droga do “gerente” ou do “patrão” elas começam a trabalhar nas bocas-de-fumo, em regime de plantão que dura em média 12 horas por dia e vendem a quantia que lhes são repassadas. Em alguns casos, trabalha-se apenas duas ou três vezes por semana. Ao final do expediente elas acertam o que venderam com o “gerente” e retiram o seu percentual de lucro.

A venda da droga em consignação revelou-se uma prática para a inserção das mulheres no tráfico de drogas em Belo Horizonte, principalmente para aquelas que não possuem rendimentos para iniciar o “empreendimento”. O depoimento de Orígenes esclarece:

Apesar de ser traficante e ter dinheiro, o meu companheiro não me dava assistência, então, pedi droga a outro traficante para revender e comprar as coisas do bebê

quando engravidei pela primeira vez. Desde então não parei mais. Nós vendemos drogas porque nossos maridos ou estão presos ou mortos ou não dão nada. A minha irmã vendia drogas para sustentar nós duas. Mas com o tempo ela ficou viciada, começou a pegar droga com os traficantes e não pagava. Salvei a vida dela muitas vezes pagando suas dívidas, até que um dia coloquei para trabalhar na boca-de-fumo que eu trabalhava e ela aprontou. Nunca mais quis saber dela. Sou muito certa com os meus negócios – nunca fiquei devendo traficante. (Depoimento Verbal)⁹⁷.

A prática da “consignação” em Belo Horizonte também pode constituir uma fonte de violência contra os pequenos traficantes, sejam homens ou mulheres, caso não paguem o que é devido. Os traficantes que por ventura sejam dependentes das drogas, freqüentemente, ficam endividados com os “gerentes” e, nestes casos, ou eles pagam as dívidas ou morrem.

No caso das mulheres, os “gerentes” costumam ser mais tolerantes, aplicando um castigo e dilatando o prazo para o pagamento das dívidas. Este é o caso de Manu que ao perder o dinheiro das drogas que havia vendido no seu plantão, levou um “balão”⁹⁸ do gerente da boca-de-fumo e teve que assaltar para pagar o que devia:

Depois de um plantão entreguei o dinheiro R\$ 850,00 e um rádio que eu tinha comprado de um noiado⁹⁹ para que um cara tomasse conta, enquanto eu ia em outro lugar. No dia seguinte, a pessoa tinha sumido com o dinheiro e o gerente da boca chegou para acertar as contas – cadê? O gerente foi camarada e não me castigou, mas ele falou que eu tinha que pagar o que devia – eu não tinha o dinheiro. Juntei com mais duas meninas para assaltar uma residência de uma senhora de aproximadamente 60 anos. Uma mulher que dava “fita”¹⁰⁰ para ladrão indicou aquela senhora que tinha algumas jóias. Estava devendo o traficante, com medo de morrer, então fomos roubar. O assalto não deu certo e fui presa no mesmo dia. (Depoimento Verbal)¹⁰¹.

Cunha (2002) observou nas presas oriundas das periferias de Lisboa e do Porto realidade semelhante ao contexto de Belo Horizonte:

⁹⁷ Entrevista realizada com Orígenes no dia 25/09/07 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

⁹⁸ Expressão utilizada pelos traficantes para designar a aplicação de uma suspensão do trabalho, ou seja, aqueles que estão de “balão” não podem traficar durante um tempo na boca-de-fumo a que pertence.

⁹⁹ A expressão “noiado” é utilizada pelos traficantes de drogas para designar as pessoas que são viciadas em drogas e que já estão em um estágio avançado de degradação, ou seja, não têm mais dinheiro, roubam ou furtam para conseguir o dinheiro da droga e já estão muito sujos e às vezes doentes.

¹⁰⁰ A expressão “dar fita para ladrão” significa que alguém fica encarregado de descobrir pessoas que possam ser vítimas de assaltos, por morarem sozinhas ou por transportarem grande quantidade de dinheiro. Estas pessoas, normalmente, observam o comportamento das prováveis vítimas durante alguns dias ou até semanas. Depois elas fornecem todos os dados aos assaltantes e recebe uma parcela daquilo que foi apurado no assalto.

¹⁰¹ Entrevista realizada com Manu no dia 15/02/08 presa no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

A maioria das traficantes, não-consumidoras, dirigia os rendimentos do tráfico para a casa e para a reprodução econômica do agregado doméstico, residia com familiares e encontravam-se plenamente integrada no bairro e em malhas largas de vizinhos e parentes(...) A prisão tornou-se um prolongamento do bairro na medida ainda em que o estigma que outrora ela representava institui-se agora bem antes. Ela vem apenas condensar a estigmatização que se instalara já pela pertença a bairros e grupos conotados com a droga e o tráfico (CUNHA, 2002, p.195).

De acordo com as entrevistas realizadas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, as mulheres envolvidas com o tráfico de drogas gastavam o seu dinheiro com objetos para a casa, roupas para elas e para as crianças, além de visitas ao salão de beleza e passeios de táxi.

Estas situações refletem o desejo de manter um consumo nos padrões da classe média – organizando a casa e utilizando roupas que revelam esta expectativa. Mas as mulheres traficantes também utilizam o dinheiro para o sustento de seus filhos, proporcionando a eles uma vida menos regrada e mais confortável, inclusive com fatura de brinquedos e gêneros alimentícios mais caros para a classe popular. Os depoimentos de Beta e Orígenes são ilustrativos desta questão:

O tráfico tem algumas vantagens: ter casa bonita, com televisão 29” em todos os quartos, DVD, andar bem arrumada, comer bem e andar pela favela com status e poder. A minha mãe trabalhou a vida inteira honestamente, tem 50 anos e entrou no shopping uma vez, ela não tem a menor noção de como é. Eu trabalhava quatro noites por semana e chegava a ganhar R\$ 800,00 ou mais por semana. Eu traficava por luxo:queria andar bem, com roupa da moda, comer bem e ir a um shopping. Pena que tudo o que você compra no crime, você perde quando vem para a cadeia. (Depoimento Verbal)¹⁰² ..

O dinheiro do tráfico é bom porque agente não precisa trabalhar como empregada doméstica. O prazer que eu tenho de vender droga, é ver os meus filhos bem – é a minha maior satisfação ver os meus filhos sorrindo. “Sou muito cabeça”, penso nos meus filhos, dou roupa bonita para eles. Eles têm quarto de brinquedo. Vou ao salão lá no centro da cidade, pego táxi e gasto o meu dinheiro comprando móveis – geladeira, televisão 29” e estante para a sala. Com o dinheiro que ganhava no tráfico tinha uma vida que nunca tive. O tráfico dá muitas alegrias, principalmente o dinheiro. (Depoimento Verbal)¹⁰³.

As mulheres possuem uma preocupação muito grande com o sustento e o conforto dos filhos, o que era obtido com o dinheiro do tráfico, já que as ocupações anteriores ao

¹⁰² Entrevista concedida por Beta em 05/11/07.

¹⁰³ Entrevista concedida por Orígenes em 25/09/08.

envolvimento com o tráfico de drogas eram mal remuneradas e não ofereciam possibilidade de ascensão social e financeira, mesmo porque o nível de escolaridade da maioria delas é muito baixo – fundamental incompleto ou completo.

Joli um raro exemplo de mulher que alcançou um alto posto no tráfico de drogas relata com saudosismo a utilização do dinheiro obtido com o tráfico de drogas:

Quando tinha 20 anos surgiu a oportunidade de atravessar crack da Venezuela para o Brasil o que me rendia uma quantia equivalente a R\$ 100.000,00 por mês. Com esse dinheiro comprei um apartamento de luxo, carros e uma fazenda. Fazia muitas viagens para as praias e gastava muito dinheiro. Ajudei a minha mãe e o meu irmão que me roubou – dei inclusive um filho de proveta para ele porque a mulher não conseguia engravidar. Neste período, conheci o meu companheiro – eu ganhava R\$ 100.000,00 em cada viagem e ele R\$ 100,00 reais por semana trabalhando como carpinteiro – engravidei dele e fomos morar juntos. Meus filhos tinham tudo, inclusive duas babás para brincar com eles. Quando fui presa estava me preparando para casar na igreja com uma grande festa. Comprei o vestido mais luxuoso que encontrei, era o meu sonho. Era não, é. No dia em que sair, ainda vou realizar. (Depoimento Verbal)¹⁰⁴.

O caso de Joli é uma exceção entre os tantos que estão cumprindo pena no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto – sua trajetória no tráfico foi bem sucedida simbolicamente e financeiramente, podendo ter uma vida com muito conforto e luxo. Esta não é a regra das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. Além disso, a posição de comando era exercida por uma mulher e não por um homem – a quadrilha era chefiada por ela e os outros membros, inclusive seu companheiro, seguiam suas ordens.

Normalmente, o comércio ilícito de entorpecentes não é suficiente para melhorar substancialmente a vida das mulheres traficantes. Pela observação da população prisional fica evidente que a maioria das mulheres presas tem baixo nível sócio-econômico, principalmente no que se refere à escolaridade, às ocupações anteriores à prisão e o local onde moravam.

Estas mulheres utilizavam o dinheiro do tráfico prioritariamente no sustento dos filhos, em artigos de consumo e serviços tais como roupas, salão de beleza e táxi. Outro ponto interessante é a valorização de uma casa “arrumada” que envolve gasto com mobiliário e eletrônicos. Neste contexto, não havia nenhuma preocupação com economias futuras – tudo que era obtido com a venda das drogas era direcionado para a satisfação destas necessidades.

De acordo com o entendimento da Juíza da 1ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, as mulheres são motivadas a praticar o tráfico de drogas em busca do lucro fácil:

¹⁰⁴ Entrevista concedida por Joli em 07/11/07.

Tudo se resume ao ganho fácil do dinheiro, na capacidade de persuasão e, muitas vezes, na esperança da impunidade. O que as teria motivado, a meu sentir, é a certeza do lucro fácil. Já pude vivenciar mulheres auferindo até mesmo R\$ 10.000,00 por Kg de cocaína, podendo variar em face da qualidade do entorpecente (puro ou misturado). Ainda é estranho quando se depara com uma mulher traficando, pois a figura feminina está ligada tanto à confiança da família como com o dever de obediência aos princípios rígidos que norteiam a sociedade organizada. (Depoimento Verbal)¹⁰⁵.

A idéia do lucro fácil pode ser analisada sob dois aspectos. O primeiro refere-se de fato aos rendimentos obtidos com o comércio ilícito de entorpecentes, sendo que em um plantão na boca-de-fumo uma traficante pode retirar mais de um salário mínimo, em uma única noite.

Dessa forma, há uma clara oposição entre o “trabalho duro e honesto” exercido pelos trabalhadores com vínculos empregatícios e a “banditagem” que procura nas atividades ilícitas, conseguir mais dinheiro, em menos tempo e com menos esforço. Neste sentido, o tráfico de drogas pode oferecer um retorno financeiro mais rápido às mulheres que ocupam empregos de baixa remuneração e menos qualificados, ou têm dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O segundo aspecto revela que o exercício cotidiano desta atividade ocasiona riscos que podem implicar na prisão e na perda dos “bens adquiridos”. Além disso, as mulheres traficantes ficam expostas à dinâmica do tráfico de drogas, o que envolve a submissão à vontade dos traficantes mais poderosos e as constantes e violentas disputas pelo poder. Se considerados dessa maneira, os lucros obtidos com o tráfico de drogas não parecem tão fáceis assim. O dinheiro do tráfico vem rápido, mas vai rápido. Não é fácil porque tem risco – de morrer ou de vir preso. É um dinheiro amaldiçoado. Já o trabalhador, não corre risco. O dinheiro é pouco, mas abençoado. (Depoimento Verbal)¹⁰⁶.

Nascimento analisa a motivação financeira como elemento para o envolvimento dos adolescentes da Pedreira Prado Lopes nas quadrilhas e no tráfico de drogas:

Quando perguntados sobre o motivo que os levaram a entrar para as quadrilhas de traficantes, as respostas mais comuns são “dinheiro fácil” e “respeito da comunidade” (...) Mais do que “dinheiro fácil” e “respeito”, talvez estes garotos estejam apenas querendo deixar de ser “apenas mais um miserável”, em meio a tantos outros de sua comunidade (NASCIMENTO, 2004, p. 127).

¹⁰⁵ Entrevista realizada no dia 01/11/07 no Fórum Lafayette em Belo Horizonte.

¹⁰⁶ Entrevista concedida por Berê em 13/12/07.

A situação descrita por Nascimento é extensiva a maioria das mulheres traficantes que procuram nos rendimentos do tráfico uma renda capaz de sustentar os filhos e uma vida com um pouco de dignidade, inclusive com a inserção no mercado consumidor. Para as adolescentes que abandonaram a escola em virtude de uma gravidez precoce ou por não perceber nesta instituição uma forma de qualificação em longo prazo para o mercado de trabalho, o tráfico de drogas é um instrumento de geração de renda e provimento da subsistência dela, dos filhos e às vezes da família.

A percepção dos profissionais que estão diretamente relacionados com o atendimento prisional da mulher traficante demonstra que a abordagem financeira como forma de envolvimento com o tráfico de drogas não deve ser analisada isoladamente:

O discurso inicial das traficantes começa com a justificativa pela necessidade financeira, ou seja, viu no tráfico de drogas a oportunidade de ganhar dinheiro rápido e fácil. No decorrer dos atendimentos, as circunstâncias vão se desmembrando em outras situações afetivas, amor bandido e falhas na socialização, inclusive com a ausência de uma religião e de oportunidades culturais. (Depoimento Verbal)¹⁰⁷.

A motivação financeira é mais um elemento agregador para a análise do envolvimento feminino com o tráfico de drogas. A situação da mulher é agravada pela existência dos filhos que muitas vezes nascem na prisão ou são distanciados de suas mães em virtude de sua reclusão. Esta realidade é particularmente perversa porque os filhos já iniciam a sua socialização tendo que conviver com a trajetória criminosa de suas mães e a ausência de um referencial valorativo que os conduza para uma vida digna, longe da criminalidade.

Na maioria dos casos, ao saírem da prisão estas mulheres retornarão para os mesmos locais de onde vieram, expostas às mesmas tentações e ainda carregando o estigma de ex-presidiária. As condições financeiras dificilmente serão alteradas, pois o nível de escolaridade é pouco alterado com a passagem pela prisão e as exigências do mercado de trabalho, muitas vezes, não oferecem oportunidades para estas mulheres. Estes são os desafios atuais das políticas públicas de reintegração social que devem focar o redirecionamento destas pessoas para o estudo e o trabalho, além da sua incorporação ao mercado de trabalho.

¹⁰⁷ Entrevista realizada pela Psicóloga 2 no dia 28/11/07 no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

3.4.3 A visibilidade social

O tráfico de drogas é uma atividade ilícita que pode representar uma forma de visibilidade social para os membros das quadrilhas. No caso das mulheres traficantes esta situação se materializa, principalmente, quando estão bem vestidas, namoram um traficante poderoso e andam armadas.

Neste sentido, aponta Nascimento ao estudar a criminalidade no aglomerado Pedreira Prado Lopes;

Em meio à comunidade da Pedreira, o simples fato de ser cumprimentado na rua por um traficante ou poder dizer que é “considerado” de um deles já é suficiente para conferir status ao rapaz. No campo de futebol que existe dentro da vila, existe um dia que é reservado apenas para as partidas do pessoal do “movimento”(…) Parece que a presença sempre ostensiva de armas de fogo e de muito dinheiro fascina aqueles meninos, assim como a imagem de prestígio e força que os traficantes emanam(…) E toda esta sensação de poder e virilidade também parece ser alimentada por algumas mulheres da comunidade, uma vez que muitas demonstram-se atraídas pela aura de força e masculinidade que emana da figura do quadrilheiro (NASCIMENTO, 2004, p.125-126).

A visibilidade social para os adolescentes, homens ou mulheres, vai além dos aspectos financeiros. Este é o entendimento de Nascimento:

Muito mais do que trabalhar de sol a sol por um salário de fome, querem encher os bolsos de dinheiro e gastá-lo no dia seguinte em roupas caríssimas, mulheres, bebidas e armas mais poderosas. Quando questionados sobre os reais motivos de terem entrado para o tráfico, estes garotos demonstram claramente que não se tratou apenas de uma opção financeira (...) no fundo foi uma decisão moral, uma decisão relativa à construção de uma identidade social. Para estes meninos, muito mais do que “dinheiro fácil”, o tráfico passou a representar a possibilidade real de conquistar visibilidade social (NASCIMENTO, 2004, p.128).

A busca pela visibilidade social expressa a multidimensionalidade do tráfico de drogas, pois reúne os desejos e projeções que os jovens esperam alcançar para serem inseridos no contexto da sociedade mais ampla – a violência, as drogas e a utilização das armas é uma forma de protesto pela sua exclusão e ao mesmo tempo uma forma de obter rendimentos financeiros. Muitos jovens amparam-se no exemplo dos pais – “trabalhadores honestos” – definindo-os como antagonistas, ou seja, tudo aquilo que não querem ser. Não querem trabalhar incessantemente em empregos mal remunerados e com baixa qualificação, para ao

final do mês receber um salário mínimo que não cobre as despesas. Estes jovens desejam o reconhecimento, querem ser notados, mesmo que pela força das armas – precisam construir a sua identidade e serem “respeitados” ou temidos pelos membros de sua comunidade e pela sociedade mais ampla. Os meninos adolescentes medem o seu “respeito” e a sua credibilidade junto à sua comunidade pelo dinheiro e armas que conseguem ostentar e/ou pelo número de mulheres que conseguem conquistar.

O tráfico de drogas é uma atividade ilícita carregada de simbologia porque constrói ídolos, projeta socialmente os membros de quadrilhas e pode trazer muita rentabilidade. Para algumas mulheres de comunidades pobres, o fato de ser a mulher do traficante é sinônimo de *status*, além de ser a oportunidade de não trabalhar em empregos mal remunerados e de baixa qualificação. As mulheres jovens sentem-se mais facilmente seduzidas pelo poder das armas do traficante e procuram ser eleitas como a “favorita”, muitas vezes engravidando ou auxiliando-o nas atividades ilegais: “acham bonito ser mulher de bandido e vender droga”.¹⁰⁸

Mas as mulheres estão envolvidas no tráfico de drogas, também, em busca da sua autonomia – da sua própria visibilidade: “as mulheres querem roupa de marca, querem mostrar que são bandidas....acham bonito andar armadas”.¹⁰⁹ Neste sentido, o depoimento de Beta também é revelador: “uma das vantagens do tráfico de drogas é poder andar na favela sem ter medo de ninguém – ter “respeito”, *status* e poder. Além disso, eu trabalhava 04 dias na semana e chegava a ganhar R\$ 800,00 por semana, às vezes dava mais.”¹¹⁰

¹⁰⁸ Entrevista concedida por Etelvina no dia 15/02/08.

¹⁰⁹ Entrevista concedida por Etelvina no dia 15/02/08.

¹¹⁰ Entrevista concedida por Beta no dia 05/11/07.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Becker (1997), o mundo do crime não é fácil de ser desvendado, seja porque é uma atividade ilícita e por isso mesmo seus praticantes a escondem e, também, porque as estatísticas e as prisões nos mostram apenas parcialmente a realidade.

Esta pesquisa teve como foco o estudo das mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de drogas e a pergunta central era: por que as mulheres se envolvem com o tráfico de drogas? Para responder a este questionamento foram analisadas algumas motivações que poderiam estruturar o raciocínio: o envolvimento com a figura masculina, o retorno financeiro e a visibilidade social. Todos estes elementos estão inter-relacionados e são complementares quando se considera o contexto sócio-econômico e as trajetórias de vida de cada mulher.

No Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto à época da pesquisa foram encontradas mulheres, em sua maioria, jovens, oriundas de periferias e favelas, com baixa escolaridade e com uma inserção precária no mercado de trabalho.

As estatísticas demonstram um acentuado número de mulheres pobres presas por tráfico de drogas, isso não significa que apenas elas pratiquem este crime. As mulheres das classes média e alta também cometem este delito, mas não são alvo constante das abordagens e revistas policiais. De certa forma, elas estão mais protegidas socialmente, pois dificilmente a polícia realiza operações nos locais freqüentados por elas.

Outro aspecto interessante a ser abordado em pesquisas futuras é o perfil do tráfico de drogas praticado pelas mulheres de classe média e alta. Normalmente, elas não ficam em “bocas-de-fumo” localizadas nas periferias e favelas, mas fazem viagens internacionais para buscar as substâncias entorpecentes (ecstasy e LSD) na Europa e vendê-las nas festas *rave* dos grandes centros urbanos. O perfil das mulheres traficantes de classe média é um campo a ser explorado, pois o envolvimento delas já começa a ganhar relevância. No período de Março de 2007 a Fevereiro de 2008, foi encontrado apenas um caso no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto em que a mulher estava envolvida em tráfico internacional, mas não era acessível a esta pesquisa porque já cumpria o regime aberto.

A observação das estatísticas da penitenciária revela que a desigualdade de classes está refletida nas prisões, pois a maioria das mulheres que cumprem pena são jovens entre 18 e 29 anos, pardas, de baixa escolaridade e pouca inserção no mercado de trabalho.

As mulheres envolvidas com o tráfico, oriundas das periferias e favelas, freqüentemente ocupavam postos subsidiários, sendo raro os casos de chefia ou destaque e

normalmente exerciam o comércio ilícito em uma boca-de-fumo, protegidas pelos “atividades” ou com uma arma na cintura.

O tráfico de drogas é um fenômeno multidimensional que envolve elementos como figura masculina, dinheiro, visibilidade social e poder. A trajetória das mulheres traficantes é construída a partir do meio social em que vivem e das formas de sociabilidade estruturadas ao longo de suas vidas. Mas agregado a estes fatores está a escolha racional em que cada indivíduo analisa a equação custo/benefício da sua ação – neste momento, os valores internalizados no decorrer da história de vida influenciam no processo de tomada de decisão.

O envolvimento com o tráfico de drogas é particularmente preocupante no período do início da adolescência, pois a personalidade ainda está em formação e os conflitos individuais e sociais tomam grande proporção. No caso das mulheres, principalmente residentes nas favelas e periferias, a situação é agravada pelo relacionamento amoroso com os traficantes que muitas vezes resulta em uma gravidez precoce, de alto risco e sem uma estrutura familiar adequada para receber a criança.

Muitos traficantes mantêm relações amorosas com mais de uma adolescente em um mesmo período, resultando em gestações simultâneas, o que demonstra uma desestruturação de valores relacionados à família, à paternidade e ao adequado desenvolvimento dos filhos. Esta situação acarreta a formação de um ciclo de vulnerabilidade pessoal e social para as crianças que crescem com a família fragmentada.

Para as adolescentes, muitas vezes, o tráfico de drogas exerce simbolicamente um fascínio. Na visão delas, o namorado traficante é poderoso, desafia a polícia, a justiça e os grupos rivais. Outra concepção está amparada na satisfação das necessidades de sobrevivência dela e dos filhos ou nos desejos de consumo que as seduzem para a atividade criminosa.

O envolvimento das mulheres pesquisadas com o tráfico de drogas ocorre predominantemente na adolescência e, em muitos casos, em contextos nos quais a socialização foi vivenciada em famílias desestabilizadas e a violência fazia parte do cotidiano, seja em casa ou na comunidade onde residiam. Outros elementos também apresentaram destaque como a baixa escolaridade e a conseqüente dificuldade para a inserção no mercado de trabalho em atividades com maior remuneração. A falta de qualificação profissional e a maternidade adolescente são pontos fundamentais quando se analisa a participação destas mulheres no tráfico de drogas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. de O. **Mulheres que matam**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ANDRADE, Luciana Teixeira. **Ordem Pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897 – 1930)**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV. **Falcão – meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BASTOS, M. **Cárcere de mulheres**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

BECKER, Howard. As políticas da apresentação: Goffman e as instituições totais. In: GASTALDO, Edílson (Org.). **Erving Goffman – desbravador do cotidiano** Porto Alegre: Tomo. 2004, p. 101-110.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo:Hucitec, Trad. Marco Estevão.1997.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Coord.). **Feminismo como crítica da modernidade** – releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Trad. Nathanael da Costa Caixeiro. 1987.

CALEIRO, Regina Célia Lima. **História e Crime: quando a mulher é a ré – Franca 1890-1940**. Montes Claros: Unimontes, 2003.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CUNHA, Manuela Ivone. **Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos**. Portugal: Fim de Século, 2002.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, Trad. Paulo Neves; revisão da trad. Eduardo Brandão. 1999.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, Trad. Eduardo Brandão. 1999.

DURKHEIM, E. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, Trad. Mônica Stahel. 2000.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924). 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, Tradução de Ligia M, Ponde Vassalo. 1977.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, Trad. Dante Moreira Leite. 2005.

GUIMARÃES, Ana Lúcia Ceolotto. **Tráfico de drogas**: percepções e concepções de seus agentes na cidade de Ribeirão Preto. 289f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências). Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Luís Felipe Zilli. **Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos; um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes**. 232 fls., 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG. Belo Horizonte.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. – 7 ed. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. (Revista, atualizada e ampliada.)

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir?** – Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez, 1987.

PAIXÃO, Antônio Luiz; COELHO, Edmundo Campos. **Caracterização da população prisional** – Minas Gerais e Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito** – abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Coleção Segurança e Cidadania).

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. – São Carlos; Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Ludmilla Mendonça Lopes. **Análise da política penitenciária feminina do estado de Minas Gerais**: o caso da Penitenciária Industrial Estevão Pinto. 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras**-vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania).

SOARES, Bárbara Musumeci. Retrato das Mulheres Presas no Estado do Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

VOEGELI, Carla Maria Petersen Herrlein. **Criminalidade e violência no mundo feminino**. Curitiba: Juruá, 2003.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza** – 2 ed. – São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANEXO A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Perfil

- 1- Nome
- 2 - Idade
- 3 - Cor
- 4 – Naturalidade (Município)
- 5 – Grau de instrução
- 6 – Estado Civil
- 7 – Número de filhos
- 8 - Religião

Histórico

- 9 – Cidade em que passou a infância/adolescência
- 10 – Vida na infância e na adolescência
- 11 - Profissão
- 12 – Idade em que começou a trabalhar

Envolvimento com drogas/tráfico de drogas

- 13 - Envolvimento com drogas e o tráfico
- 14 – Função no tráfico de drogas
- 15 – Vantagens trazidas pelo tráfico de drogas
- 16 – Impressões sobre o crime e o tráfico de drogas
- 17 – Dependência química (álcool, drogas, remédios)

Prisão

- 18 – Primeira experiência com a polícia
- 19 – Cidade em que morava quando foi presa
- 20 – Local e data da última prisão
- 21 - Reincidência
- 22 – Pena e regime de cumprimento
- 23 – Rotina na prisão (educação, trabalho, cultos, visitas, saídas)
- 24 – Visão do crime e do tráfico de drogas após a passagem pela prisão
- 25 – Perspectivas para o futuro

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)